COLEÇÃO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II

O século XX: do declínio europeu à Era Global

Christian Lohbauer

Christian Lohbauer

História das Relações Internacionais II

O século XX: do declínio europeu à Era Global





EDITORA VOZES

Petrópolis
2005

Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Editoração: Sheila Ferreira Neiva
Projeto gráfico e capa: AG.SR Desenv. Gráfico

ISBN 85.326.3227-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lohbauer, Christian
História das relações internacionais II : o século XX: do declínio europeu à era global / Christian Lohbauer. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

1. Economia mundial – século 20 2. Europa – História – século 20 3. Política mundial – Século 20 4. Relações internacionais – História – Século 20 I. Título.

05-6464 . CDD-327.0904

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais : Século 20 : História 327.0904
2. Século 20 : Relações internacionais : História 327.0904

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

A meus sobrinhos Tom e Manoela
dedico este trabalho.

Nota do autor

Para se entender a maneira como foi tratada a história do século XX neste livro é necessário esclarecer dois aspectos fundamentais. O primeiro é que, além de uma narração metódica dos fatos relevantes ocorridos na vida dos povos durante o século, este trabalho está centrado na história das Relações Internacionais. Isto significa que o esforço da narrativa está centrado nas relações dentro do *sistema internacional*, isto é, o conjunto de relações entre os atores, sejam Estados nacionais ou organizações internacionais, cujas interações aconteceram com relativa freqüência neste período histórico. De todas as interações possíveis e imaginárias que podem acontecer entre os atores dentro do sistema internacional, deu-se relevância àquelas que estiveram vinculadas à política, à geopolítica, à economia e à guerra.

O segundo aspecto que merece registro está relacionado às origens do material bibliográfico. O estudo das Relações Internacionais no Brasil e em boa parte do mundo tem sua base de referência no legado que as potências européias deixaram na formação do mundo político. Pelo menos desde a Paz de Westphalia, até meados do século XX, os europeus foram os fornecedores dos atores dominantes das Relações Internacionais. É por isso que este livro tem em sua estrutura um eixo centrado na perspectiva européia da história, embora nada impeça que o mesmo trabalho não possa ser feito da perspectiva indiana ou chinesa, por exemplo.

São Paulo, junho de 2005

Sumário

Introdução – O século curto: do declínio europeu à Era Global, 9

1. O fim das "alianças móveis": os antecedentes da I Guerra Mundial, 13

2. O primeiro grande conflito universal: a I Guerra Mundial, 27

3. O fracasso da segurança coletiva: o período entre guerras, 49

4. Os novos antagonismos: antecedentes da II Guerra Mundial, 63

5. O desastre da guerra total: a II Guerra Mundial, 79

6. Um novo ator asiático: a Revolução Chinesa, 95

7. A retomada da ordem internacional: antecedentes da Guerra Fria, 101

8. A Guerra Fria e os movimentos de descolonização, 117

9. O Oriente Médio e sua importância estratégica, 137

10. O conflito bipolar: Estados Unidos e União Soviética, 141

11. O fim da *détente* e a renovação do confronto bipolar, 157

12. A Guerra Fria e a Europa Ocidental, 165

13. A Guerra Fria e o bloco comunista, 179

14. A Guerra Fria e a América Latina, 195

15. "Os seis anos que abalaram o mundo" (1985-1991), 203

Bibliografia, 219

Introdução

O século curto: do declínio europeu à Era Global

O momento histórico de passagem da "Era Européia" para a "Era da Civilização Global" é ainda motivo de debates. Alguns historiadores escolheram 1917 como ano de mudança. Outros estudiosos consideram 1947 marco do início da Guerra Fria ou da independência da Índia, ou 1949, ano da Revolução Chinesa, como momentos cruciais de mudança das eras.

Assim como a declaração de guerra dos Estados Unidos em 1917 transformou o conflito europeu em conflito mundial, a Revolução Bolchevique na Rússia desafiou a ordem política e social existente, dividindo o mundo em dois campos de conflito ideológico com diferentes concepções para a função do Estado e do produto da atividade econômica. A independência da Índia e a Revolução Chinesa significaram o ressurgimento da Ásia independente das potências ocidentais. Todos estes foram acontecimentos importantes para a definição dos atores fundamentais na história das Relações Internacionais no século XX. De qualquer maneira, antes de 1917, já florescia uma economia

mundial unificada e a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica desde 1870 dava uma amostra do que viria a acontecer no futuro. O final do século XX comprovou que o mundo não vivia mais sob uma "Era Européia". Ela foi ultrapassada por uma "Era Global" marcada justamente pela criação de um mundo único forjado pelos europeus durante séculos.

Os conflitos que marcaram o período 1941-1945 são também reconhecidos como uma espécie de segunda Guerra dos Trinta Anos, com referência ao conflito entre 1618-1648, que consolidou o sistema internacional dos Estados nacionais modernos. O esgotamento dos recursos europeus em 1945 só iria ser retomado simbolicamente com a formação da Comunidade Econômica Européia em 1957. Paralelamente, duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, receberiam o legado europeu de manutenção da distribuição do poder mundial e sua rivalidade marcaria o tempo da bipolaridade, fenômeno que provou ser temporário. A reconstrução da Europa e a emancipação de várias nações asiáticas e africanas, além da ascensão do Japão ao seleto grupo de potências industriais, determinaram um novo quadro internacional. O fim do conflito de concepções marcado pela queda do Muro de Berlim em 1989 trouxe finalmente uma nova constelação na qual o confronto deixou de ser ideológico para ser entre nações ricas e pobres, basicamente entre populações brancas e mestiças.

O historiador Eric Hobsbawm descreveu o século XX como um século "curto". Em sua obra *The Age of Extremes: the short twentieth century 1914-1991*, o século passado teria começado realmente em 1914, com o fim do mo-

delo de equilíbrio de poder que sustentou o século XIX sob a velha diplomacia européia, e terminado prematuramente com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a derrocada do socialismo soviético em 1991.

Apresentar as mudanças na distribuição do poder mundial durante o breve século XX é o objetivo deste livro. Conhecer os atores que determinaram a seqüência dos fatos políticos do século XX é entender melhor o mundo em que vivemos.

1 O fim das "alianças móveis": os antecedentes da I Guerra Mundial

A mais importante característica do período entre o final da Guerra Franco-Prussiana em 1871 e o início da I Guerra Mundial foi o avanço da interdependência econômica mundial em proporção nunca antes vista. O foco deste processo foi a Europa, com os Estados Unidos como uma espécie de ator coadjuvante. Foi também neste período que foram realizadas as últimas iniciativas de conquista e ocupação dos vastos territórios ainda não explorados na África, Ásia e região do Pacífico. O capitalismo industrial e comercial atingiu finalmente todos os continentes e unidades políticas, fossem colônias ou nações soberanas.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, das estradas de ferro, dos meios de navegação em rios e canais artificiais, além das melhorias nas estradas e acessos terrestres, contribuiu de forma significativa para o incremento vigoroso do comércio e da economia mundiais.

Da perspectiva política, as mudanças fundamentais se deram a partir da saída de Otto von Bismarck da chancelaria do Império alemão em 1890, após quase três décadas prestando serviços ao rei da Prússia e desde 1870 ao Impé-

rio Alemão. Nenhum dos sucessores de Bismarck chegou a ter nem mesmo uma parcela da sua habilidade política. O Imperador Guilherme II, o novo Kaiser alemão, homem de personalidade instável movido por ambições imperialistas, passou a ter papel decisivo nas relações diplomáticas entre as potências. Seu mais influente conselheiro entre 1890 e 1906 foi o Barão Fritz von Holstein, descrito por Bárbara Tuchman como "sóbrio conselheiro que conduzia as relações externas do Império Alemão nos bastidores, [...] um Maquiavel sem política que operava apenas sob um princípio: suspeitar de todos" (Tuchman, p. 5-6). A mudança na direção da política externa do Império Alemão deixou de ter qualquer cálculo de longo prazo tornando-se uma política mais imediata, carregada de decisões oportunistas. O resultado foi a divisão da Europa em dois blocos de pouca ou nenhuma mobilidade, gerando um quadro de rivalidades e tensões que levariam aos acontecimentos de 1914.

Um dos pilares do sistema de equilíbrio de poder coordenado por Bismarck tinha sido a manutenção do distanciamento entre França e Rússia. Em 1894, as duas potências iniciaram uma aproximação que não foi baseada em interesses econômicos, embora a França mantivesse empréstimos regulares à Rússia desde 1888. Do ponto de vista ideológico, França e Rússia não poderiam estar mais separadas. A principal motivação da aproximação era o temor do isolamento político.

Apesar da disposição de Guilherme II e da Rússia em renovar sua aliança de apoio mútuo, o *Reinsurance Treaty* não foi renovado em 1890. Holstein argumentou que tal decisão poderia afetar negativamente as relações com a Áus-

tria. Se uma guerra explodisse entre a França e a Alemanha, a neutralidade russa não seria garantida. Além disso, tanto a França quanto a Rússia tendiam a ser afetadas pelo aparente movimento de aproximação entre o Reino Unido e a Tríplice Aliança, formada pelo Império Alemão, Império Austríaco e pela Itália. O acordo que envolveu a troca de *Heligoland* por Zanzibar, em 1890, aumentou as esperanças da Alemanha por uma aliança com os britânicos. Na renovação da Tríplice Aliança, também em 1890, o Primeiro-ministro italiano Antonio Di Rudini deu deliberadamente a impressão de que os britânicos apoiavam as ambições italianas no norte da África.

França e Rússia foram forçadas a se aproximar. A simbólica visita da frota francesa ao porto russo de *Kronstadt*, em 1891, foi seguida de um acordo militar em 1892 e uma aliança política em 1894. Tratou-se de uma aliança defensiva, que respondia à Tríplice Aliança. Seu conteúdo definia que se a França fosse atacada pela Alemanha ou pela Itália com apoio da Alemanha, a Rússia disponibilizaria 800 mil homens contra a Alemanha. Se a Rússia fosse atacada pela Alemanha ou pela Áustria apoiada pela Alemanha, a França colocaria do lado russo 1.3 milhões de homens. A mobilização de qualquer membro da Tríplice Aliança levaria à mobilização conjunta das duas potências sem necessidade de consultas. A aliança deixaria de valer se a Tríplice Aliança também o fizesse.

A aliança franco-russa nunca chegou efetivamente a existir já que não foi aprovada pelo parlamento francês e manteve-se secreta até 1918. Mesmo assim, a aproximação entre as duas potências foi interpretada como um desafio aos interesses britânicos, já que havia disputas coloniais tanto com franceses quanto com russos.

A partir deste momento histórico a Alemanha passou a ter que lidar com a perspectiva de uma guerra em duas frentes, algo que Bismarck evitou que acontecesse durante quase três décadas. Planos militares específicos para uma eventual ação de aniquilação da França passaram a ser realizados. O envolvimento britânico a favor de qualquer um dos lados poderia afetar o novo equilíbrio de alianças, mas significaria o abandono de sua tradicional política de isolamento das alianças continentais desde o final do século XIX.

Bismarck havia trabalhado para manter os britânicos como aliados tradicionais com os quais não havia e não deveria haver conflito de interesses. No entanto, os novos dirigentes do Império Alemão viam no desenvolvimento de uma frota potente e moderna uma maneira de se aproximar dos britânicos, uma maneira de impressionar a maior potência naval e adquirir seu apoio e aliança. Uma série de leis navais, que foram promulgadas no Império Alemão com apoio da classe industrial e nacionalista, tinham como objetivo criar uma força naval baseada em *Wilhelmshaven* e *Kiel*, no Mar do Norte. A nova estratégia do imperador Guilherme II mostrar-se-ia contraprodutiva em pouco tempo. Sua anglofobia era tanto uma postura pessoal quanto uma necessidade político-populista. Suas ambições imperialistas também não eram escondidas. Além disso, o imperador era fortemente influenciado pelo Almirante Alfred von Tirpitz, que temia enfrentar crises diplomáticas sem uma frota poderosa. A intenção do imperador e de seu almirante eram incompatíveis com a manutenção do *status quo* e do interesse britânico mundo afora. A rivalidade naval acabou criando uma crescente atmosfera de desconfiança entre britânicos e alemães.

O isolamento britânico também foi afetado pela ação de Guilherme II antes e durante a Guerra dos Boers, ex-imigrantes holandeses estabelecidos na África do Sul desde o século XVIII. A importância estratégica do Cabo da Boa Esperança, conjugada ao sonho de uma ferrovia que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo unindo as colônias britânicas na África, e a descoberta de ouro em diferentes regiões da África do Sul, gerou um conflito armado entre as regiões dominadas pelos britânicos e repúblicas livres dos Boers, como a do Transvaal e a República Livre de *Orange*. Guilherme II manifestou-se desastradamente a favor dos revoltosos e contra os britânicos. Uma série de derrotas militares no campo de batalha entre 1899 e 1902 gerou preocupação no Reino Unido e o apoio popular e político do Império Alemão ajudou a contaminar a possibilidade de uma aliança com os britânicos.

Foi por causa do Japão que os britânicos iniciaram a saída do relativo isolamento. Cientes das ambições russas no Extremo Oriente e impossibilitados de se unir à Tríplice Aliança e cooperar nos esforços contra a Guerra dos Boxers na China, os britânicos se aliaram aos japoneses. No acordo de 1902, as duas nações reconhecem a independência da China e da Coréia e as mútuas esferas de influência na China. Os britânicos reconheceram os especiais interesses japoneses na Coréia, garantiram neutralidade no caso de um dos dois se envolver em conflito com outra potência, além de ajuda imediata no caso de um conflito com duas ou mais potências. Os britânicos iniciavam assim o fim de um longo período de isolacionismo e paz com o real objetivo de evitar uma partilha russo-japonesa da China.

Os britânicos também tinham razões para iniciar aproximação com os franceses. Não havia vingado a possibilidade de aliança com os alemães e necessitavam de um aliado na Europa Continental. Os franceses viam uma aproximação com os britânicos como uma maneira de fortalecer a França na Europa Continental, evitar o perigo de envolvimento em uma eventual guerra russo-japonesa e acertar um acordo colonial onde a França ganhava controle direto sobre o Marrocos enquanto reconhecia a posição de domínio britânico sobre o Egito, após décadas de ressentimento. Ainda em 1902, a Itália já se afastava da Tríplice Aliança fechando o acordo franco-italiano que rompia com o sentimento antifrancês na Itália, para trocar neutralidade em caso de ataques à França e vice-versa, além de consolidar o reconhecimento mútuo dos dois países em diferentes regiões do norte-africano.

Após uma visita oficial do Rei Eduardo VII a Paris em 1903, estava pavimentado o caminho para um acordo franco-britânico de ampla importância: a *Entente Cordiale*. Uma série de disputas de fronteira entre as duas metrópoles no território africano e Sudeste Asiático foram solucionadas e os efeitos da aproximação, que não se tratava de uma aliança, foram rapidamente verificados. A *Entente* foi testada durante a guerra russo-japonesa quando os russos sofreram duras derrotas em terra e mar. Os alemães acreditavam que a *Entente* seria arruinada, pois colocaria britânicos e franceses em lados opostos. A derrota da Rússia para o Japão acabou colocando a Rússia mais próxima da França. A *Entente* permaneceu forte. Durante a primeira crise do Marrocos em 1905 e 1906, provocada pela visita de Guilherme II ao Sultão do Marrocos em Tanger e após afir-

mações questionando a presença francesa na região, mais uma vez a *Entente* foi colocada sob pressão. A conferência de Algeciras em 1906 não só reconheceu o interesse e presença da França no Marrocos como chegou ao ponto de disponibilizar mais de cem mil soldados britânicos aos franceses, no momento de maior tensão. Era o fim do isolacionismo britânico.

A política externa alemã havia sempre excluído a possibilidade de uma aproximação britânico-russa. Em 1907 o improvável aconteceu. A fraqueza russa após a derrota para o Japão, auxiliada pela cada vez mais agressiva posição da Alemanha na competição naval com os britânicos, provocou um acordo motivado pelas forças moderadas das duas potências. O subcontinente indiano foi a chave do problema. Britânicos e russos concordaram em ficar fora da região do Tibete e reconheceram a soberania chinesa na região. O Afeganistão foi reconhecido como área de influência britânica, mas não seria anexado. A Pérsia foi dividida. Sua região norte-caucasiana ficou sob controle russo e a região do golfo sob domínio britânico. O acordo atingiu duramente os alemães. As controvérsias britânicas com os alemães ultrapassavam a concorrência naval. Campos rivais começavam a se cristalizar e uma reação do Império Alemão não tardaria.

Foi uma série de crises sucessivas na Bósnia, Marrocos e nos Bálcãs que levou ao aumento da tensão entre dois blocos que se formavam entre as potências, tornando-as pouco flexíveis. Apesar da derrota no Extremo Oriente, os russos ainda tinham ambições nos Bálcãs, na sua eterna busca de acesso a mares quentes. A Áustria mantinha suas dificuldades em conter as ambições da expansão sér-

via sobre território de outros povos eslavos do sul. Como se não fosse o bastante, jovens oficiais das forças armadas turcas iniciaram movimento de retomada nacionalista do Império Otomano, favorecendo políticas de reforma e modernização da administração otomana além do restabelecimento do controle sobre territórios, como a Bósnia e a Herzegovina.

Em 1908, a Áustria negociou com a Rússia a anexação da Bósnia em troca do apoio austríaco à abertura do estreito aos russos. A Áustria se antecipou e anexou a Bósnia antes que os russos iniciassem negociações. A anexação acirrou ainda mais as diferenças entre a aliança austríaco-alemã e os russos. A Rússia deu imediato apoio aos sérvios. A Áustria recebeu imediato apoio dos alemães no caso de um conflito aberto. Britânicos e franceses não viram vantagem em apoiar a Rússia e esta teve que recuar. Os otomanos foram compensados com 2.4 milhões de libras e a situação se resolveu temporariamente. A ação agressiva da Áustria resultou em mais problemas. Encorajou as alas expansionistas do regime Habsburgo, acirrou o nacionalismo sérvio e gerou descontentamento da Itália, que viu seus interesses nos Bálcãs ignorados durante todo o episódio.

Em 1911, uma nova crise no Marrocos viria a dificultar as relações entre as grandes potências. A ocupação da cidade de Fez pelas forças francesas provocou o envio do contratorpedeiro alemão Panther ao porto de Agadir. As relações entre França e Rússia não estavam em momento favorável e a Alemanha aproveitou-se da situação para demandar compensações. Os britânicos intervieram diante do perigoso impasse e iniciaram manobras navais além de

intimarem os alemães a reconhecerem o Marrocos como protetorado francês em duro discurso de Lloyd George. A Alemanha recebeu parte do Congo francês como recompensa. As conseqüências da segunda crise do Marrocos foram graves. A tentativa italiana de invadir a Líbia, diante da evidente fraqueza otomana em 1911/1912, coincidiu com o aumento do interesse alemão sobre o norte africano e sobre o Império Otomano. A ocupação das ilhas do Dodecaneso pelos italianos estendeu a guerra às proximidades dos Bálcãs e pioraram as relações da Itália com a Áustria e a Alemanha. A expansão naval alemã provocou um arranjo de cooperação e interdependência entre as frotas britânicas e francesas. Finalmente, escancarou-se a fraqueza otomana, desde o final do século XIX descrita pelas outras potências como *the sick man of Europe*, referência aos muitos inimigos e nenhum aliado que os turcos tinham no início do século, além de sua condição moribunda sobre a qual as potências européias esperavam para "avançar sobre a carcaça" (Tuchman, p. 137). A fraqueza otomana combinada ao patrocínio ofensivo da Rússia, que tinha os olhos voltados ao estreito do Bósforo, levou à formação da Liga entre Sérvia, Bulgária e Grécia para a partilha da Macedônia. Em 1912, a França fechou acordo de ajuda militar mútua com a Rússia no caso da eclosão de uma guerra com a Áustria para defender a Sérvia. As alianças fixas estavam praticamente concluídas.

Em 1912, as grandes potências perderam o controle sobre os Bálcãs. Na Guerra dos Bálcãs as forças da Liga alcançaram a capital otomana Constantinopla e os turcos tiveram que se conformar com sua expulsão do continente europeu. Um novo país foi criado por pressão da Áustria, a

Albânia, para conter as pretensões sérvias de acesso ao mar. Os russos mantiveram seu apoio à Sérvia. Em 1913, a Sérvia junto da Grécia e da Romênia entraram em choque com a Bulgária, que perdeu grande parte da Macedônia para os sérvios. A Sérvia tornara-se uma ameaça ainda maior à Áustria, que preferiu adotar postura preventiva. Os alemães garantiram aos austríacos seu apoio a qualquer agressão nos Bálcãs.

A Europa toda sentia a tensão criada pela instabilidade balcânica e a imobilidade das alianças. Alemanha, Rússia e França decidiram aumentar seus contingentes militares. Em junho de 1914, no alto do antagonismo austríaco-sérvio, o herdeiro do trono austríaco decidiu prestigiar manobras militares em Sarajevo, Bósnia. Um ataque da organização terrorista sérvia Mão Negra falhou ao atentar contra a vida de Francisco Ferdinando. No entanto, pouco depois do atentado, um jovem fanático sérvio, Gavrillo Princip, assassinou o Arquiduque e sua esposa. Convencida de que o poder da Sérvia deveria ser eliminado nos Bálcãs, a Áustria declarou guerra à Sérvia no dia 28 de julho de 1914.

Uma reação de declarações de guerra em cadeia foi iniciada. A Rússia assegurou à Sérvia seu apoio e iniciou mobilização militar que necessariamente implicava em guerra contra a Alemanha. A Alemanha alertou a Rússia contra tal atitude. A França escorou os russos, que mantiveram a posição. No dia 1º de agosto a Alemanha declarou guerra à Rússia. A base de mobilização do exército alemão respondeu ao chamado Plano Schlieffen, nome do General Alfred von Schlieffen, chefe do Estado Maior do exército alemão entre 1891 e 1905. Um ataque fulminante contra a França deveria ser seguido de um ataque aos russos, mais fracos

técnica e militarmente. Já que a França recusava declarar neutralidade no conflito iminente entre Rússia e Alemanha, a Alemanha declarou guerra também à França no dia 3 de agosto. Ironicamente a aliança franco-russa nunca foi ativada. A aplicação do Plano Schlieffen pelos alemães implicou na violação da neutralidade da Bélgica. Os britânicos estavam comprometidos com a França desde a cooperação e interdependência naval estabelecida pela *Entente*. O Reino Unido não poderia assistir ao equilíbrio de poder europeu tão duramente afetado e, no dia 5 de agosto, declarou guerra à Alemanha. A Itália decidiu manter neutralidade alegando que a ação da Áustria contra a Sérvia violava os termos da Tríplice Aliança.

Uma guerra generalizada entrou em curso na Europa. Certamente o nacionalismo alemão, carregado de autoritarismo, agressividade e racismo pode ser caracterizado como uma das maiores causas da tragédia que se aproximava. A personalidade e as ambições imperialistas do Kaiser Guilherme II também não podem ser desprezadas. Mas há também outros fatores que influenciaram a formação de um ambiente ruim entre as nações européias no início do século XX. O processo de imobilização e esgotamento da política das alianças de Bismarck foi fator definitivo para o início do conflito. Ademais, havia na época uma ênfase em valores militares, especialmente na Alemanha e na Áustria, onde a aristocracia militar desfrutava de força política e auto-estima. Ao analisar a história da guerra, John Keegan argumenta de forma crítica a influência que a obra do general prussiano Karl von Clausewitz teve sobre os Estados-maiores das potências européias. A idéia de que a guerra era uma extensão da política e que tinha que ser combatida da forma mais brutal para que fosse rapidamente con-

cluída fez parte da formação dos comandantes da época. Segundo Keegan, "às vésperas da I Guerra Mundial, quase todo europeu qualificado do sexo masculino em idade militar tinha uma carteira de identidade militar [...] no caso de mobilização geral. No início de julho de 1914, havia cerca de quatro milhões de europeus uniformizados; no final de agosto havia 20 milhões, e milhares já haviam sido mortos. A sociedade guerreira submersa irrompera armada na paisagem pacífica e os guerreiros travariam a guerra até que, quatro anos depois, não conseguissem mais lutar. [...] Embora este resultado catastrófico não deva ser conseqüência do estudo de Clausewitz, é correto ver nele o pai ideológico da I Guerra Mundial. [...] A ideologia da 'guerra verdadeira' foi a ideologia dos exércitos da I Guerra e o destino estarrecedor que aqueles exércitos construíram para si mesmos, graças ao seu fervor para com essa ideologia, talvez seja o legado duradouro de Clausewitz" (Keegan, p. 39-40).

A corrida armamentista, especialmente na produção de navios de guerra, gerou tensão no Reino Unido que via a expansão naval alemã como uma ameaça mortal. A percepção dos alemães e austríacos de que a guerra poderia produzir ganhos em curto espaço de tempo era evidente. Além disso, a crise doméstica por que passavam boa parte das potências européias fazia com que alguns políticos e militares vissem a guerra com alguma simpatia. O conflito poderia desviar a atenção dos problemas internos enfrentados por vários países como a Áustria, que sentia o problema crônico das diferentes nações em seu território.

A natureza do capitalismo também criou as condições para o caos que se apresentava na Europa. A indústria ar-

mamentista, como por exemplo o grupo siderúrgico alemão Krupp ou o grupo austríaco Skoda, exercia cada vez mais pressão e influência sobre os governos, principalmente os dos grandes impérios (Tuchmann, p. 166-168). Políticas comerciais protecionistas também tiveram seu papel. Enquanto os britânicos sentiam o crescimento da participação da Alemanha no comércio internacional, estes, por sua vez, sentiam o peso das barreiras tarifárias para entrada dos grãos alemães na Rússia.

Finalmente, não se pode desprezar a grande quantidade de lideranças políticas com visão curta para lidar com problemas de grande proporção e com pouco tempo para tomar decisões. Segundo Bartlett, o General von Moltcke, comandante do Estado-maior alemão desde 1906, acabou aceitando a utilização do Plano Schlieffen por acreditar que a Alemanha seria capaz de efetuar uma guerra curta através de rápidas e esmagadoras vitórias. Acreditava que nem a Rússia nem a França estariam preparadas para um confronto e que a guerra era inevitável já que a Alemanha não poderia resolver suas ambições de forma pacífica (Bartlett, p. 170). A imagem dos benefícios de uma "guerra curta" acabou sendo uma verdadeira catástrofe para o continente e para o mundo.

2 O primeiro grande conflito universal: a I Guerra Mundial

Apenas a Guerra dos Boers (1899-1902) e a Guerra Civil Americana (1861-1865) poderiam deixar algum tipo de idéia sobre as conseqüências do desenvolvimento da indústria de guerra e do avanço tecnológico. A escala e impacto sobre as estruturas econômicas e sociais entre os beligerantes da I Guerra Mundial não tiveram precedentes. Tratou-se, sem dúvida, da primeira *guerra total*.

Recebida por uma geração européia de mentes militaristas emocionalmente preparadas para um conflito considerado inevitável, a I Guerra Mundial se transformou rapidamente em um conflito de dimensões colossais que foi além do que qualquer um poderia imaginar. A combinação de despreparo, tanto psicológico quanto logístico, preparou a cena do fim dos tempos.

As declarações de guerra foram saudadas com entusiasmo popular em todos os países envolvidos. Na percepção de várias lideranças e organizações políticas, a guerra era vista como uma cura para os problemas sociais e a decadência moral. Assim, pode-se explicar o entusiasmo francês com o aumento do tempo do serviço militar de dois para

três anos em 1913, ou a imediata mobilização das diferentes nações da monarquia austríaca para a guerra deixando temporariamente de lado suas reivindicações nacionalistas. A guerra para a qual os europeus haviam sido ensinados a se envolver foi suplantada pela guerra mecanizada tornando-se um choque traumático.

A idéia de que a I Guerra Mundial seria uma guerra curta, ao invés de uma guerra longa e devastadora, era praticamente uma unanimidade. No entanto, várias razões levaram o conflito a durar vários anos. Em nenhuma das alianças havia planos de guerra de ação coordenada. Em nenhum país europeu havia coordenação entre a política de defesa e a política externa, isto é, na relação entre soldados e diplomatas. Do ponto de vista estratégico, a ênfase do pensamento militar europeu estava colocada no culto ao poder ofensivo e aos ataques em busca de vitórias decisivas. O estudo da defesa e de suprimentos em caso de conflitos estacionados e entrincheirados era praticamente inexistente. De qualquer maneira, em 1914 havia um equilíbrio entre as forças militares das duas alianças. A habilidade dos britânicos em mobilizar forças em larga escala foi subestimada. A *Entente* possuía mais divisões e supremacia naval. As forças russas haviam melhorado muito desde sua derrota para os japoneses em 1905 e assim, como as forças austríacas, eram de qualidade bastante satisfatória. A Alemanha tinha o mais refinado exército da Europa e junto da Áustria levava grande vantagem nas linhas de comunicação interna e na transferência de tropas dentro de um eficiente sistema ferroviário.

No início da I Guerra houve significativa mobilização. Os russos avançaram para tirar a pressão alemã so-

bre a França, mas foram derrotados pelas forças dos generais Hindenburg e Ludendorff nas florestas de Tannenberg e lagos masurianos no início de setembro. As invasões da Áustria no território sérvio e na Polônia russa foram contidas. A partir daí o futuro da guerra estaria decidido e um conflito entre povos, que não terminaria em uma simples batalha, mas em uma longa e custosa luta, estaria para se confirmar.

O Plano Schlieffen implicava na utilização das forças principais da Alemanha dentro do princípio da porta giratória, isto é, enquanto os franceses combatiam forças alemãs na Renânia, as principais forças alemãs invadiam a Bélgica e marchavam para Paris bloqueando o exército francês junto da fronteira da Suíça. De fato, os franceses perderam 300 mil homens em um mês na batalha da fronteira da Alsácia e Lorena. Apesar disso, o Plano Schlieffen falhou.

Um total de um milhão e meio de soldados alemães foram lançados através da Bélgica e do norte da França, mas falharam ao avançar para Paris. Ao contrário do que havia pensado o já falecido General Schlieffen, o General von Moltke não fortaleceu as tropas da ala ocidental o suficiente. Preferiu deixar forças essenciais na ala oriental durante a ofensiva. Além disso, o plano ignorou aspectos logísticos fundamentais. Mesmo que as tropas tivessem sido suficientes na ala ocidental, teriam fracassado por falta de suprimentos. Quando as tropas alemãs atingiram o *Marne* já estavam exaustas, as linhas de suprimento já estavam rompidas e faltavam munição e alimento para os cavalos. Em setembro de 1914, o exército francês e a força expedicionária britânica já haviam contido o avanço alemão e o re-

sultado foi uma corrida para o Canal da Mancha, gerando uma linha de trincheiras por todo o caminho.

No final de 1914, a guerra já havia se alastrado também para o Oriente Próximo, pois o Império Otomano se tornou aliado das potências centrais e os estreitos do Bósforo e de Dardanelos haviam sido fechados em 26 de setembro. A partir de 1915, a guerra entrou em um impasse que duraria até 1917. Na frente ocidental o período foi marcado por uma série de tentativas franco-britânicas de abrir uma passagem por Ypres. Em 1916 os alemães tentaram desgastar o exército francês concentrando seus esforços na histórica fortaleza da cidade de Verdun, defendida pelo General Petáin. Entre fevereiro e julho, 600 mil homens de ambos os lados morreram na batalha. Ainda em julho, a ofensiva do *Somme*, liderada pelo General britânico Douglas Haig, tentou trazer algum alívio à pressão de Verdun, porém mais de 55 mil homens morreram apenas no primeiro dia. A guerra das trincheiras foi um verdadeiro massacre humano. Em 1917, a ofensiva de *Nivelle* provocou uma onda de motins nas forças armadas da França. Mas os combates continuaram, e entre julho e novembro de 1917 mais uma ofensiva liderada pelo General Haig em *Passchendaele* terminou com 240 mil mortos e nenhum avanço.

Na frente oriental a guerra não permaneceu tão estática. Em dezembro de 1915, as forças alemãs e austríacas ocuparam a Sérvia e avançaram para além de Varsóvia até a Lituânia. Em 1916, uma grande ofensiva russa liderada pelo General Brusilov avançou até a Bukovina, apesar da perda de três milhões de homens no ano anterior. Uma segunda ofensiva russa em 1917 teve bem menos sucesso

e o esforço de guerra russo esgotou. O ano terminou com o pânico italiano na batalha contra austríacos e alemães em Caporetto.

Na guerra no mar, o poder britânico-francês mostrou mais competência. Todas as colônias alemãs, com exceção de Tanganika, foram submetidas ao poder britânico e francês e a frota alemã no Atlântico Sul totalmente destruída nas proximidades das Ilhas Falkland. Um bloqueio naval britânico contendo os alemães foi mantido desde o início da guerra. Convencido de que os britânicos queriam fazer os alemães passar fome com o bloqueio, o Almirante Alfred von Tirpitz acreditava que podia romper o bloqueio. Uma guerra submarina iniciada em fevereiro de 1915 só foi contida após o afundamento do navio Lusitânia, que causou a morte de 128 norte-americanos em um total de 1.200 mortos. Nunca houve uma grande batalha decisiva entre as grandes frotas britânicas e alemãs. O mais importante confronto entre a Grande Frota Britânica, comandada por Lord Jellicoe, e a frota de alto-mar alemã, comandada pelo Almirante von Scheer, se deu na Batalha da Jutlândia em maio de 1916, e não teve vitorioso. Desde então, a frota alemã nunca mais saiu de seus portos.

Foram feitas algumas tentativas de romper o impasse e a paralisação que se evidenciou na guerra a partir de 1915. Um considerável esforço foi feito para criar esquemas que viabilizassem a invasão do território das potências centrais. A maior empreitada de todas foi a operação realizada em Gallipoli, nas proximidades do estreito de Dardanelos. A operação militar foi planejada para abrir a passagem do estreito à Rússia e permitir a união das forças russas, britânicas e francesas para um avanço aos Bálcãs, iso-

lando e retirando os turcos da guerra. O plano, em boa parte inspirado por Winston Churchill, na ocasião primeiro Lorde do Almirantado britânico, causou a morte de 250 mil homens, principalmente porque subestimou a resistência turca, tornando-se um dos maiores fiascos da I Guerra Mundial. O erro de cálculo em relação à capacidade de resistência dos turcos foi repetido no ataque a Bagdá por forças anglo-indianas em 1915, culminando em rendição após a batalha de Kut el Amara em 1916. O trabalho de exploração do nacionalismo árabe foi iniciado em junho de 1916 e as revoltas árabes passaram a fazer parte da estratégia britânica para minar as estruturas do Império Otomano. Bagdá foi tomada em março de 1917 e Jerusalém em dezembro do mesmo ano. Se comparada à ação no Oriente Médio com a atuação na frente ocidental, a competência de heróis como o oficial britânico Thomas Lawrence, o "Lawrence das Arábias", ganhou grande destaque. As atividades de sabotagem às linhas de suprimentos turcos e a organização das milícias árabes por Lawrence e seus parceiros, como o Emir Faisal, foram essenciais para o sucesso britânico ao derrotar os turcos. Posteriormente, a influência de Lawrence nas decisões de Winston Churchill, designado ministro da guerra e ar em 1918, foi fundamental para definir as autoridades árabes que iriam comandar o poder local no que vieram a ser os países do Oriente Médio sob o domínio britânico (Fromkin, p. 498-501).

A entrada do Império Otomano na guerra acabou cortando os suprimentos de trigo russo que vinham do Mar Negro. Por esta e outras razões outros países acabaram se envolvendo na guerra. Em maio de 1915, a Itália declarou guerra à Áustria com intenções de agregar Trieste, a península-

la da Ístria, o norte da Dalmácia e territórios na Ásia Menor a seu território. A Bulgária se aliou às potências centrais em setembro de 1915, com intenção de agregar a Macedônia e partes da Grécia e Romênia. A entrada da Bulgária dificultava enormemente a posição da Sérvia. Levada ao conflito com promessas de agregar a Transilvânia e a Bukovina, a Romênia entra na guerra em agosto de 1916 e é facilmente derrotada por uma força combinada de alemães, turcos e búlgaros, deixando vastos recursos em petróleo e grãos à disposição dos invasores. Na Grécia, após uma crise política que tinha o Rei Constantino em posição pró-Alemanha e o líder político Venizelos em posição pró-britânicos, a abdicação de Constantino em junho de 1917 coloca o país finalmente ao lado da *Entente*.

O período entre 1914 e 1916 escancarou outro novo aspecto do grande conflito que assombrava a humanidade: a utilização de novas armas de guerra. Gás venenoso foi usado pela primeira vez pelos alemães durante a segunda Batalha de Ypres em abril de 1915. Tanques de guerra foram usados com sucesso na Batalha do *Somme* em setembro de 1916, embora nunca com concentração e estilo suficientes para um rompimento real das trincheiras. Aviões foram usados para reconhecimento em 1914, mas não foi antes de 1915 que se descobriu e se utilizou um método de sincronização entre metralhadoras e os propulsores das aeronaves. Ainda assim, como os tanques de guerra, o verdadeiro papel militar das aeronaves ainda não tinha sido totalmente entendido. Finalmente, o submarino havia sido uma arma pouco valorizada até 1914. Mas em 1917 os alemães já tinham mais de 300 em operação e no momento mais crítico de seus ataques a navios de guerra e mercan-

tes no Atlântico Norte, chegaram a reduzir as reservas de suprimentos britânicos a menos de seis semanas.

A retomada de fluidez na I Guerra Mundial só foi realmente retomada a partir de abril de 1917, e por duas razões: a entrada dos Estados Unidos no conflito e a saída da Rússia. Eleito com discurso isolacionista em 1916, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, mudou de posição depois da revelação de tentativas alemãs em envolver o México em eventual invasão aos Estados Unidos com o objetivo de recuperar a região do Arizona, e diante da guerra submarina irrestrita dos alemães contra navios de bandeira neutra a partir de fevereiro de 1917. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, as potências da *Entente* se comprometeram a libertar e reparar os territórios ocupados, além de respeitar o princípio da nacionalidade na Europa. Os "Quatorze Pontos" que Wilson propôs em janeiro de 1918, para a reorganização e estabelecimento de ordem na Europa, incluíam, entre outras medidas, a abolição da diplomacia secreta, o fim dos bloqueios navais também em períodos de guerra, a remoção de barreiras econômicas entre as nações, a limitação de armamentos nacionais, uma série de definições fronteiriças e territoriais na Europa, e uma associação geral de nações para manutenção da paz, a Sociedade nas Nações. As propostas deram à guerra uma característica de cruzada ideológica, de caráter político liberal (Motta, *apud* Reis Filho, vol. I, p. 246-250). A retirada da Rússia da guerra em março de 1918, após o caos resultante da Revolução Comunista iniciada em abril de 1917, ocorreu com a assinatura do polêmico Acordo de Brest-Litovsky. Assim, a frente oriental entrava em colapso e um milhão de homens puderam se deslocar para fortalecer os alemães na frente ocidental.

Os resultados destes dois fatores de urgência e esperança para as duas alianças beligerantes foram as ofensivas lideradas pelo General Ludendorff entre março e julho de 1918, que foram tão violentas e perigosas que os exércitos da *Entente* concordaram em unificar seu comando sob o Marechal Foch. Os alemães chegaram a cerca de 80 quilômetros de Paris. O General Haig chegou a ordenar a seus homens que lutassem até o fim. O contra-ataque aliado aconteceu em 8 de agosto de 1918 e as desgastadas forças alemãs tiveram que recuar. Em setembro, a Bulgária se rendeu e no Oriente Médio os turcos tiveram que recuar até o norte de Damasco. No mês seguinte, as tropas austríacas também recuaram pressionadas pelos italianos em Vittoria Veneto. No dia 11 de novembro, delegados alemães assinaram um armistício no trem do Marechal Foch na floresta de Compiégne.

As conseqüências do fim da guerra para cada um dos países variaram de acordo com suas circunstâncias. A destruição física teve proporções nunca vistas. Dez milhões de homens morreram, a maioria com menos de 40 anos. Para se ter uma idéia comparativa do desastre causado pela I Guerra calcula-se que entre 1802 e 1913 cerca de 4,5 milhões de vidas tenham sido perdidas em guerras na Europa. Todos os países envolvidos foram deixados com déficits de população masculina. A guerra deixou dez milhões de refugiados, cinco milhões de viúvas e nove milhões de órfãos. Em relação às fontes de produção a destruição também foi notável. Em 1920, a produção industrial européia ainda era apenas um quarto da produção de 1913. O impacto no comércio não ficou para trás. O comércio internacional foi em boa parte interrompido durante o longo con-

flito. Mais do que qualquer país, o Reino Unido foi duramente atingido com o crescimento da concorrência norte-americana e japonesa e com o desvio de comércio provocado pela substituição de importações em vários países.

Os impactos sociais também devem ser cuidadosamente analisados. A guerra total fez com que certos grupos sociais viessem a desfrutar de posições mais elevadas. Expandiu o número de membros nos sindicatos de trabalhadores industriais no Reino Unido, na França e em outros países. O poder dos trabalhadores começava a ser notado ao se verificar o crescente número de greves e o relativo aumento da renda familiar dos trabalhadores. A substituição de mulheres em posições de trabalho anteriormente realizado por homens deu sustentação à causa da emancipação feminina trazendo um implícito reconhecimento de igualdade que encorajou a autoconfiança e a independência econômica da mulher. As classes médias, na Rússia em particular, ganharam importância com o esforço de guerra e participação em diferentes comitês de trabalho orientados para a guerra, o que acabou por possibilitar o aumento da pressão para reformas constitucionais durante e depois do conflito mundial.

A I Guerra Mundial também se caracterizou por um conflito entre sistemas econômicos onde tradicionais instituições e sistemas de governo foram confrontados. No Reino Unido, o processo de planejamento de Estado começou com a criação do Ministério de Munições em 1915. Na Alemanha, o Departamento de Matérias-Primas para a Guerra sob o comando do industrial Walter Rathenau teve grande influência. Na França, Georges Clemenceau retornou ao poder em 1917 no auge do derrotismo francês e ganhou,

em fevereiro de 1918, plenos poderes para legislar por decreto todo o sistema econômico. O controle do Estado sobre os sistemas ferroviários, racionamento de alimentos e combustíveis e o controle de preços eram necessários para estabelecer prioridades. Os governos também assumiram o poder sobre a demanda de grãos e matérias-primas.

A modificação de alguns dos sistemas políticos foi também uma conseqüência da presença do Estado no direcionamento da economia. De agosto de 1916 em diante a Alemanha se submeteu a uma semiditadura militar dirigida por Hindenburg e Ludendorff. No Reino Unido, a crise de dezembro de 1916 acabou centralizando o poder político decisório no Primeiro-ministro Lloyd George e ao gabinete de guerra. A França vivia praticamente uma ditadura militar comandada pelos Generais Joffre e Nivelle até 1917, até que Clemenceau estabeleceu uma ditadura civil. Na Áustria, o parlamento parou de se reunir em 1917. O choque da derrota acabou por produzir mudanças radicais nos sistemas políticos dos três grandes impérios europeus: o alemão, o austríaco e o russo.

Na Rússia, como em outros importantes países que participaram da I Guerra Mundial, o início do conflito foi saudado com histeria patriótica. Na verdade, o tradicional regime czarista dos Romanov sofria de problemas sociais crônicos, uma economia fraca e de estrutura agrícola com uma estreita base de apoio político interno. Estava bastante vulnerável a qualquer conflito de longa duração. Os impactos da guerra não demoraram a ser sentidos. As derrotas de 1914 e as violentas ofensivas sofridas em 1915 e 1916 causaram morte e ferimentos em mais de sete milhões de pessoas. Em 1917, a economia russa entrou em colapso. A

devastação do território e o fechamento dos estreitos levaram a fome nas cidades e no campo. Distúrbios da ordem pública passaram a ser freqüentes na busca de alimento até que uma greve geral em Petrogrado paralisou cerca de 400 mil trabalhadores em março de 1917. O envolvimento direto do Czar Nicolau II na conduta da guerra identificou-o pessoalmente aos desastres verificados. O parlamento russo, a Duma, havia paralisado seus trabalhos em 1915 e o poder decisório concentrou-se nas mãos da Czarina Alexandra e de um grupo de conselheiros radicais; entre eles, o fanático religioso Rasputin, assassinado por um grupo de aristocratas liderados pelo príncipe Yusupov em 1916.

A crise governamental ficou evidente quando as tropas imperiais confraternizaram com os grevistas em Petrogrado. No dia 11 de março, a Duma, o parlamento russo, assumiu efetivamente o poder na Rússia e estabeleceu um governo provisório comandado pelo Príncipe Lvov. Nicolau II abdicou do trono. A base do governo provisório era muito estreita. O colapso na autoridade atingiu o exército que sofria sob as péssimas condições na linha de frente e sob a agitação dos bolcheviques. Quando a pena de morte foi abolida, deserções ocorreram em massa. Em Petrogrado e outras cidades, trabalhadores da indústria elegeram conselhos (*Soviets*), que mantinham armamentos e ficavam sob o controle da esquerda mais radical. O governo provisório acabou enfraquecendo a si mesmo quando prometeu a eleição de uma assembléia constituinte e acenou para garantias de propriedade de terras aumentando a expectativa dos camponeses. Além disso, mantinha-se no esforço de guerra. Líderes bolcheviques retornaram do exílio e não tardaram a medir forças com o governo provisório. Ao con-

trário de outros líderes bolcheviques, Vladimir Lênin e Leon Trotsky perceberam a oportunidade de realizar a revolução. Lênin propôs a criação de uma República de Conselhos de Trabalhadores e Camponeses Pobres ao mesmo tempo em que propôs um acordo de paz na guerra com as potências centrais. Em setembro, revolucionários socialistas e mencheviques que apoiavam a cooperação com o governo provisório foram expulsos de suas posições nos *Soviets*. Moscou e Petrogrado já estavam nas mãos dos bolcheviques. A base do governo provisório era muito estreita e seu isolamento ficou evidente quando, em meados de julho, um levante de marinheiros e trabalhadores provocado pelos bolcheviques em Petrogrado foi abortado. Logo depois, uma tentativa de contra-revolução liderada pelo General Kornilov também fracassa. No levante bolchevique, o primeiro-ministro do governo provisório, o advogado socialista revolucionário Alexander Kerensky, ex-Ministro da Guerra do Príncipe Lvov, foi obrigado a prender líderes bolcheviques e acusar Lênin de ser sustentado pela Alemanha. Para conter Kornilov, Kerensky precisou apelar para a ajuda do exército vermelho e contar com uma greve dos trabalhadores ferroviários. Lênin e Trotsky planejaram um golpe que precedesse o encontro do Congresso de Todos os Conselhos (*Soviets*) Russos e da programada assembléia constituinte. Em novembro, pontos estratégicos de Petrogrado e Moscou foram ocupados pelos bolcheviques. Kerensky fugiu da cidade. No Congresso dos *Soviets* Lênin anuncia negociações de paz e a abolição da propriedade da terra sem compensação. Um governo foi formado com Lênin no comando excluindo socialistas revolucionários e mencheviques.

Diante da necessidade de consolidar seu poder o mais rápido possível e organizar a resistência às forças contra-revolucionárias, Lênin se preparou para um acordo de paz a qualquer preço. O resultado foi que, embora as condições colocadas pelos alemães fossem colossais e Trotsky tenha tentado uma negociação de nem guerra nem paz, o acordo de Brest-Litovsky foi assinado em 19 de fevereiro de 1918. A Rússia se comprometia a desmobilizar seu exército de uma vez. As perdas territoriais incluíam parte da Polônia, Ucrânia, Estônia, Letônia e Finlândia. Os bolcheviques voltavam-se agora para o combate das forças czaristas do exército branco e os vários grupos nacionalistas antibolcheviques distribuídos por territórios não russos.

O Império Austríaco também deixou de existir após a I Guerra Mundial. Inicialmente, a chamada Monarquia Dual, denominação de um império compromissado com o federalismo, centralização e liberalismo, mantinha, a partir de 1867, um equilíbrio precário baseado em três elementos: uma monarquia comum onde Áustria e Hungria repartiam interesses de defesa e política externa, mas não compartilhavam executivo nem legislativo; dois estados administrativamente separados; e o afastamento dos povos eslavos da atividade de governo. Entre 1849 e 1914, diferentes tentativas de criar uma estrutura institucional que mantivesse a colcha de retalhos que caracterizava os territórios dinásticos da família Habsburgo foram levadas a cabo. A monarquia dos Habsburgos deveria cumprir sua missão histórica de manter um Estado na Europa Centro-oriental que pudesse proteger e manter a diversidade de nações. A partir de 1914, pressões nacionalistas centrífugas superaram

as forças centrípetas para manutenção do império. Após a ascensão do Imperador Carlos, em novembro de 1916, conseqüência da morte do velho Imperador Franz I, o processo de desintegração foi acelerado por três fatores principais. A necessidade de conciliar as nacionalidades foi o primeiro. Os poloneses, por exemplo, estavam lutando uns contra os outros em exércitos de diferentes países, mas todos buscavam a criação de um Estado autônomo polonês. O segundo fator foi a Revolução Russa, que também serviu de estímulo para demandas nacionalistas de outros grupos como tchecos, rutênios, croatas, sérvios e eslovenos. O terceiro foi o compromisso que os aliados tinham com a autodeterminação dos povos, que foi usado como uma arma eficiente contra o Império Austríaco. Em abril de 1918, um congresso de nacionalidades foi realizado em Roma. Em junho, os aliados defenderam a criação de um Estado polonês independente e dois meses depois os tchecos foram reconhecidos como nação. Em novembro de 1918, a "Monarquia Dual" entrou em colapso e os novos Estados da Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria emergiram. O Imperador fugiu para a Suíça.

Junto do Império Russo dos Romanov e do Império Austríaco dos Habsburgos, o Império Alemão dos Hohenzollerns também deixou de existir com o final da I Guerra Mundial. Os líderes militares e seus aliados da nova indústria alemã mantiveram o poder total na Alemanha até as últimas semanas de guerra. A revolução e a queda da monarquia acabou acontecendo em duas fases. Em outubro de 1918, com a intenção de obter uma negociação de paz mais moderada e evitar uma revolução social, o poder foi transferido para o Parlamento Alemão. O *Reichstag*, um

governo de moderados, foi formado e o Príncipe Max von Baden foi nomeado chanceler. Von Baden iniciou negociações com os aliados, demitiu o General Ludendorff e subordinou os militares à autoridade civil. A fachada de constitucionalismo seria completada com a abdicação de Guilherme II. No entanto, o imperador recusou-se a abdicar do trono. Por esta razão os socialistas moderados no Parlamento se recusaram a cooperar. Ao mesmo tempo, vários motins explodiram nas forças armadas e até *Soviets* começaram a proliferar. Socialistas radicais declaram a criação da República da Bavária. Guilherme II finalmente abdicou do trono no dia 9 de novembro.

Liderados por Friedrich Ebert, os socialistas proclamam a República da Alemanha no dia seguinte. A velha elite militar consegue comprar sua sobrevida quando o sucessor de Ludendorff, General Groener, garante apoio militar a Ebert com a condição de manter a autoridade e a disciplina sobre as armas e suprimentos. Em janeiro de 1919, a frágil aliança republicana é testada pela revolta de socialistas radicais do Movimento Espartaquista liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Tropas oficiais e unidades paramilitares voluntárias, os *Frei Korps*, contêm a ameaça da revolução comunista na Alemanha. Uma assembléia nacional se reúne na cidade de Weimar em fevereiro e elege Ebert presidente e o socialista moderado Philip Scheidemann, chanceler. Uma ameaça tão grande quanto o comunismo viria a ser a reação nacionalista às condições de paz que seriam impostas à Alemanha pelos aliados.

Assim como em 1815, após o Tratado de Viena, a consolidação da paz no pós-I Guerra Mundial consistiu em um

conjunto de tratados e acordos dos quais o mais importante foi aquele assinado com a Alemanha. As conferências de paz de Paris iniciaram suas deliberações em janeiro de 1919. As principais decisões foram tomadas por um conselho de países formados pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Japão e Itália. O tratado final seria fortemente influenciado pela exclusão das potências derrotadas. Apenas os vencedores estavam representados, o que gerou enorme ressentimento alemão. O documento seria condenado pelos alemães como uma injusta imposição, um "*Diktat*". O idealismo também marcaria o tom das negociações de paz, representado especialmente pelos Estados Unidos e pela figura do Presidente Wilson, um acadêmico que desacreditava os métodos da velha diplomacia européia. Wilson vislumbrava uma era de paz baseada em princípios como a autodeterminação dos povos e em instituições como a Liga das Nações, que estabeleceria uma estrutura jurídica internacional na qual as nações pudessem negociar suas diferenças abertamente. A força da opinião pública também exerceu grande influência nas negociações. Os representantes britânicos e franceses não esconderam o espírito de revanche manifestado pelos eleitores em eleições nacionais e atuaram com rigor contra os Estados derrotados. Clemenceu, o primeiro-ministro francês, defendia a posição de que a Alemanha deveria ser punida a ponto de nunca mais oferecer qualquer ameaça à França.

Em maio de 1919, os delegados alemães em Versalhes receberam os termos da negociação. Em relação às perdas territoriais, as regiões da Alsácia e da Lorena ficavam com a França, Eupen e Malmedy com a Bélgica, as regiões de Posen e Prússia Ocidental (o chamado corredor polonês) fi-

cavam com a Polônia, e a cidade de Danzig se tornava uma cidade livre. As perdas implicavam 13% do território alemão, 10% de sua população, 15% das terras agricultáveis e 75% das reservas de ferro mineral. As colônias de ultramar alemãs passaram para a administração da Liga das Nações, suas forças armadas deveriam se restringir a 100 mil homens, e não ser dotada de tanques, artilharia pesada ou aeronaves. A marinha estava proibida de ter submarinos e limitada a apenas seis navios de guerra. A Renânia foi desmilitarizada e ocupada pelas forças aliadas por 15 anos. A Alemanha foi formalmente culpada pela guerra e obrigada a pagar compensações pela destruição causada.

Diante de uma conjuntura que não possibilitava resistência militar e onde ameaças de revolução social eram freqüentes, os social-democratas alemães e as lideranças militares não tiveram outra escolha senão aceitar as condições impostas. Seu ressentimento foi ainda maior quando tiveram que assinar o documento no salão dos espelhos do Palácio de Versalhes, o mesmo local onde o Império Alemão tinha sido proclamado em janeiro de 1871, após a Guerra Franco-prussiana.

Outros tratados foram necessários para solucionar outras disputas e arranjos diplomáticos que continuaram depois de 1918. Em setembro de 1919, o Tratado de Saint Germain decretou o nascimento dos Estados que sucederam o Império Áustro-Húngaro tratando de reconhecer a independência da Hungria e transferir territórios à Polônia, Iugoslávia e Tchecoslováquia. A Itália recebeu Trieste, a Ístria e o sul do Tirol. O Tratado de Neuilly, de novembro de 1919, determinou que a Bulgária perdia territórios para

a Romênia e a Trácia Ocidental para a Grécia, além de ter de pagar reparações. O Tratado de Trianon, assinado em junho de 1920, definiu a reestruturação territorial da Europa Centro-oriental. A Hungria foi duramente afetada e perdeu cerca de 75% de sua população quando a Eslováquia ficou com a Tchecoslováquia, a Transilvânia com a Romênia e a Croácia com a Iugoslávia. Durante alguns meses, no início de 1919, o regime comunista de Bela Kun lutou contra Romênia e Tchecoslováquia na tentativa de manter os territórios perdidos, mas o regime caiu em agosto e um governo mais estável emergiu. Em março de 1921, o Tratado de Riga garantiu aos países do Báltico, Estônia, Letônia e Lituânia, o reconhecimento russo de suas soberanias após tentativas de estabelecer repúblicas soviéticas nos pequenos países. A região passou por novos distúrbios ainda em 1919 quando a Polônia partiu para uma guerra expansionista contra a Ucrânia e, em 1920, abriu fogo contra a Rússia na tentativa de restaurar as fronteiras de 1772. Em Riga, a Polônia conseguiu abocanhar a maior parte da Bielo-Rússia. Finalmente, os Tratados de Sevres, de 1920, e Lausanne, de 1923, iriam definir a nova geopolítica do Oriente Médio. Em Sevres, a Arábia Saudita ganhou independência, a Síria tornou-se mandato francês e a Transjordânia, Iraque e Emirados do Golfo Pérsico tornaram-se mandatos britânicos. A partilha do Oriente Médio, resultado do colapso do Império Otomano, foi em boa parte realizada nos moldes do acordo Sykes-Picot-Sazanov, de 1916. O acordo secreto fechado entre britânicos e franceses com os russos determinava o desejo das duas potências em compensar eventuais ganhos territoriais da Rússia czarista no Império Otomano, precisamente nos estreitos, caso viessem a vencer a guerra. Quando o conteúdo do acordo veio a pú-

blico em 1917, depois que os bolcheviques denunciaram o plano czarista, os britânicos enfrentaram constrangimentos tanto com os sionistas quanto com árabes, já que os termos do acordo conflitavam com a declaração de Balfour e com compromissos feitos com lideranças árabes (Fromkin, p.189-199).

Nos Bálcãs, a Grécia recebeu a maior parte da Trácia e parte de Smirna, na Turquia. No entanto, nacionalistas turcos liderados por Mustafá Kemal resistiram à perda de Smirna e expulsaram os gregos da Turquia em 1922. O Tratado de Lausanne acabou por rejeitar as reivindicações gregas sobre Smirna além de devolver metade da Trácia aos turcos. Mustafá Kemal, o "Ataturk", iniciou a partir de então o processo de ocidentalização, modernização e secularização da Turquia.

A Conferência de Paris e o Tratado de Versalhes deram oficialmente um final a I Guerra Mundial, mas não houve muito que comemorar. O princípio da autodeterminação dos povos acabou não sendo completamente aplicado. Depois de 1919, cerca de 30 milhões de pessoas ainda permaneciam como nacionalidades ou minorias étnicas em outros países europeus. Além disso, a Alemanha permanecia relativamente forte, mas bastante descontente com a presença de minorias alemãs reprimidas em países vizinhos, com a atribuição da responsabilidade da guerra a si e a seus aliados, e com a persistente interferência nos assuntos internos do país em razão das reparações.

A grande quantidade de novos países na Europa Centro-oriental não deu a eles capacidade econômica de desenvolvimento. Todos necessitavam de capital, eram depen-

dentes de uma agricultura ineficiente e tinham mercados internos modestos. Com persistentes manifestações de revisionismo em países como a Rússia, Alemanha, Itália e outros, era fundamental que houvesse algum poder ou instituição que garantisse aquilo que foi acordado em todos os tratados. A Liga das Nações não teve esta capacidade. Em março de 1920, o Senado dos Estados Unidos rejeitou o Tratado de Versalhes e com ele a Liga das Nações. A recusa da maioria isolacionista do Senado norte-americano buscava esquivar-se do envolvimento na tradicional diplomacia européia. De qualquer maneira, a Liga das Nações comprovaria ser, em pouco tempo, uma instituição fraca e desacreditada.

3 O fracasso da segurança coletiva: o período entre guerras

O Tratado de Versalhes garantiu apenas 20 anos de paz na Europa e no mundo. Ele acabou levando a uma série de insatisfações que estimularam ressentimentos nacionalistas e rivalidades. A situação econômica do período entre guerras contribuiu para a radicalização das posições políticas condenando a democracia e o constitucionalismo necessários à manutenção dos acordos de paz. Quando as condições políticas se radicalizaram os acordos não ofereciam mais garantias suficientes para a paz.

A Liga das Nações foi uma tentativa de substituir a anarquia internacional característica dos dias que antecederam a I Guerra Mundial por uma organização que pudesse utilizar sanções econômicas e militares contra países agressores, mantendo a segurança coletiva para Estados grandes e pequenos. Uma assembléia permanente em Genebra e a Corte Internacional de Justiça em Haia eram as principais instituições para a preservação da paz. A Liga também chamava para si as responsabilidades de proteger minorias nacionais, governar a cidade livre de Danzig e a região da Saarlândia (Sarre), e desenvolver organizações

de cooperação internacional para lidar com problemas como saúde, condições de trabalho e outros.

A Liga teve sucesso ao lidar com disputas menores. Das 66 disputas internacionais em que esteve envolvida, 20 foram transferidas a outros canais negociadores e 35 foram resolvidas satisfatoriamente, mas as 11 mais importantes nunca foram solucionadas. A Liga também foi eficiente ao lidar com a repatriação de prisioneiros, na administração de territórios sob seu mandato e no combate a doenças epidêmicas. Apesar disso, sofria de duas fraquezas fundamentais. A primeira era a ausência de alguma fonte de poder independente, que não fosse apenas a dos seus Estados membros, já que quando um poderoso Estado membro se envolvia em um conflito poderia simplesmente ignorar a Liga e não sofrer nenhuma sanção. A segunda grave fraqueza da organização era a ausência de Estados membros fundamentais para sua legitimação. A Liga era vista como um instrumento dos vitoriosos, já que havia sido criada junto dos tratados de paz. Inicialmente, Alemanha e Rússia não eram membros e ainda no seu nascimento o Senado dos Estados Unidos havia rejeitado a presença deste país na organização.

Ficou claro que no início dos anos 20 houve uma significativa mudança no equilíbrio de poder na Europa. A fragmentação do Império Austríaco, a virtual saída da Rússia da cena internacional e a percepção crescente no Reino Unido de que exageros haviam sido cometidos contra a Alemanha na Conferência de Paz, deixaram a França solitária para confrontar qualquer ameaça aparente vinda da Alemanha. Apesar das perdas territoriais e de recursos, a Alemanha ainda tinha uma população de 65 milhões de

pessoas e potencial econômico considerável. Os franceses ainda tentavam neutralizar parte do território ocidental alemão, mas os americanos já haviam recusado a ratificar o Tratado de Versalhes e os britânicos deixaram claro que ajudariam a França apenas em caso de invasão alemã.

Só havia duas maneiras de restringir o poder alemão. Usar reparações de guerra para minar a capacidade de recuperação do país ou aceitar algum nível de poder alemão que pudesse ser contido com um conjunto de países aliados ao redor da Alemanha, um *cordon sanitaire*, que fosse além das garantias internacionais mantidas pela Liga das Nações. A capacidade alemã de cumprir com os compromissos de reparação estava vinculada à cláusula de culpa pela guerra. No entanto, os valores tinham que ser fixados embora houvesse divergências entre os vitoriosos. Britânicos e franceses tinham dívidas consideráveis com os norte-americanos e tentaram repassá-las aos alemães. O presidente dos Estados Unidos, John Coolidge, que substituiu Warren Harding após sua morte em 1923, rejeitou a idéia. Influenciados pelo economista John Keynes, os ingleses começaram a aceitar a idéia de que os alemães só poderiam pagar as reparações se pudessem voltar a competir no mercado internacional e voltar a crescer. Os britânicos eram bastante dependentes do comércio internacional. Já os franceses não, e viam nas reparações uma maneira de manter os alemães enfraquecidos.

O resultado da pressão pelo pagamento das reparações foi a ocupação do vale do Ruhr, área industrial da Renânia, por tropas francesas e belgas em 1923. Seu objetivo era cobrar as reparações diretamente depois que os alemães deram o primeiro *default*. Os britânicos e a Liga das

Nações foram contra a ocupação, mas os franceses ignoraram. Os alemães responderam com uma declaração de não-cooperação e incentivaram greves no Ruhr. A crise contribuiu para o colapso da moeda alemã e o processo de hiperinflação, o que levou também a mais uma crise política na República de Weimar. Em 1924 caiu o governo francês de Raymond Poincaré, conhecido por seu ressentimento contra os alemães. Entre 1924 e 1932, os franceses tiveram governos de ação menos ofensiva e mais conciliadora, representados por um socialista moderado, Aristide Briand, tanto na condição de primeiro-ministro e ministro das relações exteriores. Ainda em 1923, Gustav Stresemann se tornou chanceler alemão, e em negociação com um comitê aliado liderado pelo norte-americano Charles Dawes estabeleceu o Plano Dawes, um sistema mais moderado de pagamento das reparações. O acordo viabilizou a retirada das tropas do Ruhr em 1924 e, em 1925, a economia européia iniciou uma recuperação que só seria abalada pela crise de 1929.

Sem a possibilidade de se aliar à Rússia, e com o objetivo de conter a Alemanha, a França tinha que encontrar aliados onde pudesse. A solução encontrada foi uma série de acordos militares com a Bélgica, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia. Esta espécie de coalizão era o melhor que a França podia fazer, mas estava longe do ideal, porque não havia unidade de interesses entre os membros e não tinham a mesma potência do que se tivessem a Rússia junto. Assim, a França fez mais duas tentativas para fortalecer a Liga das Nações. Propôs sanções militares obrigatórias por Estados membros contra qualquer agressor identificado pela Liga. Os britânicos não pude-

ram aceitar, já que a proposta foi feita de maneira que a intervenção só valeria no continente europeu e isto poderia significar que agressões ao *Commonwealth* seriam possíveis. Em 1924, em mais uma tentativa, franceses e britânicos assinaram o Protocolo de Genebra e concordaram que a arbitragem deveria ser buscada quando não houvesse unanimidade na Liga das Nações ou quando interesses internos de um Estado estivessem envolvidos em alguma disputa. No entanto, o governo conservador de Stanley Baldwin, recém-eleito no Reino Unido, rejeitou o plano de arbitragem, em março de 1925, porque temia que o Japão pudesse aproveitar-se dele para forçar a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia a reabrir seus portos à imigração japonesa. Como resultado, a Liga continuou sem qualquer poder efetivo contra Estados agressores. A causa principal desta realidade era a considerável diferença na vulnerabilidade entre os Estados membros. A Liga das Nações permanecia sendo uma organização de garantia de segurança mútua onde os riscos assumidos pelos diferentes membros não eram iguais.

A conseqüência após 1925 foi que vários acordos regionais foram feitos, indo além da capacidade questionável da Liga das Nações em garantir a segurança internacional. Da perspectiva da França, a necessidade de acordos regionais era tão ou mais urgente do que os outros países, já que Rússia e Alemanha haviam restaurado suas relações em 1922 ao assinar o Tratado de Rapallo. Em Rapallo, o monarquista conservador Gustav Streseman dominava a política exterior alemã e acreditava que uma república estável daria mais credibilidade à Alemanha esforçando-se a selar acordos de cooperação e de reconhecimen-

to de fronteiras com qualquer país que estivesse disposto. A moderação prevaleceu também nas relações entre Alemanha e França em 1925 e com o Tratado de Locarno, as fronteiras entre França, Alemanha e Bélgica foram garantidas por britânicos, italianos, franceses, belgas e alemães. Mas Locarno não deu solução completa ao problema de fronteiras. As fronteiras orientais da Alemanha com Polônia e Tchecoslováquia não foram garantidas. Na verdade, as ambições alemãs na Europa Oriental permaneciam, o que ficou demonstrado na renovação do Tratado de Rapallo com os russos, em 1926, e com a resistência alemã em aceitar a plena entrada da Polônia na Liga das Nações, ano em que ela própria foi finalmente aceita na Liga.

Em 1928, o Pacto Kellog-Briand, originariamente um acordo entre franceses e norte-americanos, acabou incorporando outros 65 países. Embora todos os signatários tenham se comprometido a renunciar à guerra, nenhum deles se comprometia a se submeter a qualquer tipo de sanção e tampouco a discutir qualquer progresso em programas de desarmamento.

O ano de 1929 começou com a perspectiva de que a conciliação aumentaria na Europa. Os pagamentos anuais de reparação de guerra foram modificados e transferidos para o controle alemão. A Renânia foi evacuada pelas potências ocidentais cinco anos antes do cronograma acordado. No mesmo ano morreu Stresemann e mudanças nos governos da França e do Reino Unido afastaram os ministros de relações exteriores Aristide Briand e Austen Chamberlain. Os três tinham contribuído pessoalmente para que a cooperação fosse de novo possível na Europa. Até este período, e apesar de suas limitações, a Liga das Nações interveio

em uma série de disputas fronteiriças alcançando alguns bons resultados. Desavenças entre Iraque e Turquia, Bulgária e Grécia, e Polônia e Lituânia foram solucionadas pela Liga. Mas todos estes exemplos não incluíam problemas entre as grandes potências. Quando isto acontecia, como no caso da ocupação da Ilha de Corfu pelos italianos em 1923, como reação a um suposto assassinato de um general italiano por assassinos gregos, a solução só pôde ser dada com a interferência das grandes potências.

Em 1929, a economia mundial foi atingida por uma depressão que teria efeitos políticos e diplomáticos devastadores. O estopim da crise veio dos Estados Unidos, onde a situação econômica apresentava os mesmos sintomas da economia mundial. Havia superprodução de matérias-primas e alimentos que derrubava os preços e reduzia o poder de compra da população rural. E havia euforia nos investimentos industriais para produção de automóveis e produtos elétricos. Em outubro de 1929, o mercado percebeu o descolamento entre o crescimento industrial e a capacidade de consumo do mercado. O resultado foi uma recessão severa que atingiu o mundo todo. A economia mundial já havia enfraquecido depois do impacto da I Guerra. O protecionismo americano e a insistência no pagamento das dívidas pioraram as condições dos países devedores. A Alemanha e a Áustria já tinham sido duramente afetadas por empréstimos adquiridos no pós-guerra, mas o pânico financeiro atingiu a Europa inteira. A recessão mundial resultou em desemprego sem precedentes. Dezenas de milhões de europeus ficaram sem trabalho.

As reações da comunidade internacional à crise vieram de diferentes maneiras. Alguns acordos regionais que

proporcionaram o cancelamento de pagamentos de reparação de guerra como a Convenção de Lausane de 1932 foram concluídos. No entanto, tentativas para coordenar uma ação de amplitude européia ou mesmo mundial acabaram falhando. Havia uma tendência em se posicionar de forma individual, dentro dos limites do interesse nacional. A manipulação das relações financeiras e comerciais de cada país era baseada em desvalorizações das moedas e protecionismo comercial. Em relação aos orçamentos, as reações iam no sentido de cortar despesas, o que tendia a piorar o problema da retomada do crescimento. Apenas as políticas no *New Deal*, aplicadas pelo Presidente Franklin Roosevelt, a partir de 1933 nos Estados Unidos, representavam uma visão diferente, onde o governo aumentava os gastos para reduzir o desemprego e com a retomada do desenvolvimento saldar as dívidas no futuro.

Os planos mais radicais foram aplicados na Itália e na Alemanha, onde os fascistas ocuparam o poder e seguiram políticas de auto-suficiência. Estas políticas estavam associadas tanto a objetivos políticos e militares quanto à redução do desemprego, já que a aguda crise econômica criou o ambiente ideal para um nacionalismo extremado, agressivo e exagerado. O aspecto mais ameaçador da recessão foi a tensão crescente entre as potências que possuíam impérios e aquelas que aspiravam se tornar um. A recuperação econômica e o crescimento passaram a ser identificados com a expansão colonial.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o imperialismo não desapareceu em 1918. Na verdade, ele aumentou. No início dos anos 30, mais de um terço do território mundial era governado por britânicos e franceses. A manuten-

ção dos impérios tinha pelo menos duas justificativas: o prestígio, garantido pela possessão de vastos territórios ao redor do mundo, e a genuína vantagem econômica que as colônias proporcionavam na troca de mercadorias e no implemento comercial. Conseqüentemente, a preservação dos impérios e o temor pela sua segurança foram um dos principais fatores do *appeasement*, a política de apaziguamento praticada por britânicos e franceses. Na verdade, as vantagens proporcionadas pelos impérios eram ilusórias. As colônias eram uma fonte constante de tensão por causa dos crescentes movimentos nacionalistas além de não despertarem nenhum entusiasmo nas classes médias e baixas que as viam como uma fonte crescente de despesas, sem compensações econômicas proporcionais. O Chanceler Otto von Bismarck não viveu o bastante para comprovar que suas idéias sobre o colonialismo estavam certas.

Da perspectiva da Alemanha, da Itália e também do Japão, havia uma associação direta entre crescimento de longo prazo e possessão de territórios coloniais. Momentos de escassez e vulnerabilidade no fornecimento de matérias-primas, como o ferro, no caso da Alemanha e da Itália, limitavam sua capacidade de exportar mais. A restrição de imigração de japoneses e italianos aos Estados Unidos e Austrália, no mesmo período, ajudou a superdimensionar o problema das possessões coloniais. Para os japoneses a questão imperial já havia começado em 1894 com suas pretensões sobre a Coréia. Nos anos 30, a influência das forças armadas na política interna japonesa levou a uma escalada na pressão para expandir o território a ponto de se lançar a idéia de uma nova ordem asiática. As aspirações da Itália eram mais restritas, mas não menos explosivas.

Seus interesses estavam voltados ao norte da África, à costa da Dalmácia e ao espaço mediterrâneo. O fascismo italiano vivia do sonho da prosperidade futura e superioridade racial derivada de uma eventual sucessão do Império Romano. Benito Mussolini pendulava entre o imperialismo genuíno e a propaganda de seu regime que britânicos e franceses tinham dificuldade em desafiar. Até lograr consolidar sua posição absoluta no poder italiano, já que ascendeu ao posto mais alto no comando da Itália em 1922, mas só iniciou o expansionismo no início dos anos 30, "Mussolini tentou assegurar ao mundo que o fascismo não era um artigo de exportação e que a ideologia não influenciava sua política externa. [...] No entanto, em momentos que não conteve as palavras, anunciou sua intenção de promover a queda do Império Britânico, e transformar o Mar Mediterrâneo em um lago italiano expulsando seus 'parasitas'" (Smith, p. 383).

As aspirações da Alemanha eram mais amedrontadoras. A percepção alemã era a de que a luta era entre alemães e judeus, e por todo o mundo. A expansão alemã foi concebida por Adolf Hitler para ser aplicada em duas fases. A primeira consolidaria a construção de uma Europa Central de domínio alemão (*Mitteleuropa*). A segunda, a criação de um espaço vital (*Lebensraum*) através da conquista da Rússia Ocidental, que abriria a possibilidade de ameaçar britânicos e franceses no Oriente Médio e na Índia. A batalha final se daria com os Estados Unidos.

A satisfação das ambições de japoneses, italianos e alemães iria requerer um enorme esforço militar e um firme compromisso com a guerra. E foi isto que aconteceu

no início dos anos 30 quando o Tratado de Versalhes começou a ser revertido.

O primeiro impacto significativo à segurança coletiva foi causado pelos japoneses, que invadiram a Manchúria, no nordeste chinês, em 1931, como parte de um projeto de expansão militar e econômica. O protetorado de Manchukuo foi estabelecido. A Liga das Nações condenou a ação do Japão, cuja reação foi simplesmente se retirar da organização em 1933. Apesar da ação japonesa, foram os alemães que mais desafiaram o Tratado de Versalhes na tentativa de expandir seu território. Hitler não escondia sua intenção de romper o Tratado de Versalhes e tinha a habilidade de explorar os erros de seus adversários. Sua tática era atingir seus objetivos sem utilizar a violência, utilizando apelos pacifistas, acordos de desarmamento baseados em termos subjetivos, como razão e justiça, sempre garantindo que suas aquisições seriam as últimas a serem reivindicadas.

Hitler argumentava que na ausência de um acordo internacional de desarmamento, apenas a Alemanha tivesse que ser desarmada. Por esta razão, se retirou da conferência de desarmamento e da Liga das Nações em 1933. Em 1934, assinou um pacto de não-agressão com a Polônia, embora tenha instruído seus generais a iniciar estudos do espaço vital na Europa Oriental. O pacto prejudicou a estratégia francesa do *cordon sanitaire* e forçou-a a repensar na linha Maginot, a linha defensiva estática entre as fronteiras da Bélgica e da Suíça. O ministro do exterior francês Louis Barthou tentou garantir o reconhecimento das fronteiras orientais da Alemanha, mas foi assassinado em outubro de 1934 em Marselha, no atentado que matou o Rei

Alexandre da Iugoslávia. O sucessor de Barthou, Pierre Laval, conseguiu uma aliança com a Itália em 1935, que tratava de divergências coloniais, mas que, principalmente, dava garantias de independência para a Áustria. O acordo garantiu o fracasso de um golpe de Estado de nazistas austríacos em 1934, no qual o chanceler austríaco Dollfuss foi assassinado, mas os italianos sustentaram a posição das autoridades austríacas, obrigando Hitler a negar envolvimento no golpe e recuar.

Em março de 1935, Hitler anunciou planos para um exército de 600 mil homens e foi imediatamente advertido pela Liga das Nações. França, Reino Unido e Itália se reuniram na *Stresa Front* para continuar o Tratado de Locarno e mesmo os soviéticos concluíram pactos de assistência mútua com a Tchecoslováquia e a França. No entanto, tais ações foram enfraquecidas pelo Acordo Naval Britânico-germânico no mesmo ano, que limitava a frota alemã a 35% da tonelagem britânica dando a paridade no número de submarinos. Itália e França não foram consultadas e a possibilidade de restrição coletiva de desarmamento foi perdida. Para piorar, a Itália invadiu a Abissínia em outubro.

Hitler aproveitou as diferenças entre a *Stresa Front*, ocupou a Renânia desmilitarizada em 1936 e renunciou ao Tratado de Locarno. Sua justificativa foi o pacto franco-soviético, que alegava conter uma intenção agressiva. O movimento alemão poderia ter sido evitado já que o número de tropas alemãs ainda era pequeno e a França, junto da Polônia e da Tchecoslováquia, poderia mobilizar quase duzentas divisões com rapidez. Mas os franceses tinham outras preocupações, estavam demasiado preocupados com a estratégia na linha Maginot. No Reino Unido havia simpa-

tia pela ocupação do que era claramente território alemão, além do que esferas importantes do governo britânico viam em Hitler uma barreira contra o comunismo, assim como fazia parte das elites industriais alemãs. Os soviéticos, assim como poloneses e outros aliados franceses, estavam atentos para a hesitação franco-britânica e não tinham o que fazer senão observar as mudanças no cenário.

Assim, sem nenhum custo militar, Hitler aumentou significativamente sua popularidade, provou a seus generais que sua tática era eficiente, e em janeiro de 1937 deu o último passo para renunciar definitivamente o Tratado de Versalhes.

Desde 1935, as atenções das potências européias estavam voltadas para a crise da Abissínia para as ambições comerciais italianas na África. Em resposta ao apelo do Imperador Haile Selassie, a Itália foi considerada agressora e 52 nações votaram a favor de sanções. Na verdade, carvão e petróleo foram excluídos do embargo comercial aplicado à Itália, que foi ignorado pelos Estados Unidos, pela Alemanha e pela Rússia, admitida na Liga em 1934. Os britânicos eram os mais interessados em manter sanções contra os invasores italianos na África Oriental, mas não tinham recursos suficientes para tal empreitada. Como resultado, britânicos e franceses relutaram em aplicar sanções e colocar em risco a *Stresa Front*. Uma idéia de uma proposta franco-britânica que garantia dois terços da Abissínia a Mussolini e um terço ao Imperador, com um corredor para o mar, nunca chegou a ser posta em prática, mas a reação negativa foi tão grande que provocou a renúncia do ministro britânico, Sir Samuel Hoare.

As forças armadas italianas não tiveram grandes progressos até que o General Badoglio assumiu o comando e entrou em Addis Abeba, em maio de 1936. A importância da Guerra da Abissínia foi considerável. Deixou evidente o fracasso da segurança coletiva. Em 1936, a Liga retirou as sanções e aceitou a ocupação italiana. A *Stresa Front* estava aos frangalhos e em outubro de 1936, Itália e Alemanha cerraram o *Pacto de Aço*, concordando em coordenar suas políticas externas. No ano seguinte a extensão do pacto germânico-japonês anti-Comintern contra os soviéticos incluiu a Itália. A Áustria se encontrava assim em situação crítica e em posição bastante vulnerável.

As condições para um novo grande conflito estavam dadas. A Liga das Nações não tinha poder de ação, britânicos e franceses não estavam preparados para suportar sua crença na segurança coletiva e resistir a agressões. Os países menores da Europa Oriental não tinham escolha senão se submeterem aos alemães. E em 1936, a Bélgica teve que se recordar de 1914 e retomou sua neutralidade.

4 Os novos antagonismos: antecedentes da II Guerra Mundial

A partir de 1937 o ambiente político na Europa era de uma crescente polarização chegando aos extremismos, o que deixava pouca margem de manobra para compromissos. Ao mesmo tempo, a segurança coletiva idealizada pela Liga das Nações havia fracassado, e britânicos e franceses relutaram em assumir uma posição de liderança, até que ficou tarde demais. A conseqüência foi que Hitler continuou a explorar oportunidades com eficiência até o momento em que errou o cálculo e o limite chegou para os aliados.

O final dos anos 30 apresentava um cenário de divisão extremada e crescente entre as ideologias contrastantes do fascismo e do comunismo. O primeiro sinal da gravidade entre esta polarização foi verificado na Guerra Civil na Espanha. O resultado das eleições espanholas de 1936 deu o maior número de cadeiras nas Cortes espanholas à coalizão *Frente Popular*, agrupamento de republicanos e grupos socialistas. A maioria dos votos, no entanto, tinha sido garantida pelo partido de direita *Falange Espanhola*, apoiado pela Igreja Católica, militares, industriais, proprietários

de terra e monarquistas. Para os últimos a república recém-fundada em dezembro de 1931 estava identificada com inaceitáveis políticas de reforma agrária, intervenção estatal na produção industrial, políticas de maior autonomia às províncias, e contenção das ações da Igreja. Em julho de 1936, uma revolta armada iniciada no Marrocos e liderada pelo General Francisco Franco transformou-se em uma rebelião generalizada a partir de novembro. Até abril de 1939 a Espanha foi palco de uma brutal guerra civil que teve sérias implicações nas Relações Internacionais.

Apesar dos esforços em se buscar acordos de não-intervenção, homens, armas e equipamentos foram fornecidos para os dois lados do conflito espanhol por diferentes Estados interessados. Os conservadores, denominados também *nacionalistas*, receberam considerável apoio da Alemanha e da Itália. Os alemães disponibilizaram cerca de dez mil homens e os italianos chegaram a cinqüenta mil. A partir de outubro de 1937, os soviéticos se comprometeram abertamente com os *republicanos*, embora sua ajuda nunca tenha atingido as dimensões de seus oponentes. Hitler e Mussolini usaram o conflito espanhol para testar sua máquina de guerra. A sangrenta guerra civil e a utilização de novas tecnologias de guerra permitiram atrocidades, como o bombardeio da cidade basca de Guernica, que matou 1.600 civis e deu uma amostra à Europa dos horrores que os armamentos modernos eram capazes de produzir. Mais do que uma luta entre fascistas e comunistas, a Guerra Civil Espanhola foi a definição dos alinhamentos que qualquer grupo político acabou tendo em relação a um ou outro extremo.

A divisão entre a direita e a esquerda do espectro político também se tornou crítica na França dos anos 30. A crise econômica e financeira atingiu duramente a França e entre 1932 e 1934, sistemáticas crises ministeriais geraram a emergência de organizações de extrema-direita antiparlamentares que confrontavam os republicanos e seus aliados socialistas em diferentes temas. O sucesso eleitoral da *Frente Popular*, uma aliança de radicais, socialistas moderados e comunistas comprometidos com um programa de reformas sociais levou grupos de extrema-direita a vislumbrar uma revolução social, impressão que foi reforçada por uma onda de greves gerais. As posições defendidas pela extrema-direita, que se manifestava cada vez mais com a linguagem fascista e anti-semita, confrontada com a Frente Popular, liderada pelo judeu Leon Blum, se acirraram diante da discussão sobre a eventual intervenção na Guerra Civil Espanhola. A esquerda favorecia a guerra contra os fascistas na Espanha e na Abissínia. A direita tradicionalmente militarista e revanchista se opunha a se envolver porque recusava uma eventual aliança com os soviéticos e porque via a possibilidade de uma revolução social na França. A conseqüência foi que até 1940, quando a catástrofe da invasão alemã se consolidou, a diplomacia francesa ficou bastante enfraquecida.

Apesar da grande tensão que o quadro político europeu apresentava no final dos anos 30 o Reino Unido ainda se mantinha de certa forma paralisado. A idéia de *appeasement*, caracterização do comportamento britânico nos anos 30 em relação às tensões que assolaram a Europa, deixou uma conotação de fraqueza e submissão à força. Durante o período entre guerras, o *appeasement* levou a um aumento

das demandas dos países autoritários e se tornou um sinônimo de vergonha e descrédito político. Na verdade, tratava-se de uma tradição da política externa britânica, que vinha desde o século XIX, e se justificava pela condição de um Estado insular em busca de poder e influência nas Relações Internacionais. Paul Kennedy explica o comportamento britânico, que de certa forma também era seguido pela França: "A posição da França e da Grã-Bretanha frente a essa tempestade iminente era de grande e crescente dificuldade. Embora houvesse muitas diferenças importantes entre elas, ambas eram democracias capitalista-liberais que tinham sido severamente castigadas pela guerra [...]. Devido às suas diferentes posições geográfico-estratégicas e às diferentes pressões que se faziam sentir sobre seus respectivos governos, as duas democracias freqüentemente discordavam da maneira pela qual o "problema alemão" devia ser tratado. Mas embora brigassem quanto aos meios, estavam de acordo quanto ao fim: nos agitados anos pós-1919, França e Grã-Bretanha eram indiscutivelmente potências a favor do *status quo*" (Kennedy, p. 299).

Os conceitos de justiça e moral aplicados à política tinham ganhado força no Reino Unido, principalmente depois de 1919, por influência da tradição do ex-Primeiro-ministro William Gladstone, veterano liberal da política britânica no século XIX, reforçada pela visão do presidente norte-americano Woodrow Wilson. Além disso, a dependência econômica do Reino Unido do comércio internacional implicava na vital preservação da paz. No período entre guerras, os britânicos optaram por evitar a ruína econômica moderando o programa de gastos militares e tornando-se bastante vulneráveis no caso de um grande con-

flito. Um conjunto de obrigações globais vinculado a realidades diplomáticas também justificou a atuação de *appeasement*. Com tantos compromissos imperiais, o Reino Unido tinha que lidar com a ascensão de três novas ameaças, Itália, Alemanha e Japão, além de ter que lidar com os imprevisíveis soviéticos, e os Estados Unidos em posição de isolacionismo. As posições britânico-francesas na Europa eram limitadas. O desejo de não jogar a Itália nos braços dos alemães explicou parcialmente a posição britânica em relação à Abissínia. Finalmente, ao contrário dos Estados autoritários, o Reino Unido sofria a forte influência da opinião pública em relação a gastos militares. Os governos do período entre guerras tinham que reduzir gastos com defesa ou perdiam poder. Apenas argumentos morais tinham o poder de convencer a opinião pública, mas tinham que ser balanceados com as despesas.

Assim, o Reino Unido rejeitou a idéia de alianças na Europa e não fechou qualquer compromisso com a França até 1939. Os dois países estavam atentos um ao outro, mas sua relação não se aprofundou até meados dos anos 30. Os britânicos procuraram seguir uma política que viabilizasse seus interesses globais e seus recursos limitados com um ajuste dos conflitos potenciais. Tentou fazer um balanço dos riscos de conflito, chegando a considerar que uma Alemanha que rejeitava Versalhes reocupava a Renânia e retomava um rearmamento controlado não significava necessariamente uma ameaça aos interesses britânicos. Até 1939 a visão majoritária no Reino Unido era a de que a Alemanha poderia voltar a ser uma potência dentro do sistema, sem que tivesse que ser destruída, além do que, suas ambições eram limitadas. Mas foi neste ano que Hitler excedeu os limites do jogo diplomático.

O primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain recebeu crítica de diferentes autoridades e conselheiros sobre sua percepção ingênua de que Hitler era um homem em que se pudesse confiar. Há evidências que mostram a desconfiança de Chamberlain sobre Hitler, mas ele não poderia se comportar em público como se o *führer* fosse um incendiário. O historiador John Lukacs explica que havia três elementos principais que explicava o comportamento dos apaziguadores. Um era o desejo sincero de evitar a guerra. Outro, a percepção de que a Alemanha recebera um tratamento injusto em Versalhes e merecia um crédito de confiança até prova em contrário. O terceiro elemento era o anticomunismo, que tinha em Hitler um eficiente porta-voz. Segundo Lukacs, "quando Neville Chamberlain sucedeu a Stanley Baldwin em 1937, havia um elemento a mais em suas inclinações: uma falta de confiança na França juntamente com a disposição de oferecer mais do que um módico crédito à nova Alemanha [...]. No entendimento de Chamberlain e de muitos conservadores, essas inclinações contribuíam para uma tendência a encarar a maior parte dos relatos sobre as crueldades e condições do regime de Hitler como exageros e propaganda" (Lukacs, 2002, p. 87).

A partir de 1938, no entanto, o modelo de diplomacia britânico começou a se esgotar. As demandas freqüentes de italianos, japoneses e principalmente alemães constantemente feriam acordos internacionais, rompiam fronteiras territoriais, atentavam contra liberdades civis e direitos democráticos. Conservadores liderados por Anthony Eden, além de liberais e minorias socialistas no Reino Unido, começaram a se opor a uma política que propunha um ideal inter-

nacionalista e era traída por um militarismo e um nacionalismo altamente agressivos. Em certas circunstâncias, o uso da força para proteger povos ameaçados passou a ser considerado. No final dos anos 30, realistas e idealistas se uniram em uma aliança inesperada até que em setembro de 1939 a política adotada pelos britânicos durante três quartos de século teve que ser rompida.

Uma das principais causas do desequilíbrio de poder na Europa dos anos 30 foi a maneira como a Alemanha mobilizou sua economia para a guerra. O país retomou o rearmamento em 1933, com ênfase na infra-estrutura e treinamento. Muito esforço foi feito para estabelecer um plano de coordenação entre a produção e a fonte dos recursos. A nomeação de Hermann Goering para o comando do plano de quatro anos significou também um aumento drástico no gasto com armamentos. O compromisso de Hitler com uma guerra de proporções nunca vista viabilizou gastos com material sintético, um amplo programa de construção naval, com a mecanização das forças terrestres e com um aumento que quintuplicou a potência da força aérea.

Os franceses acreditavam que a guerra que se aproximava seria longa. Concentraram-se em um plano defensivo concentrado na linha Maginot e em um plano ofensivo posterior baseado na utilização de uma força esmagadora de ataque. Embora a França tenha ficado entre 1932 e 1936 sem gastar ou reequipar suas forças, ela já era reconhecida como uma das mais fortes potências militares da Europa. Em meados dos anos 30 e de 1936 até 1939 iniciou um processo de renovação das armas bastante acelerado. Os britânicos, por sua vez, iniciaram um processo mais rápido de rearmamento do que os franceses. Movi-

dos por prioridades estratégicas voltadas à defesa do império e pela relutância em retomar compromissos continentais, concentraram seus investimentos em *deterrence*, estratégia preventiva e de dissuasão que buscava conter ameaças de bloqueios estratégicos no ar e no mar.

Outros dois atores fundamentais que até 1939 estiveram praticamente fora do jogo diplomático europeu e mundial foram os Estados Unidos e a União Soviética. A política externa dos Estados Unidos, comandada pelo Secretário de Estado Cordell Hull, tinha como base manter o país longe de qualquer guerra. O trauma da I Guerra Mundial, associado à crise econômica, deixaram os Estados Unidos distantes dos problemas europeus. Além disso, os norte-americanos viam a França e o Reino Unido motivados por ambições imperialistas, o que não lhes parecia apropriado para a manutenção da paz mundial. A aprovação da Lei de Neutralidade Permanente de 1937 simbolizou o ponto mais alto do isolacionismo dos Estados Unidos. Não foi antes de 1939 que o apoio à estratégia das potências ocidentais foi manifestado. No Extremo Oriente não havia qualquer ação para conter o avanço japonês mesmo sabendo que navios americanos tinham sido atacados por aviões japoneses no mesmo ano.

A União Soviética posicionava-se de forma semelhante àquela dos Estados Unidos. Evitou fazer compromissos, preocupada com problemas internos e com pouca confiança na Liga das Nações. A propaganda stalinista descrevia o Reino Unido, ex-aliado das forças contra-revolucionárias do exército branco, como o maior inimigo soviético e Stalin não acreditava que a Alemanha fosse à guerra antes de 1939. Britânicos e franceses seguiam uma política de

contenção acreditando que poderiam ter sucesso a médio prazo. Tanto no Reino Unido quanto na França e na União Soviética havia a percepção de que um gasto excessivo em armamentos poderia gerar uma crise financeira e provocar problemas sociais. Enquanto Hitler abafava qualquer oposição a seu regime e seguia firme na produção de sua máquina de guerra, britânicos e franceses tinham que lidar com as pressões do livre mercado e da democracia. Em 1939 começaram a perceber que talvez fosse melhor ir logo à guerra do que esperar mais tempo.

Até 1938, nenhuma das ações externas de Hitler tinha extrapolado as fronteiras alemãs estabelecidas em 1919. A partir de maio de 1938 o panorama mudou com a absorção da Áustria e de seus sete milhões de habitantes, o chamado *Anschluss*. Após o fracassado golpe de Estado dos nazistas austríacos em 1934, em janeiro de 1938 uma nova tentativa deu resultado. O chanceler austríaco von Schnuschnigg visitou Hitler para tratar da ameaça feita pela *Heimwehr*, os fascistas austríacos. Hitler manifestou seu apoio a *Heimwehr* e apoiou a transferência do controle do poder no Estado austríaco. O chanceler austríaco sugeriu um plebiscito que provavelmente daria resultado negativo ao golpe. Hitler mobilizou suas forças na fronteira e obteve apoio de Mussolini, que de qualquer maneira não poderia fazer muito pela Áustria já que tinha mais de 350 mil homens em atividade na Espanha e na Abissínia. A demanda para que o plebiscito fosse realizado e que o líder da *Heimwehr*, Seyss-Inquart, fosse denominado novo chanceler foi aceita. Mas já era tarde. Na "Operação Otto", forças alemãs atravessaram a fronteira em março de 1938 e se juntaram aos fascistas austríacos, que já ocupavam administrações

locais. No dia 13 de março, Hitler fez entrada triunfal em Viena. Não houve reação de nenhum país. Os franceses estavam lidando com mais uma crise de gabinete. Os britânicos consideraram a invasão como parte de um processo natural e inevitável. Na verdade, não tinham poder algum para intervir.

A mais clara demonstração de *appeasement* foi dada alguns meses depois, no caso dos sudetos alemães na Tchecoslováquia. Pouco mais de 3 milhões de alemães viviam em regiões fronteiriças da Tchecoslováquia e suas expectativas de se unir à Alemanha eram fomentadas pelos fascistas dos sudetos liderados por Konrad Henlein e pelo sucesso do *Anschluss* na Áustria. As demandas por autonomia feitas por Henlein com total apoio de Hitler foram aceitas por Eduard Benes, presidente tcheco. Benes sabia que não teria nenhuma chance em resistir porque estava claro que britânicos e franceses não iriam garantir a Tchecoslováquia no caso de uma intervenção alemã.

A concessão tcheca fez Hitler aumentar seus ataques verbais ao presidente tcheco argumentando contra as "ameaças" de seu país à Alemanha. Em 13 de setembro de 1938, o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain fez uma histórica visita a Hitler em Berchtesgaden onde Hitler exigiu a autonomia total dos sudetos. Britânicos e franceses persuadiram os tchecos a cederem todos os territórios onde houvesse mais de 50% de alemães. No entanto, em outro encontro uma semana depois, Hitler aumentou suas demandas propondo ocupação total dos sudetos, além de concessões a poloneses e húngaros. Os britânicos negaram, os franceses mobilizaram 600 mil reservistas e os tchecos iniciaram a mobilização de todas as suas divisões. No entan-

to, no dia 29 de setembro, a intervenção de Mussolini e algumas emendas sugeridas pelos franceses viabilizaram um acordo no qual Hitler conseguiu tudo o que queria. A Tchecoslováquia foi obrigada a ceder os sudetos aos alemães com um milhão de tchecos e todas as suas fortificações de fronteira. Polônia e Hungria também receberam fatias do território tcheco.

O Acordo de Munique, divulgado por Chamberlain como um acordo que garantia a paz na Europa e no mundo, foi um verdadeiro fiasco. Winston Churchill, o maior oponente do *appeasement*, crítico voraz das ações nazistas e ainda no ostracismo político britânico na ocasião, considerou o acordo uma grande derrota e um fiasco diplomático. Segundo Shirer, ninguém expressou mais sucintamente as conseqüências de Munique do que Churchill em seu discurso na Câmara dos Comuns em outubro de 1938: "Sofremos uma derrota total e consumada. [...] Encontramo-nos no meio de um desastre de enorme magnitude. A estrada para o Mar Negro foi aberta. [...] Todos os países da Europa Central e do Vale do Danúbio, um após o outro, serão arrastados no vasto sistema da política nazista. [...] E não se pense que isto é o fim. É apenas o começo" (Shirer, tomo II, p. 206). A França acabou não cumprindo sua aliança com a Tchecoslováquia. Os britânicos recusaram-se a apoiar a França contra a Alemanha além de não aceitarem qualquer tipo de acordo com os soviéticos, que interpretaram o Acordo de Munique como uma maneira de deixá-los isolados contra a Alemanha. Na verdade, o momento histórico não dava espaço para alternativas. Considerando-se que o Reino Unido e a França não tinham força para enfrentar a Alemanha e que Hitler não estava blefan-

do, não havia muito que fazer senão contemporizar. A especulação de que um golpe de Estado liderado por generais e políticos alemães era iminente nunca foi comprovada. Havia planos, mas não havia acordo interno e nenhuma tentativa real foi feita até julho de 1944. Finalmente, os tchecos não tinham força para ir à guerra sem apoio dos franceses e ingleses e no caso de conflito, Polônia e Hungria provavelmente lutariam do lado alemão.

A partir de Munique, Chamberlain começou a perder o apoio da opinião pública, o que piorou ainda mais com a ocupação de Praga pela Alemanha em março de 1939. A Tchecoslováquia havia se tornado um Estado Federal onde Eslováquia e Rutênia desfrutavam de autonomia. Crescentes atritos fizeram o presidente tcheco Dr. Hacha a demitir os primeiros-ministros eslovaco e rutênio. Um apelo do primeiro-ministro eslovaco a Hitler levou o Presidente Hacha a Berlim, onde foi intimidado e render o país aos alemães. O resultado foi que a Bohêmia e a Morávia foram anexadas pelos alemães, a Rutênia pelos húngaros e a Eslováquia tornou-se protetorado alemão.

O expansionismo alemão estava deflagrado e uma revolução diplomática aconteceu. Britânicos e franceses anunciaram resistência a qualquer agressão alemã dirigida à Holanda, Bélgica ou Suiça. Anunciaram apoio à Polônia sobre a disputa com Hitler em Danzig e no corredor polonês e deram garantias de apoio à Grécia e à Romênia, após a invasão da Albânia pela Itália em abril de 1939.

Ainda em abril, o Estado Maior alemão recebeu ordens secretas para preparar a guerra contra a Polônia. Hitler iniciou um processo de provocação que demandou Danzig. Denunciou o Pacto germânico-polonês de não-agressão

de 1934 e o Acordo Naval Britânico-germânico de 1935. A Alemanha se preparava para a guerra. Era necessário isolar a Polônia já que uma repetição das vitórias diplomáticas alemãs no caso tcheco era improvável. O isolamento polonês foi alcançado pelo acordo germânico-soviético, o Pacto Ribbentrop-Molotov, resultado de pelo menos dois fatores. O primeiro foi a longa desconfiança mútua entre soviéticos de um lado e britânicos e franceses do outro. Os soviéticos ainda tentaram em abril uma aliança de defesa que incluísse a Polônia, mas foi rejeitada. Sugeriram então aos poloneses a instalação de bases dentro de seu território, mas também não tiveram sucesso. Voltaram-se então aos alemães, com quem irônica ou tragicamente compartilhavam interesses conjunturais comuns. Havia uma longa tradição de "orientalistas" na diplomacia e nas forças armadas alemãs que apoiavam uma aliança com os russos. Os dois Estados tinham interesses em manter esferas de influência na Europa Oriental. A Alemanha buscava evitar uma guerra em duas frentes e os soviéticos buscavam manter os alemães ocupados com sua ação na frente ocidental. A conseqüência foi um acordo entre os dois ministros do exterior que estabeleceu a fronteira para a partilha da Polônia. Na verdade, a União Soviética subestimou a força militar alemã e o resultado foi o desastre que veio a acontecer em 1941.

Os britânicos continuaram a apoiar os poloneses. No dia 25 de agosto foi anunciado o tratado britânico-polonês. O incidente fronteiriço de Gleiwitz, onde criminosos alemães vestidos com uniformes poloneses foram encontrados mortos depois de um suposto ataque a uma estação de rádio alemã, foi uma armação criada pelos nazistas que deu

motivo para Hitler ordenar a invasão da Polônia. Quando as tropas alemãs cruzaram a fronteira polonesa em 1º de setembro de 1939, Chamberlain deu um ultimato de três dias. A França declarou guerra no mesmo dia. Foram o Reino Unido e a França que declararam guerra e não a Alemanha. O caminho para a guerra vinha de uma ou outra forma sendo anunciado desde 1938. Pode-se argumentar que a mudança na opinião pública ajudou na decisão de declarar guerra além da razão idealista de lutar contra o fascismo. Mas o que fez realmente franceses e britânicos declararem guerra foi a percepção de que o tempo trabalhava contra eles e ainda era possível retomar ao palco internacional como grandes potências se o confronto ocorresse naquele momento. Reino Unido e França eram militarmente superiores aos alemães em 1939. Além disso, sabiam que o Presidente Franklin Roosevelt pendia a apoiá-los e já havia aceitado pedidos de equipamento militar mesmo que isto provocasse algum desgaste com o Congresso. Também tinham informações vindas da Itália e da Alemanha que sugeriam a possibilidade de uma crise econômica, assim como do seu lado, britânicos e franceses vislumbravam problemas econômicos e sociais resultantes da escassez de reservas em ouro e moeda além da crescente inflação.

Assim, pode-se afirmar que as origens da II Guerra Mundial estão relacionadas a uma combinação entre fanatismo, oportunismo e uma provável crise interna do nacional-socialismo. Não há dúvida que o fanatismo de Hitler, expresso em detalhe em sua obra *Minha luta* (*Mein Kampf*), é uma herança de Guilherme II. Sua ambição pessoal e visão da necessidade de um espaço vital (*Lebensraum*) faziam inevitável uma guerra com a União Soviética. Depois de orien-

tar a economia do país para a guerra de forma deliberada, a guerra tinha que acontecer. Houve também uma alta dose de oportunismo na política externa adotada por Hitler. Com o objetivo de reverter o veredicto da I Guerra Mundial e destruir o Tratado de Versalhes, Hitler calculou o quanto franceses e britânicos não estariam dispostos a entrar em ação. Na verdade, uma guerra total não estava, em princípio, nos planos alemães. Mas a Alemanha nacional-socialista precisaria, mais cedo ou mais tarde, de uma guerra que restaurasse o ímpeto de desenvolvimento e justificasse o regime totalitário estabelecido. O pleno emprego e a perspectiva de inflação, combinados ao aumento dos gastos do Estado com o aumento da dívida pública, só poderiam ser superados com uma guerra. Uma guerra relâmpago (*Blitzkrieg*) que garantisse vitórias rápidas a custo baixo.

5 O desastre da guerra total: a II Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi incomparavelmente mais fluida do que a Primeira. Também se tratou de uma guerra de escala mundial, no sentido de sua amplitude, já que a luta se deu em diferentes frentes e em todos os continentes e oceanos. O impacto direto sobre a vida de populações civis em termos de mortes e destruição fez da II Guerra o maior de todos os conflitos da história humana.

A experiência da I Guerra Mundial deixou aprendizados que os Estados-Maiores de todas as potências envolvidas estudaram durante os anos 20 e 30. No início dos anos 40, o novo estilo de guerra aliado às novas tecnologias compreendia ataques bombardeios a aeronaves inimigas ainda no solo e rompimento de linhas de comunicação terrestres à medida que o avanço acontecia. A *Blitzkrieg* caracterizava-se por um avanço simultâneo de aeronaves seguido de linhas de tanques de guerra por terra. Com o início da guerra em 1939, a Polônia deixou de existir em um mês. Deixada sozinha no combate, com a metade dos homens e tecnologicamente atrasada, a Polônia mostrou bravura, mas foi presa fácil para os alemães. Em uma clássica demonstração da *Blitzkrieg*, no dia 20 de setembro a Polônia já es-

tava derrotada. Ao mesmo tempo em que os alemães avançavam, forças soviéticas ocuparam a região oriental polonesa e estabeleceram bases na Estônia, Letônia e Lituânia. Em novembro, os soviéticos também invadiram a Finlândia com o objetivo de ocupar a região da Karelia. Os expurgos realizados por Stalin no corpo de oficiais nos anos 30 combinados à resistência do exército finlandês, comandado pelo Marechal Mannerheim, fizeram com que os soviéticos só concluíssem suas empreitadas em março de 1940.

Em abril, a Dinamarca foi ocupada sem resistência e a Noruega foi invadida. O objetivo da ocupação norueguesa foi garantir aos alemães o fornecimento de ferro da Suécia, que se encontrava formalmente em condição de neutralidade. O efeito da ocupação foi a queda do gabinete de Neville Chamberlain no Reino Unido, acusado de imobilidade e incompetência para evitar a ação alemã no Mar do Norte. No dia 10 de maio, um governo de coalizão foi formado sob o comando de Winston Churchill. No mesmo dia da indicação de Churchill, os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica, rompendo com o longo período de inatividade na guerra continental, desde a invasão da Polônia.

A invasão da Holanda e da Bélgica permitiu contornar a linha Maginot e ameaçou cercar as forças britânico-francesas estacionadas no norte da França. Uma breve parada nas colunas de *Panzer* alemãs permitiu que Lord Gort, comandante da Força Expedicionária Britânica, fizesse uma retirada forçada para o porto de Dunquerque. Uma evacuação de emergência que durou nove dias possibilitou que 340 mil homens das forças britânicas e aliadas pudessem ser resgatados. A pressão sobre a França aumentou ainda mais. No

dia 10 de junho, a Itália declarou guerra e dois dias depois os alemães já estavam às margens do Rio Sena e Paris foi declarada cidade aberta. Apesar da insistência de Churchill em manter a França na guerra, a defesa de um armistício aumentava. O exército francês havia sido mortalmente atingido. Dezenas de divisões haviam sido cercadas pelo avanço alemão. Seus melhores homens e equipamentos haviam sido comprometidos. A propaganda comunista desmoralizou ainda mais o exército. O novo governo de Paul Reynaud não foi capaz de calar em tempo suficiente os representantes da ala derrotista e antibritânica do gabinete, liderada por Pierre Laval. Em sua obra clássica *A Segunda Guerra Mundial*, Churchill descreve em detalhe os últimos encontros que teve em junho de 1940 com o Primeiro-ministro Reynaud e seus indicados ao comando da guerra, Marechal Pétain e General Weygand. Churchill descreve o inconformismo de Reynaud com a insistência de Pétain em entregar parecer propondo armistício com os alemães. "Até agora", disse Reynaud, "ele ainda não me entregou. Ele se envergonha de fazê-lo". Churchill demonstrava desconfiança das posições e intenções de Pétain que trairia a França dias depois (Churchill, p. 338-339).

Em 17 de junho, um novo governo sob o comando do Marechal Pétain, herói da I Guerra Mundial, buscou o armistício. Apesar de uma transmissão de rádio não autorizada do então jovem ministro, General Charles de Gaulle, que urgia o povo francês a continuar a resistência, o armistício foi assinado no histórico comboio ferroviário de Compiègne. Toda a França, com exceção do sudeste, foi ocupada e desmilitarizada junto das colônias no norte da África. No dia 10 de julho de 1940, a III República foi aboli-

da. Todo poder nos territórios não ocupados foi assumido pelo Marechal Pétain como chefe de Estado da França, no comando de um governo fascista baseado na cidade de *Vichy*.

A partir deste momento histórico o Reino Unido ficava isolado no conflito mundial. Com suas rotas marítimas ameaçadas e um exército enfraquecido, o Reino Unido era o único obstáculo para a consolidação do poder nazista na Europa. Praticamente toda a Europa Continental estava sob o comando nazista, italiano ou em posição de neutralidade. Foi sob a liderança de Winston Churchill que a vontade de resistir foi centralizada na mobilização de homens e recursos, além de tomar os navios de guerra franceses nos portos norte-africanos, antes que pudessem ser tomados pelos alemães. A partir de julho, tropas e equipamentos alemães começaram a ser transportados para os portos franceses e belgas na preparação da invasão do Reino Unido, a "Operação Leão do Mar". No entanto, durante os dois meses seguintes a superioridade técnica da força aérea britânica aliada a um eficiente e amplo sistema de radar evitaram que a força aérea alemã, a *Luftwaffe*, tomasse o controle aéreo do canal. Em outubro, a invasão foi adiada, mas os alemães continuaram a bombardear as cidades britânicas. Londres foi bombardeada durante mais de dois meses sem interrupção e esporadicamente por mais seis meses.

Ao mesmo tempo, forças italianas iniciaram suas ofensivas no norte da África contra o Egito e contra a Somália britânica. Em março de 1941, o general britânico Archibald Wavell resistiu e reagiu aos ataques no Egito e, em maio, tropas britânicas ocuparam a Eritréa e restauraram o poder do Imperador Haile Selassie. Apesar disso, parte das for-

ças do General Wavell tiveram que ser deslocadas à Grécia, ao mesmo tempo em que um poderoso reforço alemão chegou ao norte africano sob o comando do General Erwin Rommel, para auxiliar os italianos. Wavell teve de se retirar do Egito.

A guerra no mar também ganhou dimensão. A luta para manter abertos os fluxos de fornecimentos por mar era vital. Em 1940, os submarinos alemães realizaram verdadeiro massacre afundando navios de guerra e mercantes principalmente no Mar do Norte e no Atlântico. Em 1941, uma dura e longa campanha de perseguição resultou no afundamento do navio de guerra alemão Bismarck, no Atlântico Sul, a primeira grande derrota alemã nos mares. A esperança britânica estava centrada na ajuda que Roosevelt garantiu ao Reino Unido a partir do final de 1940, quando trocou navios de guerra por direito de uso de ilhas caribenhas e emprestou equipamento aos britânicos fornecidos por navios de guerra norte-americanos.

Os Bálcãs também não ficaram de fora do grande conflito. Em junho de 1940, a Rússia forçou a Romênia a lhe entregar a Bessarábia e a Bukovina do norte. Como se não fosse o suficiente, forças alemãs forçaram a Romênia a entregar também a Dobrudja do Sul à Bulgária e a maior parte da Transilvânia à Hungria. Em abril de 1941, um golpe antialemão em Belgrado levou à invasão da Grécia e da Iugoslávia por forças alemãs além da ocupação da Ilha de Creta por pára-quedistas. Forças britânicas e do *Commonwealth* tiveram que evacuar os Bálcãs.

Dois acontecimentos acabaram mudando drasticamente os destinos da II Guerra. No dia 22 de junho de 1941,

indo contra as orientações de seus generais, Hitler lançou a "Operação Barbarossa", enviando três milhões de soldados, dez mil tanques de guerra e três mil aviões contra a União Soviética. A Alemanha abria uma frente de mais de 1.500km. A ação foi tão repentina que o próprio Stalin demorou a acreditar depois de ser informado. Uma vitória rápida era vital para a Alemanha. O impacto da invasão alemã foi enorme. No primeiro momento as forças soviéticas entraram em colapso. Foram feitos três milhões de prisioneiros russos em 1941. A União Soviética perdeu acesso a mais da metade de sua produção de carvão e ferro. Apesar disso, a resistência soviética foi maior do que o esperado. Um pacto de assistência mútua, acordado em julho de 1941, garantiu o fornecimento de suprimentos e armas britânicos e posteriormente norte-americanos enviados por comboio pelo Mar Ártico até o porto de Murmansk. Os soviéticos também conseguiram transferir parte de suas principais indústrias para áreas perto dos Urais e na Sibéria, retomando inclusive a produção de carvão das minas dos Urais. A eficiente propaganda de Stalin iniciou um forte apelo público ao patriotismo e nacionalismo russos. As perseguições religiosas e as discriminações contra as nacionalidades foram reduzidas e em alguns casos cessaram. Ampliou-se a abertura para filiação ao partido comunista. Finalmente, um fator climático também contribuiu decisivamente para a resistência soviética: a chegada de um rigoroso inverno. Quando os alemães estavam a caminho da Criméia, a 50km de Moscou e perto de ocupar Leningrado, o inverno começou a afetar seu desempenho militar. No início de 1942, os soviéticos estavam prontos para iniciar a contra-ofensiva.

No final de 1941, a II Guerra Mundial já afetava e mobilizava toda a economia mundial e produzia seus efeitos em todos os continentes. A parceria britânico-americana se desenvolvia de tal maneira que ainda em agosto do mesmo ano o Presidente Roosevelt encontrou-se com Churchill para formular a Carta do Atlântico, garantindo liberdade às nações do mundo e prevenindo contra ocupações territoriais que não contassem com a vontade expressa dos povos envolvidos. Porém, no dia 7 de dezembro de 1941, um ataque surpresa da força aérea japonesa à frota de navios de guerra norte-americanos no Pacífico estacionados em Pearl Harbor, no Havaí, resultou na declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão e seus aliados do eixo europeu. Os japoneses não se intimidaram e iniciaram a expansão no Pacífico ocupando Hong-Kong ainda no Natal de 1941, as ilhas de Guam, Wake e as Índias Holandesas Orientais (que viriam a ser a Indonésia) em janeiro de 1942. Em fevereiro, tropas britânicas e do *Commonwealth* se renderam aos japoneses em Cingapura e em maio as Filipinas também foram ocupadas. As vitórias dos porta-aviões norte-americanos contra os japoneses nas Ilhas Midway e no Mar de Coral, ao norte da Austrália, evitaram a ocupação da Austrália pelos japoneses.

Em meados de 1942, os alemães e seus aliados ocupavam praticamente todo o continente europeu com exceção das Ilhas Britânicas. O poder alemão e a ordem nacional-socialista eram aplicados de duas maneiras: pela perseguição racial e pelo confisco, roubo e pilhagem das riquezas dos países conquistados. A política racial nazista ia além da perseguição aos judeus. A origem da "solução final" não está desvinculada da campanha de eutanásia pro-

jetada para criar uma raça pura e revitalizada. A política racial e populacional nazista para a Europa Oriental buscou excluir populações não-germânicas do território conquistado do Reich, o que implicou deportações e assassinatos em larga escala, principalmente de poloneses, ucranianos e russos, além de outros povos eslavos. Apesar disso, o aspecto diferenciador do Holocausto foi a tentativa deliberada de exterminar um povo inteiro, algo nunca antes praticado. Muitos aspectos da solução final nazista ainda provocam discussão e controvérsia. A escala de assassinatos foi incomparável. As estimativas mais confiáveis sugerem que entre cinco e seis milhões de judeus foram mortos, cerca de um terço da população judaica mundial. O assassinato de judeus significou um terço das mortes civis na Europa.

Após a Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942, a ordem era destruir todos os judeus da Europa, até as menores comunidades como algumas centenas de judeus que viviam na Albânia. Hitler via os judeus como uma ameaça à Alemanha porque inventaram o bolchevismo e desafiavam o nacionalismo, pregando o internacionalismo, o pacifismo e a democracia. Via na aniquilação dos judeus uma maneira de restaurar o desenvolvimento histórico e foi o anti-semitismo desenvolvido por ele que contaminou o movimento nazista. A perseguição aos judeus se intensificou a partir de 1938, mas a expressão "Solução Final" (*Endlösung*) começou a ser utilizada em 1940, diante de diferentes propostas de deportação dos judeus para a Polônia ou Madagascar. A Conferência de Wannsee determinou que o extermínio passava a ser um projeto de coordenação e amplitude europeu, concentrado sistematicamente sobre os ju-

deus poloneses e da Europa Oriental e depois se voltando à Europa Ocidental. O infame Adolf Eichmann foi escolhido para administrar o programa que continuou até os últimos dias da guerra, consumindo recursos, homens e linhas ferroviárias preciosos para o esforço de combate. Muito foi possível graças à cumplicidade de burocratas, policiais e líderes políticos locais. Os alemães controlavam a maioria dos processos de extermínio, mas outros grupos fascistas, como o *Ustasha* da Croácia ou o *Arrow Cross* da Hungria, tiveram profundo envolvimento no extermínio de judeus.

O processo de confisco, pilhagem e roubo das riquezas dos países conquistados foi a maneira como os alemães sustentaram boa parte da guerra. Da França, por exemplo, os alemães cobraram "custos de ocupação", removeram recursos, equipamentos e pessoas. De vários países exploraram trabalho escravo de civis, prisioneiros e judeus. Como resultado, as economias dos países ocupados tiveram seus desempenhos de produção agrícola e industrial reduzidos a margens muito baixas entre 1940 e 1944.

Foi a partir de outubro de 1942, quase simultaneamente, que os destinos da II Guerra Mundial começaram a mudar. Os *turning points* da guerra vieram do norte da África e da reação soviética. Desde agosto de 1942, o general britânico Bernard Montgomery assumiu o comando do oitavo exército no norte africano. Reforçado por um grande número de tanques norte-americanos contra forças alemãs, abaladas pela perda de suprimentos, com a escassez de navios de transporte, Montgomery marcou vitória decisiva contra a "raposa do deserto", o General Rommel, na batalha de *El-Alamein*, no Egito. Quando o general nor-

te-americano Dwight Eisenhower e suas tropas desembarcaram no Marrocos e na Argélia em novembro de 1942, Rommel foi colocado entre duas forças aliadas. Após outra derrota em Mareth, após combates pesados em março de 1943, duzentos e cinqüenta mil soldados do eixo ítalo-germânico foram capturados.

Na frente oriental, o nono exército alemão, comandado pelo General von Paulus, foi cercado na batalha pela cidade de Stalingrado, nas proximidades do Rio Volga. Após três semanas de luta pelas ruas da cidade, cerca de trezentos mil soldados alemães se renderam. A ofensiva soviética perdeu por pouco a chance de cercar o exército alemão no Cáucaso. Os alemães tentaram uma contra-ofensiva em março de 1943, mas a partir daí os soviéticos estiveram sempre colocando pressão sobre os alemães e recuperando territórios ocupados. A batalha de Kursk, em agosto de 1943, marcou o avanço forçado dos soviéticos na maior batalha blindada da história. Na ocasião, as forças no Mediterrâneo também necessitavam de reforço, mas Hitler recusava sistematicamente o apelo de seus generais para um recuo estratégico. Em 1944, Leningrado foi libertada.

A contra-ofensiva aliada na Europa foi lançada em duas direções. A Conferência Britânico-americana, realizada em Casablanca em janeiro de 1943, decidiu pela concentração de forças na Itália com o objetivo de minar as forças do eixo e livrar as ameaças sobre o Canal de Suez. Em julho e agosto a Sicília foi ocupada e um golpe de generais italianos e líderes fascistas derrubaram Mussolini. Em setembro, o Marechal Badoglio assinou armistício com os aliados. A resistência alemã em território italiano foi feroz, re-

fletindo o inconformismo de Hitler com a atitude de Badoglio e retardando o avanço anglo-americano na Itália. Mussolini foi recapturado de forma espetacular por forças de elite alemãs e reassumiu o comando formal da República de Salo, no norte da Itália, totalmente dependente das forças alemãs. Apenas em junho de 1944 Roma foi libertada.

A participação do Brasil se deu justamente nesta fase da guerra. A Força Expedicionária Brasileira, FEB, foi formada por 25 mil homens para auxiliar o esforço aliado junto do V Exército dos Estados Unidos em atividade na Itália. A FEB entrou em combate em setembro de 1944 e até março de 1945 batalhou contra linhas defensivas alemãs localizadas no alto de montes escarpados, conseguindo vitórias expressivas (Vizentini, p. 143-144).

O dia D, dia 6 de junho de 1944, determinou a outra direção da contra-ofensiva aliada para libertar a Europa. Embora já tivessem ocorrido bombardeios de cidades alemãs por aeronaves britânicas e americanas, até 1944 ainda não havia ocorrido combate em solo alemão. Após a vitória sobre os submarinos alemães no início de 1944, uma segunda frente de entrada na Europa tornou-se viável. No dia D, a maior operação marítima da história foi colocada em prática. Quatro mil navios de transporte para soldados apoiados por 700 navios de guerra desembarcaram tropas britânicas, americanas e canadenses na costa da Normandia. Em julho, forças terrestres norte-americanas cercaram o exército de Rommel na França e em agosto mais um desembarque de tropas no sul da França completou a libertação do país. Mais de 250 mil prisioneiros foram capturados.

Na frente oriental os soviéticos avançavam pelo Báltico e através da Polônia. Um outro grupo de divisões foi direcionado à frente do Mediterrâneo. Em 20 de julho, um grupo de oficiais alemães, liderados pelo Oficial e Conde Berthold von Stauffenberg, cientes da derrota inevitável do país, realizou um atentado contra a vida de Hitler. Apesar dos ferimentos, Hitler sobreviveu e o plano fracassou. A maioria dos membros de oposição ao regime nazista foi eliminada. O próprio general Rommel, herói popular, foi obrigado a cometer suicídio. Tentativas desesperadas fizeram os alemães utilizarem armas mais sofisticadas ainda em teste como os foguetes V1 e V2, que fracassaram. A última tentativa para conter o avanço aliado foi a Batalha das Ardennes, em dezembro de 1944. As florestas entre a Bélgica e a Alemanha serviram de palco para o último contra-ataque alemão.

Em dezembro de 1944, tropas soviéticas entraram na Romênia e na Bulgária. Apesar da dura resistência capturaram Budapeste, na Hungria, em fevereiro de 1945. Na Iugoslávia, os alemães tinham sido derrotados pelos *Partisans* liderados pelo Marechal Comunista Josef Broz Tito, que contou com o apoio britânico. O perigo iminente passou a ser a presença dos soviéticos nos Bálcãs e no Leste Europeu. Para conter esta ameaça, na Conferência de Teerã, realizada em novembro de 1944, Churchill exigiu um plano urgente de avanço aliado nos Bálcãs, que passasse pela Áustria e Hungria e encontrasse os soviéticos mais ao sul. Além de desconfiar da intenção dos britânicos, Roosevelt precisava da aliança dos soviéticos para combater os japoneses no Pacífico. Tampouco estava muito interessado no reordenamento europeu do pós-guerra. Stalin, por sua vez,

evitou isolar Roosevelt apoiando a idéia da criação da Organização das Nações Unidas, evitando ajudar insurgentes comunistas na Grécia e persuadindo os comunistas italianos a serem menos antimonarquistas. De forma astuta apoiou a segunda frente Atlântica e o desembarque no sul da França como forma de minar os recursos disponíveis dos aliados ocidentais e enfraquecer a empreitada pela Itália. Ainda em Teerã, o futuro da Alemanha começou a ser discutido e a extensão da fronteira polonesa para a linha Oder-Neisse também foi pauta.

O melhor desfecho da guerra para os aliados, evitando o excessivo avanço soviético no território europeu, teria sido um final por volta de outubro de 1944, quando os soviéticos ainda estavam no leste. No entanto, uma diferença de opiniões estratégicas no comando aliado prejudicou o avanço na frente ocidental. O general britânico Montgomery propôs uma concentração de forças na Holanda cujo resultado foi a fracassada Operação Arnheim, em setembro. O General Eisenhower propunha um avanço mais amplo e cauteloso, porque, embora fosse mais lento, implicava menos problemas de suprimentos e comunicação. O resultado foi que os soviéticos chegaram à Polônia em fevereiro de 1945.

Durante a Conferência de Yalta, realizada no mesmo mês, Churchill estava totalmente dependente de Roosevelt, que estava com a saúde comprometida. Os princípios que nortearam a divisão da Alemanha e as reparações foram acordados. Também foi acertado que a França deveria, em algum momento futuro, participar da redefinição e administração da ocupação do território alemão. Em Yalta também ficou acertado que os países libertados receberiam

auxílio e apoio para realização de eleições livres para governos democráticos. Na realidade, em abril de 1945, mesmo mês da morte de Roosevelt, as intenções soviéticas na Polônia, Bulgária e Romênia eram no mínimo suspeitas.

A fase final da II Guerra Mundial foi uma corrida entre as tropas soviéticas vindas do leste, no início de 1945, e cruzando a fronteira oriental da Alemanha, e entre tropas aliadas cruzando o Rio Reno, em março de 1945. Os britânicos libertaram a Dinamarca. Os norte-americanos chegaram a Praga e libertaram os tchecos antes dos soviéticos. Em abril, a resistência italiana foi aniquilada e Mussolini enforcado por Partisans. Em abril, tropas soviéticas cercaram Berlim onde Hitler cometeu suicídio em seu *Bunker*, no dia 30. No dia 7 de maio, a Alemanha se rendeu incondicionalmente aos representantes oficiais do Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e França.

A Conferência de Potsdam, realizada em julho de 1945, a poucos quilômetros de Berlim, definiu que um Conselho de Ministros das cinco potências vencedoras, Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética, França e China, negociaria acordos com os ex-aliados do Eixo e depois com a Alemanha em particular. A Alemanha teve que ser desarmada, desmilitarizada e desnazificada, além de não ter governo central. Parte da Prússia Oriental foi transferida à União Soviética e a Polônia passou a ser soberana apenas sobre os territórios além da linha definida pelos rios Oder-Neisse, de acordo com a imposição de Stalin.

Com a derrota da Alemanha, todo o esforço de guerra aliado voltou-se para o Japão. A ofensiva norte-americana

no Pacífico estava a caminho. A vitória na batalha naval do Golfo de Leyte, nas Filipinas, iniciou a reação norte-americana em meados de 1944. Manila foi ocupada em fevereiro de 1945 e a ilha estratégica de Okinawa foi ocupada em abril. O décimo quarto exército britânico, praticamente esquecido no conflito mundial, avançou sobre a Birmânia e ocupou Mandalay, em março, e a capital Rangum, dois meses depois. A invasão da Malásia era iminente quando a reação negativa do Japão ao ultimato apresentado pelos norte-americanos em 26 de julho resultou no lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroshima, em 6 de agosto. Os soviéticos declararam guerra ao Japão, um dia antes que Nagasaki recebesse a segunda bomba atômica. O Japão foi obrigado a se render incondicionalmente.

A necessidade de utilização de bombas atômicas ainda é objeto de análise de historiadores e internacionalistas. A interpretação mais difundida explica a utilização da arma nuclear como justificativa para um encurtamento da guerra, que pôde poupar milhares de vidas que seriam perdidas com a invasão inevitável das ilhas japonesas. Não há dúvida, no entanto, que, de alguma maneira, os norte-americanos precisavam de uma rápida conclusão do conflito para evitar que os soviéticos tivessem ganhos territoriais no Extremo Oriente.

Assim, como na I Guerra Mundial, não é necessário sublinhar o impacto sem precedentes que a II Guerra Mundial deixou para as populações civis e para as economias da Europa e de boa parte do mundo. No total, entre 55 e 60 milhões de pessoas morreram. Apenas na União Soviética, cerca de 25 milhões de pessoas morreram por conseqüência da guerra, um milhão destes morreram de fome

em Leningrado, entre 1941 e 1944. A China perdeu 15 milhões de almas e a Alemanha, pelo menos, 5 milhões de pessoas. Bombardeios aéreos mataram centenas de milhares de civis. No Reino Unido foram 50 mil. Apenas o bombardeio de Hamburgo matou, em uma semana de 1943, 240 mil pessoas. O bombardeio massivo e talvez desnecessário da cidade alemã de Dresden, em fevereiro de 1945, matou 140 mil pessoas. Calcula-se que dez milhões de pessoas tenham sido obrigadas a se deslocar de seus países de origem. A destruição da infra-estrutura também não teve precedente. O estrago causado às comunicações, linhas ferroviárias, estradas e portos em toda a Europa levou anos para ser recuperado.

Nem mesmo uma parte do idealismo resultante do final da I Guerra Mundial, que considerava a I Guerra como o grande conflito que deu fim a todas as guerras, pôde ser confirmado quando a II Guerra tornou-se realidade. O fim da II Guerra Mundial trouxe pouca esperança de paz e estabilidade. As negociações diplomáticas realizadas nos últimos meses de guerra demonstraram crescente desconfiança entre os aliados e a União Soviética. A guerra foi imediatamente seguida por um período de difícil convivência entre os vitoriosos. Uma coexistência entre parceiros com diferenças ideológicas tornou-se rapidamente um conflito de concepções.

6 Um novo ator asiático: a Revolução Chinesa

A Fundação da República Chinesa em 1911 falhou em viabilizar uma solução definitiva para os problemas que afetaram o país no século XIX, marcado pelo aumento da influência das potências européias e pela decadência e corrupção do Estado Imperial da dinastia *Qing*. Várias rebeliões ainda no século XIX como de *Taiping*, entre 1850 e 1864, devastaram o país. A ideologia da revolta de *Taiping*, liderada por Hong Xiuquan, era uma mistura de cristianismo e políticas sociais de radicalismo igualitário. A rebelião foi combatida com ajuda de militares americanos e britânicos, mas o império nunca mais recuperaria sua força. Parte das idéias de Xiuquan seria incorporada depois a outros grupos revolucionários, incluindo o Partido Comunista. A derrota na Guerra Sino-japonesa ocorrida em 1894-95, em torno do domínio sobre a Coréia, e a Revolução dos Boxers, movimento popular antiocidental em 1900 apoiado por Cixi, a viúva herdeira do imperador, estimularam reformas na decadente monarquia.

A República, fundada em 1912, não mostrou melhor estabilidade. Sun Yat-sen, revolucionário que se tornara o primeiro presidente da China, foi derrubado do poder por

Yuan Shik-Kai, o mais poderoso representante militar da velha ordem. Em 1914, Yuan abafou as resistências e tornou-se ditador do país. Obrigado a pedir emprestado recursos externos, já que não tinha sistema de receitas organizado, o regime de Yuan se enfraqueceu. As receitas do sistema aduaneiro estavam sob controle estrangeiro. O Tibete e a Mongólia tornaram-se autônomos ficando sob o controle britânico e russo, respectivamente. Em 1924, a Mongólia se tornou independente, adotando o regime comunista e seguindo influência soviética até 1990. O estouro da I Guerra Mundial desviou a atenção das potências ocidentais da Ásia e o Japão aproveitou para aplicar seus planos expansionistas, ocupando o porto de Tsintao e a esfera de influência na província de Shantung, até então região de influência e ocupação do Império Alemão. Além disso, o Japão apresentou à China uma série de demandas que a reduziriam a total dependência japonesa. Yuan resistiu, mas em 1915 os japoneses dominaram Shantung, a Manchúria e a Mongólia interior. A ocupação despertou forte movimento nacionalista. Yuan morreu em 1916 e durante uma década a instabilidade reinou na China, com generais comandando diferentes províncias independentemente do governo central. Nos anos 20, guerras entre os comandantes de província e suas coligações arrasaram o país. Apenas os portos sob ocupação estrangeira eram regiões seguras. Grupos revolucionários nacionalistas e comunistas surgiram no país e desfrutaram a insatisfação popular contra a interferência estrangeira e contra as condições que a Conferência de Paz de Paris havia determinado aos japoneses na China.

O Partido Revolucionário de Sun Yat-sen havia estabelecido um governo regional na província de Cantão, no sul do país. Em 1923, Sun reorganizou o Partido Nacionalista e seu exército, o *Kuomintang*, com ajuda do *Comintern*, e fechou uma aliança com o pequeno Partido Comunista. Sun morreu em 1925, mesmo ano em que várias manifestações contra a presença estrangeira no país foram apoiadas por trabalhadores e classes mercantis.

A influência comunista cresceu rapidamente nas áreas urbanas e industriais. Em 1926, Chiang Kai-Shek, o principal general do exército nacionalista, realizou uma marcha ao norte do país com o objetivo de eliminar as lideranças regionais e unificar o país. Chiang mudou-se para a província de Wuhan e ocupou Nanking e Shangai em 1927. Chiang rompeu com os comunistas e ocupou Pequim em 1928. Os nacionalistas dominaram a China e foram reconhecidos como o governo nacional, mas os generais de província não tinham sido eliminados completamente. Chiang Kai-Shek promoveu o desenvolvimento das áreas mais ricas do país apesar da crise mundial de 1929 e da sistemática pressão japonesa. Em 1931, os japoneses ocuparam a Manchúria e lá estabeleceram um regime fantoche, sob o comando do Imperador Manchu, o *Manchukuo*. Em 1933, invadiram a província de Jehol e em 1935 tentaram ocupar todo o norte da China, mas não obtiveram sucesso. Na Manchúria os japoneses construíram uma base moderna de infra-estrutura com linhas ferroviárias e indústria pesada incomparáveis às existentes na China até então.

A outra ameaça a Chiang, além dos japoneses, eram os comunistas. Depois do rompimento em 1927 e da contenção de várias rebeliões nas regiões urbanas, os comunistas

se refugiaram em regiões remotas onde estabeleceram regimes locais. O mais importante deles foi o *Soviet* de *Kiangsi*, que de 1929 a 1934 o Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-Tung e Chu Te, controlou a área e desenvolveu um programa de reformas camponesas diferentes do modelo soviético baseado no proletariado urbano. Os ataques sistemáticos de Chiang à província de Kiangsi fez com que os líderes comunistas decidissem abandonar a área em 1934 e iniciar a Longa Marcha pelo país onde a ala camponesa do Partido, liderada por Mao, finalmente assumiu a liderança partidária. A marcha chegou a Pao-an, outra região onde o Partido Comunista havia estabelecido uma base em 1930. Segundo Spence, "a Longa Marcha, mais tarde apresentada como um dos maiores acontecimentos da história do comunismo, foi um pesadelo de morte e dor enquanto esteve a caminho. A enorme coluna estava sobrecarregada com equipamentos, documentos do Partido Comunista, armamentos, equipamentos de comunicação, e tudo que pode ser salvo de Kiangsi que pudesse ajudar no estabelecimento de uma nova base. [...] O 'Encontro ampliado do Politburo', como foi denominado, ocorreu na cidade de Zunyi, em 15 de janeiro de 1935, sob uma atmosfera de crise. A política do Partido tinha sido desastrosa e a sobrevivência do movimento revolucionário estava em jogo. Era o momento de ver o que havia dado errado e – mais importante – decidir o que fazer no futuro imediato e quem iria liderar o Partido a partir de então. Estavam presentes os dezessete líderes veteranos do Partido, incluindo Mao, um representante do *Comintern*, Otto Braun, um intérprete de Braun e um escrivão de trinta anos, Deng

Xiaoping" (Spencer, p. 83-84). Foi o encontro de Zunyi que finalmente consolidou o prestígio e a liderança de Mao no Partido.

A prioridade de Chiang era a destruição dos comunistas antes mesmo de combater os japoneses, mas em 1936 foi forçado a formar uma frente unida contra o inimigo externo sob o risco de ser deposto ou mesmo assassinado. A resposta japonesa foi invadir o país ainda com mais força em 1938 ocupando toda a região norte e central da China, além dos principais portos e zonas industriais. Os nacionalistas se retiraram para as montanhas de Szechwan e a luta continuou até 1944.

Apesar de os japoneses ocuparem a maior parte do país, na verdade, tinham controle apenas das maiores cidades e das linhas de comunicação. Nas zonas ocupadas havia vários centros de resistência guerrilheira comunista que ganhavam credibilidade junto dos camponeses. Em 1945, os comunistas clamavam ter controle sobre vastas áreas além de ter "libertado" várias outras, embora não tivessem controle administrativo sobre a maioria.

Quando a II Guerra terminou, os nacionalistas voltaram a Nanking. Durante os anos da guerra o governo nacionalista havia ficado cada vez mais dependente da ajuda e financiamento dos Estados Unidos, se tornado mais reacionário e corrupto. O exército estava desmoralizado e os comunistas aproveitaram para ocupar várias regiões abandonadas pelos japoneses após a rendição. A Manchúria, ocupada pelos soviéticos, foi entregue ao poder comunista. Entre 1945 e 1947, foram feitas tentativas de se criar um governo nacional, mas as hostilidades entre naciona-

listas e comunistas continuaram e em 1947, estourou uma guerra civil. A partir de 1948, a ofensiva veio do lado comunista sobre a abalada força nacionalista. Os comunistas ocuparam toda a Manchúria, entraram em Beijing em janeiro de 1949, Nanking em abril e Shangai em maio. Ocuparam o Cantão em outubro e fundaram a República Popular da China. Em maio de 1950 o governo de Chiang Kai-Shek encontrou refúgio em Taiwan e lá fundou a China Nacionalista.

A guerra civil completou a destruição do país. A maioria das indústrias estava em ruínas. A base industrial na Manchúria foi levada pelos russos. O sistema ferroviário estava destruído. Segundo Spence, semanas após a criação da República Popular da China "Mao planejou uma visita à União Soviética, para que pudesse estar em pessoa com o homem que, de várias maneiras, tinha sido sua inspiração, mas também seu nemesis, Joseph Stalin. Quando Mao partiu para Moscou em dezembro de 1949, os comunistas eram os vitoriosos, mas a China estava em estado catastrófico. Várias regiões do país haviam resistido a quase quarenta anos de luta incessante ou ocupação militar inimiga de um tipo ou de outro – guerreiros locais, guerrilhas comunistas, Kuomintang, japoneses" (Spence, p. 108). No entanto, desde 1911 a China não tinha um regime forte no comando de todo o país e a partir de 1950, a China ocupou lugar crucial no jogo de poder mundial que marcou a Guerra Fria e o século XX.

7 A retomada da ordem internacional: antecedentes da Guerra Fria

Os problemas do pós-guerra, tanto para a reconstrução quanto para o arranjo satisfatório de acordos com os Estados derrotados, foram dificultados pelas crescentes divergências que surgiram entre os vencedores. A derrota e a retirada das ditaduras fascistas do cenário não garantiram o triunfo da democracia na Europa. Há controvérsias entre historiadores e internacionalistas sobre as causas e as origens das divergências entre Estados Unidos e União Soviética. De um lado, o que veio a ser definido como "Guerra Fria", um conflito levado até as últimas conseqüências, mas que evitava o confronto direto entre as potências, surgiu do confronto entre as duas ideologias reinantes no século XX. De outra perspectiva, há o argumento de que a Guerra Fria foi apenas mais um episódio da longa tradição de desconfiança entre a Rússia e o Ocidente, com o novo ingrediente de os Estados Unidos estarem no papel principal dos posicionamentos anti-russos, contra a União Soviética.

No momento em que os compromissos assumidos nas conferências de Yalta e Potsdam tiveram que ser cumpridos, o Presidente Roosevelt já havia morrido e o primeiro-mi-

nistro britânico Winston Churchill estava fora do gabinete. A Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação e governada pela potência que tivesse o controle militar da área. A zona soviética se estendia da nova fronteira ocidental da Polônia até uma fronteira no centro da Alemanha. A zona francesa foi destacada das zonas norte-americana e britânica. Em cada zona, a autoridade governamental era o comandante-chefe das forças armadas. Um controle central em Berlim lidava com os problemas de interesse comum. O acordo em relação a Berlim, cidade localizada dentro da zona soviética, refletia o mesmo padrão da divisão do país, com quatro setores de ocupação.

Os principais objetivos da ocupação tinham sido estabelecidos em Potsdam. A Alemanha foi completamente desmilitarizada. Foi também em parte desindustrializada. Os soviéticos, em particular, desmantelaram e levaram para si fábricas inteiras e equipamento industrial. Ao comentar a Conferência de Potsdam, Kissinger afirma: "A Conferência de Potsdam tornou-se rapidamente um diálogo de surdos. Stalin insistia em consolidar sua esfera de influência. Truman e, em menor escala, Churchill, demandavam a aplicação de seus princípios. Stalin tentou trocar o reconhecimento ocidental dos governos impostos pelos soviéticos na Bulgária e Romênia pelo reconhecimento da Itália. E, no meio tempo, Stalin persistia em bloquear as demandas ocidentais por eleições livres no Leste Europeu" (Kissinger, p. 434). E mais adiante conclui: "O resultado prático de Potsdam foi o início do processo que dividiu a Europa em duas esferas de influência, o cenário que os líderes norte-americanos na época da guerra estavam mais determinados a evitar" (*Ibid.*, 436).

Na Alemanha, todas as organizações nazistas foram dissolvidas e milhares de suspeitos foram interrogados e presos. As principais lideranças nazistas foram julgadas no Tribunal de Nurembergue em 1946. Dos seis seguidores mais próximos de Hitler, Hermann Goering, Joseph Goebbels e Heinrich Himmler cometeram suicídio antes de serem julgados. Karl Donitz saiu da prisão em 1956 e morreu em 1980, Albert Speer foi julgado, preso, libertado e morreu em 1981, e Rudolf Hess morreu na prisão de Spandau aos 92 anos, em 1987.

Cada uma das zonas foi dividida em *Länder*, cada qual com um governo responsável. A partir de janeiro de 1947, as zonas norte-americana e britânica foram unificadas por razões econômicas. Franceses e soviéticos temiam qualquer processo de unificação que pudesse revitalizar os temores de uma Alemanha unida. No início da reconstrução a situação era caótica. As cidades, o comércio e a indústria estavam em ruínas. O perigo de fome era iminente e a escassez de medicamentos era crítica. A situação era ainda pior para milhões de refugiados alemães e estrangeiros em território alemão, sem destino certo. O sistema monetário entrou em colapso e durante meses cigarros foram a moeda de troca mais estável. Os alemães chamaram este momento de *Stunde Null*, o momento zero para a reconstrução e renascimento do país.

A Áustria também sofreu intervenção dos aliados. A tentativa soviética de estabelecer governos provisórios com comunistas em posições chave havia sido rejeitada em abril de 1945. Ao invés disso, um Conselho Central foi criado seguindo o modelo aplicado na Alemanha. Eleições livres ocorreram no final de 1945 e um novo governo liderado pelo

Dr. Figl foi reconhecido por todos os aliados. Uma relativa autonomia foi dada à reconstrução da Áustria, mas foi apenas em 1955 que um tratado de paz garantiu a total independência do país, dentro das fronteiras de 1938 e com a proibição de uma eventual união à Alemanha.

O Conselho de Ministros Estrangeiros estabeleceu uma série de acordos com todos os outros países envolvidos na II Guerra durante a Conferência de Paris de 1946 e em uma das primeiras reuniões das Nações Unidas. Os acordos foram assinados em fevereiro de 1947 e tratavam claramente da autodeterminação dos povos, embora as potências ocupantes deixassem claros seus interesses. A Itália ficou sob ocupação britânico-americana. Foi desmilitarizada e desarmada. Suas colônias ficaram sob responsabilidade das Nações Unidas e ganharam independência. A Albânia também ficou independente. Um conflito de interesses entre italianos e iugoslavos fez com que apenas em 1954 o porto de Trieste se tornasse oficialmente iugoslavo e a península da Ístria oficialmente italiana.

A Europa Centro-oriental também foi redesenhada. O principal interesse soviético era criar uma cadeia de Estados comunistas ao seu redor, um grupo de Estados "tampões". A Polônia, Tchecoslováquia e os Estados Bálticos foram restabelecidos. A Romênia perdeu a Bessarábia e a Bukovina para a União Soviética e a Dobrudja do sul à Bulgária. A Hungria teve que devolver a Transilvânia à Romênia, mas a Rutênia ficou com os soviéticos e foi devolvida aos tchecos, deixando uma fronteira comum entre húngaros e soviéticos. A Polônia ganhou a possessão da Prússia Oriental e o território até a linha *Oder-Neisse* que incluiu o ex-complexo industrial alemão da Silésia. Esta

imposição criada por Stalin deu à Polônia um quinto a mais de território, originalmente alemão, e milhões de alemães foram expulsos ou tiveram que sair da região. Os soviéticos ocuparam o restante da Prússia Oriental e territórios poloneses. O preço pago pelos poloneses pelos ganhos em território alemão foi a perda de metade de seu território original e a perda de um terço de sua população de antes da guerra. Os soviéticos também ocuparam a península da Karélia dos finlandeses, como também territórios do norte que excluíram a Finlândia do Mar Ártico, abrindo uma fronteira com a Noruega aos soviéticos. Para fechar sua estratégia de influência os soviéticos conseguiram dominar a Comissão de Controle do Rio Danúbio, de vital importância militar e comercial para a Europa Central, e que estava sob o controle de ministros estrangeiros. Em 1948, como todos os países presentes no encontro sobre a administração do Danúbio em Belgrado estavam na esfera soviética, o rio passou a ser área de domínio soviético.

Desde a Conferência de Yalta, Churchill já havia anunciado sua desconfiança das intenções de Stalin. Antes da total consolidação da esfera soviética no Leste Europeu, ainda em março de 1946, quando não ocupava mais a posição de primeiro-ministro britânico, Churchill fez um famoso discurso sobre a conjuntura mundial e européia em que fez referência à "cortina de ferro que baixou sobre o continente" (Reynolds, p. 29). No final dos anos 40 "a divisão tornou-se política e econômica. Em maio de 1947, novas coalizões formaram-se na França, Itália e Bélgica – *sem* os comunistas" (Reynolds, p. 29 – grifo do autor).

Pode-se comparar favoravelmente, e de várias maneiras, os acordos cerrados após a II Guerra Mundial com os

da I Guerra Mundial. No final da II Guerra foi alcançada uma simetria maior entre os Estados e as divisões étnicas, embora o movimento de refugiados alemães da Polônia e da Tchecoslováquia tenha ajudado os negociadores. Não houve nenhuma cláusula que atestasse a culpa pela guerra. E finalmente, nas regiões onde os bolcheviques falharam em impor a revolução comunista no período pós-revolucionário de 1917, Stalin impôs a força do exército vermelho. Infelizmente, os países da Europa Central não tiveram nem tempo de desfrutar de governos democráticos.

Assim como no final da I Guerra Mundial em 1918, procurou-se estabelecer uma nova ordem mundial. O resultado foi a fundação da Organização das Nações Unidas. Apesar das limitações e da experiência frustrante da Liga das Nações, os princípios para a criação de uma organização que pudesse garantir a segurança coletiva e evitar a guerra ainda estavam vivos. A conduta de cooperação entre os aliados estimulou as esperanças de uma cooperação também no pós-guerra. De abril a junho de 1945, a Conferência Geral da ONU, realizada em São Francisco na presença de representantes de cinqüenta e um países, lançou a Carta das Nações Unidas, deliberadamente desvinculada dos acordos do pós-guerra. A sede da organização foi estabelecida em Nova Iorque.

Os principais órgãos das Nações Unidas eram similares aos da Liga das Nações. A Assembléia Geral foi criada como um corpo consultivo para reunir-se anualmente. Ela elege os membros não-permanentes do Conselho de Segurança e os membros das principais sub-organizações. Originalmente, os membros foram limitados àqueles que haviam declarado guerra à Alemanha, mas outros membros

poderiam ser eleitos. O Conselho de Segurança foi crido para funcionar permanentemente com cinco membros permanentes, Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China (na ocasião a China nacionalista), e seis em regime não-permanente. Os membros permanentes têm o direito a veto. Organizações especializadas em diferentes temas também foram criadas, como a Corte Internacional de Justiça e o Conselho Econômico e Social. Este último teve associado a si uma série de agências relacionadas a finanças, saúde, trabalho, agricultura e refugiados.

Muitas das fraquezas da Liga das Nações foram reproduzidas nas Nações Unidas. A principal delas foi a incapacidade de aplicar sanções aos membros. Pelo fato de não ser uma organização armada, criada na dependência de contribuições e contingentes de tropas de seus membros, sua capacidade de exercer determinada punição foi limitada. O veto, criado com a intenção de preservar a soberania nacional, acabou sendo usado, em diferentes ocasiões, para diferentes fins, especialmente pelos Estados Unidos e União Soviética. Em 1950, a utilização do veto foi modificada de modo que poderia ser superado no caso de uma aprovação maior do que dois terços da assembléia em situações de agressão entre Estados. Depois da II Guerra, a afiliação de novos membros à ONU tornou-se mais um problema de rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética. O processo de descolonização trouxe um grande volume de novos membros que usaram a ONU para colocar as duas superpotências uma contra a outra.

A Guerra Fria começou a ter os primeiros sinais de sua consolidação nos últimos anos da II Guerra Mundial. No entanto, entre 1945 e a Guerra da Coréia, que durou de 1950

a 1953, a divisão ideológica entre as potências ficou cada vez mais evidente. Isto aconteceu porque a União Soviética não conteve suas ambições em expandir seu sistema e influência mundo afora. E os Estados Unidos, do seu lado, decidiram manter uma posição mais intervencionista na Europa do que em princípio haviam planejado.

A Europa tornou-se vulnerável ao extremismo ideológico porque sua economia estava abalada, sofrendo de um grave desequilíbrio comercial, enquanto tentava reequipar-se para retomar a produção. O perigo de que tal situação levasse à violência e ao extremismo exigia algum auxílio externo, um financiamento que garantisse a estabilidade. Como se não fosse o bastante, a Europa do final dos anos 40 enfrentava um desequilíbrio de poder. A França e o Reino Unido não tinham mais condições de se equiparar aos Estados Unidos e à União Soviética. O custo da guerra foi muito grande. A grande Alemanha que dominou a Europa Central durante décadas já não existia mais. Na França e na Itália os comunistas desfrutavam de considerável apoio eleitoral, o que tornava estas democracias bastante vulneráveis. Os soviéticos não contiveram suas ambições e continuaram seu projeto de construção de uma barreira de Estados satélites e territórios anexados, além de retardar a recuperação da Alemanha. A ocupação militar da Europa Centro-oriental e a capacidade de manipular grupos comunistas em diversos países davam à União Soviética uma força desigual na distribuição do poder.

Nos Estados em que os soviéticos tinham o controle militar, regimes fantoches foram estabelecidos e as oposições democráticas foram eliminadas. Foi o que aconteceu na Polônia, Bulgária e Romênia. Hungria e Tchecoslová-

quia realizaram eleições livres, mas os comunistas não obtiveram maioria. Nos dois países, governos democraticamente escolhidos foram desalojados e substituídos por governos comunistas. A única diferença entre os regimes que se estabeleceram no Leste Europeu foi entre aqueles comunistas "feitos em casa" como Wladislau Gomulka na Polônia, Janos Kádár na Hungria ou Josef Broz Tito na Iugoslávia, e entre stalinistas linhas-dura que estiveram com o exército vermelho, como Georgi Dimitrov na Bulgária, Matyas Rákosi na Hungria ou Walter Ulbricht no que viria a ser a Alemanha Oriental. Nos países onde a União Soviética não tinha o controle total, métodos de subversão eram adotados. No caso da Iugoslávia, a libertação do país tinha sido claramente resultado da atuação dos *Partisans* sob comando do Marechal Tito. Tentativas soviéticas de tomar o controle do país criaram uma tensão crescente entre Tito e Stalin. O resultado foi um recrudescimento da ação soviética nos outros países do leste, temendo algum tipo de contaminação de variedades diferentes de comunismo, como aconteceu com o socialismo moderado de Tito.

Na Grécia, liberada pelos britânicos, uma revolta comunista havia sido contida e eleições livres ocorreram em março de 1946. Um governo monárquico foi eleito, mas uma guerra civil começou logo depois e os comunistas receberam apoio dos soviéticos, búlgaros e iugoslavos. A presença de tropas britânicas no país garantiu a contenção de um regime comunista, mas os britânicos anunciaram em 1947 que não poderiam mais sustentar sozinhos a defesa da Grécia. A saída britânica significaria deixar um vácuo de poder no Mediterrâneo Oriental e as intenções de Stalin em relação à Turquia eram conhecidas. A histórica

inimizade entre turcos e russos permanecia. Diante da fraqueza turca, Stalin reivindicava bases militares no Dardanellos, para garantir a segurança soviética e o controle dos estreitos.

No Irã, que havia sido ocupado por forças britânicas e soviéticas durante a guerra e serviu como fonte vital de petróleo para o esforço de combate, os soviéticos recusavam-se a se retirar e incentivaram o movimento separatista comunista oriundo do Azerbaijão em 1945. Em março de 1946, também se retiram e o governo central do Irã foi finalmente restaurado.

Era necessário algum movimento ocidental para conter a pressão expansionista soviética em todo o mundo. O presidente norte-americano Henry Truman tinha consciência do problema e estava preparado para utilizar o poder norte-americano para proteger a Europa do comunismo, que avançava também na China e no Sudeste Asiático. A influência norte-americana estava baseada na superioridade tecnológica que detinha na esfera das armas atômicas. De fato, em 1946 os Estados Unidos chegaram a propor a entrega do seu monopólio de conhecimento atômico à Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico da ONU, o que foi rejeitado pela União Soviética, que tinha pretensões de desenvolver sua própria tecnologia. No início de 1947, Truman conseguiu do Congresso a liberação de recursos para auxiliar os britânicos na Grécia e na Turquia contra o comunismo. Começava a política norte-americana de apoio à liberdade e ao direito dos povos em resistir à subjugação a minorias armadas.

A "Doutrina Truman" garantiu que um considerável volume de recursos e de dinheiro norte-americano pudesse

ser enviado para a reconstrução econômica da Europa com o objetivo de conter a instabilidade política e social. Em junho de 1947, o secretário de Estado norte-americano, o ex-General George Marshall, lançou um audacioso plano de financiamento que os países europeus deveriam juntar aos seus próprios recursos para a recuperação econômica. Em 1948, foi criada a Organização para Cooperação Econômica Européia (OCDE), cujo objetivo era alcançar o máximo benefício do financiamento. A reação soviética foi desfavorável. Os soviéticos não tinham interesse na recuperação econômica da Alemanha e da Áustria. Mesmo antes do Plano Marshall, os Estados Unidos já haviam iniciado a assistência econômica às zonas de ocupação ocidental, o que ia de encontro ao interesse soviético. Além disso, suspeitaram que o plano tinha intenções imperialistas, uma maneira de conectar os países que recebiam auxílio às orientações políticas norte-americanas. Evidentemente, o desenvolvimento econômico europeu serviu aos interesses das empresas dos Estados Unidos, cativando o mercado europeu para os produtos de consumo norte-americanos. O resultado foi que os soviéticos rejeitaram o plano e a oferta de ajuda que também se destinava originalmente à URSS e seus países satélites. Ao invés disso, em 1949 os soviéticos criaram seu próprio Conselho de Ajuda Econômica Mútua, o *Comecon*.

A questão alemã acabou endurecendo as posições entre as duas potências. Os britânicos queriam a unificação alemã desde o início visando o interesse na recuperação econômica do país. Em princípio, os soviéticos concordavam porque viam a possibilidade de sucesso eleitoral dos comunistas alemães. Os franceses se opunham a um go-

verno central alemão porque temiam uma Alemanha regenerada. No final de 1945, quando ficou claro que o apelo ao comunismo tinha sido exagerado, os soviéticos decidiram por uma política de resistência à unificação e à contenção da recuperação econômica. A conseqüência foi um crescente congelamento da cooperação entre as quatro potências ocupantes.

Na tentativa de restabelecer instituições a um novo governo alemão, britânicos, franceses e norte-americanos criaram uma nova moeda alemã, o *Deutschmark*, mas os soviéticos insistiram que apenas os marcos impressos por eles seriam aceitos em Berlim. Os aliados ocidentais aceitavam que o marco impresso pelos soviéticos pudesse ser usado juntamente com o *Deutschmark* nas zonas ocidentais de Berlim, mas os soviéticos recusaram e fecharam o comando de Berlim, tentando isolar a cidade. Foi o bloqueio de Berlim, iniciado em junho de 1948. Os aliados responderam com uma larga operação de ponte-aérea para conter a ação soviética. Durante quase onze meses um serviço aéreo sistemático de fornecimento de suprimentos garantiu a existência de dois milhões de pessoas nas zonas de Berlim Ocidental. Em maio de 1949, os soviéticos desistiram do bloqueio e permitiram a sua abertura. "Durante o bloqueio a divisão da vida política foi consolidada. O comando dos aliados se separou do comando soviético em junho de 1948. Em setembro, a maioria dos magistrados e membros das câmaras administrativas se transferiu para a zonas ocidentais após manifestações comunistas. No final do ano, as administrações já trabalhavam separadamente" (*Frangen an die Deutsche Geschichte*, p. 359).

O bloqueio aumentou ainda mais o confronto e o endurecimento das atitudes entre as duas grandes potências. Em abril de 1949, os três aliados ocidentais decidiram criar um Estado alemão formado por suas três zonas dentro de um sistema federativo de onze *Länder*. Eleições foram realizadas em agosto de 1949 e o chanceler democrata-cristão Konrad Adenauer formou o governo em setembro. A resposta soviética foi a criação de uma república independente na zona soviética em outubro de 1949 e o resultado foi que enquanto a Alemanha se reintegrava à Europa, ela o fazia como um país dividido. Em 1955, a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã foram diplomaticamente reconhecidas pelos seus respectivos tutores.

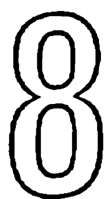
Como parte do processo de desenvolvimento de um sistema de defesa europeu integrado, a Alemanha Ocidental foi liberada da ocupação militar em 1954 e ganhou permissão para formar suas forças armadas dentro de limites definidos. Os soviéticos condenaram a ação e revidaram rearmando a Alemanha Oriental e incluindo-a no que viria a ser o Pacto de Varsóvia. A defesa da Europa Ocidental contra o comunismo não estava apenas relacionada ao desenvolvimento e integração econômica européia, mas, principalmente, a um projeto de percepção militar que refletia a falta de confiança na capacidade das Nações Unidas em lidar com potenciais conflitos. O Pacto do Atlântico de 1949, que criou a Otan, Organização do Tratado do Atlântico Norte, determinou uma aliança de defesa entre Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Portugal, Itália, Estados Unidos e Canadá. Em 1952, Grécia e Turquia foram admitidas. A Alemanha Ocidental veio a se incorporar em 1955.

A Otan foi criada com o objetivo específico de evitar a expansão do poder soviético na Europa e sempre foi sustentada pelo poder nuclear norte-americano e suas forças convencionais. Independente dos Estados Unidos, os europeus já haviam criado em 1948 a União Européia Ocidental (UEO), que garantia cooperação econômica e militar entre britânicos, franceses, belgas, holandeses e luxemburgueses. Entre 1950 e 1954, tentativas foram feitas para se criar um exército europeu unificado, mas os franceses sempre resistiram à eventual perda de soberania sobre suas armas e rejeitaram a idéia. A conseqüência foi que em 1954 decidiu-se ampliar a UEO incluindo alemães e italianos. Os soviéticos reagiram criando o Pacto de Varsóvia em 1955, uma aliança militar entre os satélites soviéticos, incluindo a Alemanha Oriental.

O último acontecimento relevante que consolidou o ambiente da Guerra Fria foi a Guerra da Coréia. Em 1949, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, havia fundado uma nova etapa na história da China com o estabelecimento da República Popular, que contava com apoio soviético. Desde o ano anterior, após a expulsão dos japoneses com o fim da II Guerra Mundial, a Coréia havia sido dividida em uma república ao sul do paralelo 38, apoiada pelos norte-americanos, e uma república popular ao norte, apoiada pelos soviéticos e comunistas chineses. Com a saída das forças americanas da Coréia em 1949, o exército norte-coreano realizou um ataque surpresa em 1950 e invadiu a Coréia do Sul. Forças sul-coreanas e norte-americanas tiveram que recuar até a região de Pusan, no sul do país. Na ausência temporária do representante soviético na ONU, o Conselho de Segurança solicitou aos

membros da ONU assistência à Coréia do Sul. Em setembro de 1950, forças da ONU comandadas pelo General Douglas MacArthur lançaram uma contra-ofensiva que forçou a retirada dos norte-coreanos até o Rio Yalu, na divisa com a China. Tropas chinesas entraram no conflito em auxílio aos norte-coreanos, recuperando o território perdido até a capital Seul. Depois de meses de luta o conflito se estabilizou nas proximidades da fronteira original demarcada pelo paralelo 38. MacArthur considerou utilizar armas nucleares, mas o Presidente Truman recusou. Negociações de paz iniciadas em julho de 1951, conduzidas pelo General Matthew Ridgway, só concluíram um armistício em julho de 1953. Um acordo de paz nunca foi assinado. Dos cerca de dez mil soldados norte-americanos capturados apenas três mil e setecentos retornaram depois da guerra. Sobre a Guerra da Coréia, Kissinger comenta: "A Guerra da Coréia revelou, assim, as forças e os limites da contenção (*containment*). Em termos de força tradicional do Estado, a Coréia foi o caso teste para determinar a demarcação de esferas de influência concorrentes ainda em processo de formação. Mas os americanos perceberam (o conflito) de maneira bastante diferente, como um conflito entre o bem e o mal, como uma batalha em defesa do mundo livre" (Kissinger, p. 489-490). A contenção (*containment*) foi termo cunhado pelo político e diplomata George Kennan usado para deter a expansão soviética através de contrapressões, reações imediatas. O termo passou a ser usado por estrategistas para descrever métodos usados na prevenção do expansionismo realizado pelas grandes potências ao flexionar seus músculos militares (Kegley, p. 498).

A Guerra Fria se tornou um confronto aberto. No entanto, os anos seguintes se caracterizaram por um período de coexistência pacífica. Parcialmente porque o equilíbrio nuclear foi atingido. Em novembro de 1952, os norte-americanos explodiram sua primeira bomba de hidrogênio. Nove meses depois os soviéticos também explodiram a sua. A coexistência pacífica também foi resultado da mudança das personalidades no poder. A morte de Stalin em 1953, após quase três décadas no comando totalitário da União Soviética, gerou problemas internos e dificuldades no controle de seus Estados satélites. Nos Estados Unidos, a eleição de Dwight Eisenhower para um governo republicano também fez com que o país fosse menos ativo na política de contenção soviética. Finalmente, outra razão fundamental para o relaxamento do conflito bipolar foi a transferência da batalha ideológica para outras áreas do globo como África e Sudeste Asiático, onde o doloroso processo de descolonização estava apenas começando.



A Guerra Fria e os movimentos de descolonização

A partir dos anos 50, um processo crescente de movimentos de libertação das antigas colônias imperiais e de vários territórios pertencentes às potências que dominaram o mundo até a II Guerra Mundial começou a apresentar resultados. Aparentemente, o processo de "descolonização" parece ter surgido após a II Guerra, mas na verdade começou ainda nos anos 30. O Tratado de Versalhes havia marcado o fim de vários impérios europeus tradicionais como o russo, o alemão e o austríaco. Durante os anos 30, as mudanças políticas internas de algumas metrópoles foram tão importantes quanto as pressões periféricas sofridas pelas colônias. O processo de descolonização não teve um desenvolvimento progressivo e regular. Houve recuos, idas e vindas, súbitos renascimentos de impérios já inexistentes e os padrões de libertação variaram muito entre os diferentes impérios.

A I Guerra Mundial e as circunstâncias econômicas do pós-guerra obrigaram as potências imperiais européias a mudar seu relacionamento com as colônias. As razões eram várias. Em muitos casos como na Índia, colônias apre-

sentaram grande crescimento demográfico como conseqüência das melhorias na infra-estrutura e do acesso à medicina ocidental. A emergência de uma burguesia colonial formada por nativos de classe média com aspirações geralmente diferentes das políticas da metrópole também se tornou uma fonte crescente de atrito entre as colônias e suas metrópoles. Religiões nativas, especialmente o islamismo, foram se tornando crescentemente antiocidentais. Na Birmânia ou nas Índias Holandesas, que viriam a ser a Indonésia, movimentos nacionalistas fundiram-se com as religiões budista ou islâmica nos processos de resistência.

Uma última razão, de ordem econômica, também contribuiu para o processo: a ausência de complementaridade econômica entre as colônias e as metrópoles, resultante da competição industrial entre produtores nativos e empreendedores estrangeiros fugindo do protecionismo tarifário. A Índia foi o caso mais crítico para a manutenção do poder colonial britânico no mundo e serve como exemplo para muitos outros desafios que britânicos e outras potências enfrentaram para manter suas possessões. Durante os anos 20 e 30, o consenso estabelecido com os principais grupos sociais do subcontinente começou a ser questionado pelo nacionalismo de Mohandas Gandhi e do Partido do Congresso que contou com o apoio do movimento islâmico Khilafat, movimento de muçulmanos indianos solidários ao sultão e califa otomanos reprimidos pelos colonizadores antes de Atatürk abolir o califado. Uma série de reformas constitucionais foi realizada em 1935, estabelecendo uma espécie de sistema federativo com promessas de maior autonomia governamental. Os britânicos identificaram comunidades eleitorais independentes e tentaram explorar as suas diferenças.

A II Guerra Mundial demonstrou uma série de diferentes esforços de cooperação e coordenação das metrópoles com suas colônias, mas também reduziu substancialmente a chance de sobrevivência dos impérios. O Império Britânico lutou na guerra na base da mobilização e utilização de recursos coloniais, o que gerou conseqüências inevitáveis para o seu futuro. O estímulo ao crescimento econômico das colônias significou, por exemplo, um aumento da produção de grãos na África, aumento da produção de bens manufaturados na Índia e a transformação da infra-estrutura no Egito. Os benefícios obtidos por este processo deram impulso às elites rurais e urbanas que se opunham ao controle político britânico. As diferenças em relação ao papel dos britânicos na conduta do seu império também vinham dos Estados Unidos. A II Guerra permitiu aos Estados Unidos a quebra de monopólios mantidos pelos britânicos na Arábia Saudita e na China, por exemplo, emparelhando interesses norte-americanos a interesses nacionalistas anticoloniais. O apoio do Presidente Roosevelt a Chiang Kai-Shek na China do período da guerra também tinha esta intenção. Havia um antagonismo norte-americano em relação aos britânicos quando se tratava da questão imperial. A Carta do Atlântico de 1941 foi também uma maneira de convencer a opinião pública dos Estados Unidos a apoiar uma guerra que até então era vista como uma guerra de interesses imperialistas e não em defesa da democracia.

Os impactos da II Guerra nas colônias da região do Sudeste Asiático e do Pacífico também foram grandes. As impressionantes vitórias japonesas e as ocupações realizadas na região tiveram conseqüências irreversíveis. O colo-

nialismo europeu perdeu a credibilidade após a queda de Cingapura e a humilhante ocupação da Indochina francesa. A organização de grupos nacionalistas havia sido incentivada pelos japoneses, incentivo também dado pelo oficial Achmad Sukarno e outros jovens militares da Indonésia, e em reação aos últimos, também se formando na Malásia. Um modelo eficiente de guerrilha na floresta foi desenvolvido, reforçando as visões revolucionárias de personalidades rebeldes como Ho Chi Minh no Vietnã e Mao Tsé-Tung na China. Experiências de relativa liberdade local sem o controle imperial fizeram com que o restabelecimento do poder imperial ficasse prejudicado. O novo nacionalismo teve sua amostra mais escancarada na Indochina, quando na revolução de agosto de 1945 a guerrilha comunista liderada por Ho Chi Minh, os *Viet Minh*, ocuparam Hanói no momento em que os imperialistas franceses tentavam restaurar seu poder.

A retirada britânica, francesa e holandesa de suas colônias na Ásia deve ser compreendida no contexto do fortalecimento do comunismo chinês na luta contra os nacionalistas chineses apoiados pelos norte-americanos. As colônias asiáticas eram as principais bases imperiais da diplomacia e do poder militar das potências européias.

Em 1945, a pressão por acordos de defesa resultante do ambiente de bipolaridade combinada à queda da moral dos administradores britânicos na Índia e a vitória eleitoral dos trabalhistas no Reino Unido significaram que alguma forma de liberalização colonial era inevitável. No caso da Índia, manobras políticas do Partido do Congresso e das lideranças islâmicas como Ali Jinnah, buscando maximizar seu poder, eram irrepreensíveis. Membros do Par-

tido do Congresso, seguidores de Gandhi e também liderados por Jawaharlau Nehru acreditavam que a independência de um país islâmico separado da Índia no subcontinente não sobreviveria, e aceitaram a idéia de independência do Paquistão como uma necessidade de curto prazo. A violência aumentava progressivamente, em parte causada pelas reivindicações de direitos iguais que os britânicos resistiam em aceitar e, ao mesmo tempo, pela insistência britânica em uma retirada acelerada. A data limite foi estabelecida para agosto de 1947, quando o Vice-Rei Lord Moutbatten decidiu por uma retirada total das forças britânicas na Índia, ao invés de optar por um processo paulatino, mais adequado, porém mais custoso da perspectiva militar. Os dois novos países, Índia e Paquistão, nasceram no meio de um turbilhão de violência e confusão, que provocou mais de 500 mil mortes e deixou mais de dez milhões de pessoas desalojadas de suas casas e de suas terras. O *status* dos Estados de Punjab e Cachemira tornou-se causa de conflitos crônicos, que até hoje são objeto de conflito militar e fonte de terrorismo nos dois países.

Os britânicos também tentaram manter a União da Malásia, que daria direitos iguais aos interesses das comunidades chinesas e indianas da região. No entanto, a comunidade malaia mais conservadora aliada ao Movimento pela Libertação da Malásia bloqueou as aspirações das lideranças malaio-chinesas. A importância da Malásia para os britânicos estava na sua posição geoestratégica e nos recursos naturais, como a borracha, que contribuíam para a estabilidade de sua moeda. Os britânicos tentaram conter a insurgência do Partido Comunista Malaio-chinês em uma campanha que teve seu auge entre 1950 e 1952, coordena-

da pelo General Gerald Templar. A Federação da Malásia alcançou sua independência em 1957, apoiada pelos conservadores malaios e pelas classes mercantis malaio-chinesas. A chamada "emergência malaia", a luta contra os rebeldes chineses, só acabou oficialmente em 1960. Curiosamente, as guerrilhas malaias não contavam com o apoio da população rural do país, como aconteceu no Vietnã. Ao tratar da consolidação da soberania dos Estados do Sudeste Asiático, Reynolds esclarece que os casos do capitalismo pró-americano na Tailândia e do socialismo neutro da Birmânia revelavam os profundos problemas que marcaram o desenvolvimento econômico dos países do Sudeste Asiático, particularmente na dificuldade de estabelecer controle da soberania de seus territórios nacionais e de seus diferentes grupos étnicos. No caso da Malásia, "a estabilidade antes e depois da independência do Reino Unido em 1957 dependeu de uma aliança entre grupos étnico-políticos – malaios, chineses e indianos. Na essência da questão estava um reconhecimento mútuo da predominância política dos malaios e da predominância econômica dos chineses. Este delicado arranjo foi administrado por Tunku Abdul Rahman [...], primeiro-ministro entre 1957 e 1970" (Reynolds, p. 265).

Os holandeses também tiveram que lidar com a pressão de autonomia das Índias Holandesas Orientais. Adotaram uma tentativa de manter sua posição de controle combinando pacificação militar com apoio de nacionalistas moderados, prometendo a formação de uma federação onde o poder local seria delegado. Mas o plano falhou. Além de os nacionalistas moderados não se mostrarem aliados de confiança, os Estados Unidos pressionaram os holande-

ses a concentrar seus recursos na reconstrução da Europa, lembrando que o líder nacionalista republicano, Achmad Sukarno, seria um potencial aliado contra o comunismo. A concessão de independência ao novo Estado da Indonésia em 1949 teve reflexos complicadores para a estabilidade da região, já que Sukarno iniciou aventuras militares expansionistas, principalmente contra a Malásia, para distrair a população contra problemas internos.

No caso da Indochina francesa a história da descolonização teria conseqüências muito mais complexas, potencializadas pelos interesses das grandes potências no ambiente da Guerra Fria. Inicialmente, os franceses negociaram com os *Viet Mihn*. No entanto, em novembro de 1946 bombardearam Haiphong e, em 1947, ocuparam Hanói, acreditando que conseguiriam concessões dos *Viet Mihn*. O resultado foi uma guerra prolongada. A França estava comprometida com a restauração de seu poder colonial como uma maneira de retomar a autoconfiança nacional e fortalecer a posição francesa no pós-guerra. A capacidade de combate e organização dos *Viet Mihn* foi subestimada. Eles controlavam a maior parte das áreas rurais e eram apoiados por uma ampla coalizão social que incluía também classes trabalhadoras urbanas. Havia pouco espaço para uma solução negociada já que alternativas como a coalizão entre nacionalistas moderados liderados pelo antigo imperador vietnamita, Bao Dai, não contaram com o apoio da França. A criação da República Popular da China em 1949 acabou levando os franceses a buscar apoio norte-americano para o que passava a ser uma guerra pela democracia e não apenas contra o colonialismo. Os próprios nacionalistas e anticomunistas vietnamitas aumentaram seu apoio

aos franceses e norte-americanos, temerosos do que lhes podia acontecer no caso da derrota francesa.

Em 1953, a França tinha mais de duzentos mil soldados na Indochina. Fracassaram em conter uma guerra de guerrilha móvel que culminou com a derrota em Dien Bien Phu, no dia 7 de maio de 1954, comandada pelo General Nguyen Giap. A partilha da Indochina foi acordada em Genebra dividindo o Vietnã do Norte e Vietnã do Sul pelo paralelo 17. Ho Chi Minh passou a liderar a República Popular do Vietnã na capital Hanói. O Vietnã do Sul foi presidido por Ngo Dinh Diem, em Saigon, contando com apoio militar e econômico dos Estados Unidos que já se encontravam bastante envolvidos na área. Em 1963, Diem foi destituído por golpe militar já que Ho Chi Minh havia estabelecido uma rede de guerrilha no território do sul, os Vietcongs, para derrubar o regime de Saigon. Os estrategistas americanos argumentavam ao Presidente John Kennedy que se o Vietnã do Sul caísse nas mãos dos comunistas todo o Sudeste Asiático seria ocupado pelo comunismo. A partir de 1964, o envolvimento militar dos Estados Unidos na área aumentou consideravelmente. Durante o mandato do Presidente Lyndon Johnson quinhentos mil soldados norte-americanos estavam em território vietnamita. A partir da ofensiva do Tet em 1968, os norte-americanos começaram a perder a confiança na vitória e buscar algum tipo de acordo de paz. As forças dos Estados Unidos foram sendo substituídas por forças do Vietnã Sul até que foram totalmente retiradas no início de 1973, após os acordos de paz de Paris. No entanto, o conflito continuou entre norte e sul-vietnamitas até que em janeiro de 1975 forças de Hanói entraram triunfantes em Saigon. O conflito deixou 55

mil norte-americanos mortos. A República do Vietnã do Sul deixou de existir em 1975. Mais de três milhões de vietnamitas foram mortos, a economia e a sociedade do Vietnã foram destruídas desestabilizando também os vizinhos da região, Laos e Camboja.

O Oriente Médio, palco da ocupação britânico-francesa após a vitória sobre os turcos otomanos no final da I Guerra Mundial, também sofreu as pressões de autonomia e nacionalismo decorrentes do esgotamento imperialista, da pressão dos Estados Unidos e do desenvolvimento econômico regional. Em princípio, parecia que os britânicos não perderiam suas posições no Oriente Médio, mas em 1956, com a crise do Canal de Suez, os britânicos perderam seu poder na região e foram obrigados a reconsiderar seu *status* como potência mundial. O caso da Palestina foi o primeiro de uma série. O fim do mandato britânico na Palestina ocorreu em 1947, quando abandonou a região diante da perspectiva de divisão do território entre judeus e árabes. Foi um abandono que encontra várias justificativas. O fortalecimento do Sionismo, como conseqüência do Holocausto, fez com que o *lobby* judeu nos Estados Unidos fosse especialmente influente após a II Guerra Mundial. Um Estado judeu era visto como um aliado potencialmente importante para os Estados Unidos na área e os britânicos não tinham como não ceder às pressões norte-americanas. Além disso, estavam conscientes de que os Estados Unidos estavam prontos para assumir a carga de responsabilidades relativas à segurança da região, algo que ela não tinha mais como sustentar. As Nações Unidas votaram pela partilha da Palestina em novembro de 1947. Uma guerra entre judeus e árabes entre 1948 e 1949 acabou

pendendo para os judeus, melhor armados e preparados e ainda contando com o apoio dos Estados Unidos. Metade do território anteriormente alocado aos árabes foi ocupado por Israel. Milhares de palestinos tiveram que se refugiar, gerando uma reação e indignação palestina e árabe que até hoje ainda não foi solucionada.

Uma crise no Irã também fez parte do processo de desmontagem imperialista e de alinhamentos dentro da nova ordem. A nacionalização da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, realizada pelo regime nacionalista de Muhammad Mussadegh, resultou na recusa britânica em intervir, ao mesmo tempo em que sentia pressão sobre sua capacidade militar por causa da Guerra da Coréia. Mais uma vez, os norte-americanos foram forçados a tomar alguma iniciativa suspeitando que o Irã pudesse cair nas mãos dos comunistas, do Partido Comunista Tudeh. Com apoio do serviço de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, Mussadegh foi deposto em 1953 e um regime mais ameno foi instaurado no Irã.

A invasão do Canal de Suez pode ser considerada o fato que marcou a despedida britânica do *status* de grande potência. Em 1952, um golpe de Estado liderado pelo Major-General Muhammad Neguib e o Coronel Gamal Abdul Nasser destituiu a desacreditada monarquia do Rei Farouk no Egito. Nasser destituiu Neguib em 1954 e tornou-se chefe de Estado. Em 1956, nacionalizou o Canal de Suez e iniciou uma política deliberada que o identificou como o mais agressivo líder do mundo árabe e do nacionalismo árabe. Os britânicos foram forçados e tentar mostrar sua independência em relação aos norte-americanos e invadir o Egito junto dos franceses e israelenses para derru-

bar Nasser. Os Estados Unidos reagiram ameaçando o valor da Libra Esterlina no mercado de câmbio mundial e forçaram uma retirada humilhante, que marcou o reconhecimento de que os britânicos não agiam mais de acordo com sua própria vontade nos assuntos diplomáticos mundiais. Uma força de paz das Nações Unidas foi enviada à região. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, formulou a "Doutrina Eisenhower", que apesar de ter durado pouco, oferecia ajuda econômica e militar a governos do Oriente Médio cuja independência estivesse sendo ameaçada. Forças de Israel que invadiram o Sinai em 1956 se retiraram em março de 1957, após a instalação de uma força de emergência das Nações Unidas na península e da abertura do estreito a navios israelenses.

A garantia de um governo livre ao Chipre em 1960, sob a presidência do Arcebispo Makarios, serviu como um epílogo à invasão do Canal de Suez. Uma campanha terrorista movida pelo grupo greco-cipriota monarquista-fascista Eoka, apoiando a *enosis*, a união entre Chipre e Grécia, começou em 1955. O Chipre era visto pelos britânicos como uma base alternativa a Suez, mas havia também o problema das minorias turcas temerosas da repressão greco-cipriota. Em 1959, o Chipre ganhou sua independência e os britânicos tiveram que se contentar com soberania sobre bases militares no país.

Até Suez, a política colonial britânica foi marcada pelo objetivo de manter o *Commonwealth* e a área da Libra Esterlina protegida da competição econômica e da alternativa de ser absorvida por algum agrupamento europeu ocidental. Isto justificava o compromisso de envio de recursos substanciais do Reino Unido para o desenvolvimento

econômico e a contenção de movimentos insurgentes nas colônias. O resultado de Suez fez com que os britânicos reconhecessem que sua política externa devia se adaptar aos objetivos da Otan, definidos pelos Estados Unidos. Ênfase deveria ser dada no combate ao comunismo e menos nas prioridades coloniais. O desmantelamento do Império Britânico esteve também relacionado ao custo de pertencer ao seleto clube nuclear que modificou a maneira como as potências passaram a direcionar seus gastos de defesa, dando menos ênfase a equipamentos convencionais. Além disso, no final dos anos 50, os benefícios de se envolver em blocos de integração industrial como a CEE já eram visíveis. A produtividade britânica estava decaindo em relação à dos seus concorrentes continentais e as verdadeiras vantagens econômicas do colonialismo estavam sendo postas em questão. Motivado pelas mesmas circunstâncias o General Charles de Gaulle, presidente da França a partir de 1958, decidiu reduzir os compromissos coloniais da França e concentrar sua ação na integração da Europa.

A descolonização da África e do Mediterrâneo foi um processo acelerado que atingiu seu auge no início dos anos 60. Na verdade, o processo de descolonização não deixou de ser apenas uma mudança na forma de exploração dos novos países nascentes por grupos vinculados ao antigo império ou pela proliferação de empresas multinacionais explorando os recursos das antigas colônias. Tratou-se de uma transformação em imperialismo informal, especialmente no caso africano. Deixou-se para trás uma estrutura política relativamente estável para se lidar com aqueles grupos rebeldes que lutaram contra a presença dos im-

perialistas e que, a partir de então, seriam os mais aptos a restabelecer a ordem política e retomar as relações com as ex-metrópoles. Embora o processo em muitos casos não tenha sido tão suave, foi assim que se deu na maioria dos casos.

Em 1957, Gana foi considerado um modelo de governo estável para países recém-independentes da África, sob o comando de Kwame Nkrumah. No entanto, em 1960, Nkrumah desviou para uma linha autoritária a ponto de ser nomeado presidente vitalício em 1964. Este foi o padrão que se seguiu também em Zâmbia (ex-Rodésia do Norte) em 1960, em Uganda em 1962, no Malawi (ex-Niassalândia) também em 1962, no Quênia em 1963 e no novo Estado da Tanzânia, união da ex-Tanganika e Ilhas de Zanzibar, em 1964. Em alguns casos, as forças armadas ofereceram alternativas aos regimes estabelecidos, de forma que vários golpes de Estado puderam ser confirmados em Gana ou na Nigéria, por exemplo. Algumas ditaduras militares sangrentas como a de Idi Amin Dada em Uganda, entre 1966 e 1979, tornaram-se exemplos do horror dos regimes pós-coloniais africanos.

A dificuldade em estabelecer regimes constitucionais na África teve suas origens na necessidade das metrópoles de dar maior ênfase à unidade política diante dos graves problemas de subdesenvolvimento. Apesar disso, foi também por causa das divisões tribais que nunca desapareceram, e em boa parte foram fomentadas por britânicos e franceses. Assim foi na guerra civil nigeriana entre 1967 e 1970, que tratou essencialmente de um conflito tribal iniciado pela secessão da região de Biafra, onde oportunidades para promoção social era uma questão de afinidade

tribal. Divisões étnicas, religiosas e tribais estiveram presentes na maioria das situações pós-coloniais.

O colonialismo francês e belga na África também passou a sofrer pressões e tornar-se cada vez mais vulnerável, mas apenas a partir dos anos 50. No caso das colônias portuguesas, a desestabilização só ocorreu nos anos 70. Nunca houve um padrão ou uma seqüência de fatos que pudessem caracterizar um processo que fosse de transição ordenada ou anarquia completa em direção à independência. Em alguns casos, é importante notar, o impacto das guerras coloniais na estabilidade da política na metrópole foi tão significativo quanto a descolonização em si.

A situação enfrentada pelas colônias francesas na África Ocidental foi relativamente diferente. As colônias haviam sido agrupadas em uma federação antes da II Guerra Mundial. Na Conferência de Brazzaville, em 1944, ênfase foi dada na assimilação e não na independência, com o reconhecimento de direitos iguais na metrópole para todos aqueles que alcançassem patamares educacionais preestabelecidos. A conjuntura era diferente na África Ocidental Francesa. Não havia movimentos de agitação nacionalista significativos que buscassem independência. Um pequeno grupo mercantil com educação ocidental foi absorvido pelo serviço civil francês garantindo crescimento pessoal e ascensão social. As diferenças entre as regiões costeiras e o interior restringiam a possibilidade de qualquer integração nacional e o considerável investimento da agência de desenvolvimento francês para o ultramar, especialmente para projetos de infra-estrutura, aumentou ainda mais as diferenças regionais. Isto fez com que as elites locais ficassem intimamente ligadas aos interesses franceses. Ape-

sar de todas estas características, em 1956 os franceses iniciaram um processo de transferência do poder de Paris para governos eleitos localmente. Na época, a estabilidade das colônias e a sua relação política com a França pareciam garantidas, dada sua dependência econômica e graças a algumas lideranças simpáticas à França, como o Presidente Houphouet Boigny, da Costa do Marfim.

Na verdade, a França tinha a necessidade de buscar credibilidade internacional diante dos crescentes problemas que se acumulavam na Argélia. E esta foi a principal razão da oferta De Gaulle em 1958, ao criar uma comunidade federalizada oferecendo aos Estados a opção da total independência e o imediato corte da assistência econômica ou a continuação da condição de membro da federação e a manutenção da assistência. Apenas a Guiné optou pela independência. E De Gaulle ganhou espaço para negociar com a Argélia que enfrentava situação bastante diferente dos outros países africanos.

A Argélia tinha algumas características especiais. Era colônia francesa desde 1830, estava muito próxima geograficamente e era considerada um *department* desde 1842. Quase um milhão de *pieds noirs*, colonizadores brancos, viviam no país, na maioria trabalhadores com pouca alternativa de vida fora da Argélia. Os servidores civis franceses no país eram identificados como representantes dos interesses do *lobby* francês colonizador. O aspecto mais sensível, no entanto, era a percepção do exército francês, que via a Argélia como a última fronteira entre a honra militar e a fraqueza política. Muitos dos oficiais que lutaram na Argélia estiveram envolvidos na crise de 1940, a derrota de Dien Bien Phu, e na retirada de Suez. Sentiam-se tra-

ídos em todos estes fracassos por políticos corruptos e a Argélia era uma espécie de último bastião da honra militar francesa, origem e base de formação de muitos dos mais competentes regimentos franceses.

Apesar de todos estes aspectos, em 1962, o General De Gaulle, absolutamente intocável no poder também pelo forte apoio das forças armadas, finalizou o Acordo de Evian, concedendo independência à Argélia. A rota para a independência foi cheia de percalços. A Frente de Libertação Nacional lutou uma guerra de guerrilha no interior do país desde 1954 até que uma campanha terrorista na capital Argel, entre 1956 e 1957, provocou uma explosão racial. O exército francês conseguiu conter a ameaça em 1961, mas a um custo muito alto e utilizando métodos de contraterrorismo. A opinião pública francesa, influenciada pelas novas classes de administradores tecnocratas, via o imperialismo como irrelevante e muito caro para se sustentar. Depois da crise institucional enfrentada pela França em 1958, facções parlamentares voltaram-se a De Gaulle como o único homem que poderia salvar a Quarta República e, com o apoio dos colonialistas e soldados, não se render na Argélia. Na verdade, De Gaulle liderou a montagem institucional da Quinta República, reformou a constituição, e depois de realizar um referendo sobre a questão argelina em 1961, negociou sua independência. Os *pieds noirs* imigraram da Argélia. Entre 1961 e 1962, uma campanha terrorista foi levada a cabo por ex-soldados e extremistas colonizadores que acabaram sendo derrotados.

Apesar de menos relevantes do ponto de vista das potências do sistema internacional, duas outras metrópoles também tiveram que lidar com o processo de libertação de suas

colônias durante a segunda metade do século XX: Bélgica e Portugal. No final dos anos 50, o Congo Belga era considerado uma das mais tranqüilas colônias européias na África. Mas em 1959 revoltas na cidade de Leopoldville (atual Kinshasa), combinadas com a queda dos preços do cobre, levaram a uma retirada abrupta dos belgas do Congo em janeiro de 1960. A situação degenerou rapidamente para a anarquia, a autoridade civil entrou em colapso e a rica província do Estado de Katanga entrou em secessão, apoiada por tropas belgas e mercenários brancos. O governo apelou para as Nações Unidas e o Secretário Geral, o norueguês Dag Hammarskjold, enviou uma força de paz para retirar os belgas. Um golpe militar liderado pelo coronel Mobutu Sese Seko em 1961, excluiu o primeiro-ministro radical Patrice Lumumba que foi assassinado no mesmo ano. Uma guerra civil durou até 1965 quando um segundo golpe de Mobutu unificou o país sob sua autoridade. A guerra foi um choque para a opinião pública européia e mundial. Os processos de descolonização mostravam-se menos administráveis do que se planejava. Até o Congo, os processos de descolonização ainda não tinham sido foco da rivalidade bipolar entre soviéticos e as potências ocidentais. Mas o Congo Belga marcou o início deste processo, que, no caso, envolveu a construção de coalizões no Terceiro Mundo. Durante o alinhamento político, os soviéticos apoiaram Patrice Lumumba, contra o Presidente Joseph Kasavubu, e a consolidação do poder de Mobutu só foi possível porque contou com o apoio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Enquanto outros Estados negociavam a libertação de suas colônias, Portugal tornou-se cada vez mais envolvido

com as suas possessões africanas. Até meados dos anos 70, boa parte das forças armadas portuguesas estava na África. Além dos interesses econômicos, o regime autoritário português de Antonio Salazar e seu sucessor Marcello Caetano utilizou as colônias africanas como distração para o duro regime interno. Além disso, sob pressão norte-americana e das potências européias ocidentais, a dominação portuguesa servia como segurança e garantia do alinhamento das regiões sul da África ao capitalismo e contra a expansão do comunismo. A partir de 1970, a guerra contra grupos nacionalistas como o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação Moçambicana (Frelimo) enfrentou uma escalada de violência porque passou a contar com apoio soviético, cubano e alemão oriental. Por volta de 1974 e 1975, o exército português já estava esgotado com as guerras coloniais e foi um movimento oriundo das forças armadas que acabou derrubando o regime e restaurando a democracia portuguesa. O movimento contou com o apoio das classes mercantis e burocráticas que percebiam a necessidade de enfatizar o crescimento e desenvolvimento econômico através da integração à Comunidade Européia, o que não era compatível com o inútil e dispendioso conflito africano. Um golpe de Estado foi dado em 1974, e o General Spinola assumiu o poder transitório que foi seguido de retiradas da Guiné, Angola e Moçambique. No caso de Angola e Moçambique foi o início de uma fase de longas guerras civis entre facções africanas apoiadas por soviéticos, cubanos e alemães orientais de um lado e pelos Estados Unidos e a África do Sul de outro.

Com o fim do império português na África em 1975 a história da descolonização foi completada. Tudo que res-

tou foram pequenas possessões como Hong-Kong e Macau e dependências em locais remotos do mundo como as Ilhas Falkland ou a Ilha de Reunion. Uma vez que o processo de descolonização começou, não parou mais. No entanto, na velocidade histórica em que aconteceu e no contexto de mudanças ainda mais radicais que se passariam nas Relações Internacionais nos anos seguintes, as nações independentes pouco puderam usufruir os benefícios que a independência deveria trazer.

9 O Oriente Médio e sua importância estratégica

A II Guerra Mundial marcou o fim do período em que o Oriente Médio era basicamente dominado pelos britânicos e o norte da África pelos franceses e significou o início de um período em que passou a receber a influência das superpotências. Nos dez anos após 1945, a presença militar britânica e francesa nos países que formaram o Império Otomano até 1919, como Síria, Líbano, Iraque, Palestina e Transjordânia, foi drasticamente reduzida. Em 1953, os britânicos acertaram com os egípcios a retirada de suas tropas do Sudão e de sua base no Suez. Nos anos 60, iniciaram sua retirada dos países do leste e sudeste da Arábia, até que em 1971 haviam se retirado totalmente do Iêmen, Omã, Emirados Árabes, Qatar e Kwait. O processo de retirada foi marcado pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética em garantir suas áreas de influência. A crise de Suez em 1956 foi a última tentativa de britânicos e franceses manterem algum tipo de predominância na região. Após Suez, um período de tensão marcou a disputa por parceiros que se alinhassem aos soviéticos ou aos norte-americanos, mesmo que dentro do ambiente de "coexistência pacífica" anunciada entre Eisenhower e Khrushchev. Os Estados do Oriente Médio moveram-se tanto por

fraqueza quanto por interesse nacional no alinhamento escolhido. Israel necessitava apoio norte-americano para se defender dos árabes. Egito e Síria precisavam de ajuda soviética contra Israel. Turquia, Paquistão e Irã, além do Iraque por um curto período, tomaram parte do Pacto de Bagdá de 1955, denominado *Central Treaty Organization* (Cento) em 1959, como parte do sistema de defesa ocidental acoplado à Otan e ao *South East Asia Treaty* (Seato), no Sudeste Asiático.

Apesar dos alinhamentos assumidos, o comportamento geral de todas as nações independentes do Oriente Médio, dominadas por grupos nacionalistas, era de uma posição de neutralidade da qual pudessem obter as vantagens das relações com os dois blocos. Boa parte dos 29 países que participaram da Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia, organizada pelos líderes do Movimento dos Não-Alinhados, entre eles Nasser, eram países árabes. O Movimento dos Não-Alinhados se opunha ao colonialismo e ao imperialismo das grandes potências e defendia princípios como a não-agressão, o respeito à soberania e a não interferência em assuntos internos.

Além disso, os países árabes buscaram criar organizações que aumentassem sua independência, especialmente o mundo árabe. A Liga Árabe foi criada em 1945, mas foi sempre marcada pelas diferenças entre seus membros. Em 1958, Egito e Síria formaram a República Árabe Unida, em tentativa estratégica de cercar Israel, que durou apenas até 1961. Em 1971, emirados como Dubai e Abu-Dhabi e outros menores fundaram os Emirados Árabes Unidos.

Evidentemente, o grande interesse das potências mundiais na região estava focado no petróleo como fonte de

energia para o desenvolvimento industrial. À medida que os governos nacionais da região foram se fortalecendo, as concessões para exploração do petróleo foram sendo questionadas e seus termos modificados ou cancelados. A nacionalização do petróleo iraniano feita por Mussadegh em 1951 acabou fracassada pelo bloqueio britânico com apoio norte-americano, mas desde então, mesmo com a restauração da monarquia de Xá Pahlevi, os países detentores do ouro negro passaram a receber *royalties* maiores e ter melhor controle sobre sua produção.

Até 1970, apenas a Turquia, o Líbano e Israel mantinham governos parlamentares. Todos os outros países eram governados por executivos fortes e autoritários, fossem monarquias tradicionais ou grupos nacionalistas ou militares que ascenderam ao poder pela via do golpe. A percepção de que era necessário um processo de modernização e desenvolvimento forçado favorecia regimes autoritários que, diante de um crescimento populacional e urbano, tinham que viabilizar grandes projetos de reforma e infra-estrutura. Pressão foi feita para assentar pastores nômades, projetos de irrigação foram desenvolvidos e represas como a de Aswan, no Egito, e a do Rio Eufrates, na Síria, foram construídas. Distribuição de propriedades foram feitas no Irã, Argélia, Egito e em outros países. Em Israel uma sociedade tecnológica foi surgindo com uma agricultura avançada e produtiva. O financiamento deste desenvolvimento era externo. Os soviéticos financiaram a represa de Aswan. Os norte-americanos financiaram o desenvolvimento turco e israelense.

No início dos anos 70, os *royalties* gerados pelo petróleo começaram a gerar capital e recursos próprios para que

os Estados do Oriente Médio e norte da África, como Argélia, Líbia, Irã, Iraque, Arábia Saudita, além de outros estados do Golfo, pudessem usar o petróleo como arma política. Em 1973, a guerra árabe-israelita causada pelo ataque simultâneo de egípcios e sírios a Israel provocou uma reação dos países produtores de petróleo embargando navios que fossem para países que apoiavam Israel no conflito. A crescente dependência de petróleo dos países industrializados encorajou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) a aumentar os preços e subordinar as companhias ocidentais ao controle das nações produtoras.

10 O conflito bipolar: Estados Unidos e União Soviética

As quatro décadas que marcaram a Guerra Fria acabaram tornando os blocos comunista e anticomunista tanto mais duros quanto mais brandos. O processo de descolonização acabou transformando a divisão bipolar que se concentrava na Europa. A partir de meados dos anos 50, a rivalidade tornou-se global, se estendendo a regiões que vieram a ser denominadas de "Terceiro Mundo". Enquanto a política européia tinha sido o centro e a origem das Relações Internacionais durante o século XIX, a partir da segunda metade do século XX a Europa se tornou apenas um dos cenários – embora ainda o mais importante – dominado pela rivalidade entre as duas grandes potências. Desde os anos 50, diferentes momentos de maior ou menor tensão marcaram as relações entre os dois blocos. Estes momentos estiveram sempre associados às mudanças nas personalidades dirigentes, às mudanças nas estruturas políticas internas, ao desenvolvimento tecnológico dos armamentos e aos acontecimentos resultantes do processo de descolonização.

A morte de Joseph Stalin em março de 1953 e o início da presidência de Dwight Eisenhower em janeiro do mes-

mo ano marcaram o início de uma nova fase nas relações entre Estados Unidos e União Soviética. A nova corrente, caracterizada pelo "Espírito de Genebra", resultou de uma série de debates e acordos internacionais. Em maio de 1954, o exército francês foi derrotado pela guerrilha vietnamita comandada pelo General Giap na batalha de Dien Bien Phu. Embora os Estados Unidos estivessem preparados a intervir em larga escala para reagir às forças triunfantes dos *Viet Minh*, foram dissuadidos a não fazê-lo pelo secretário britânico de serviços estrangeiros Antony Eden e pelo primeiro-ministro francês Pierre Mendès-France. Em Genebra foi acordado com a China e a URSS que o Vietnã deveria ser dividido em dois Estados pelo paralelo 17, dando independência ao Camboja e ao Laos que serviriam como uma espécie de "proteção tampão" em volta do Vietnã. Em maio de 1955 foi assinado o Tratado de criação do Estado Austríaco. A tentativa de Eden de obter uma zona desmilitarizada na Europa Central fez com que as forças de ocupação fossem retiradas da Áustria com a condição de que o país assumisse perpétua neutralidade. Esta pareceu ser uma significativa concessão soviética, embora no dia seguinte ao acordo, o Pacto de Varsóvia tenha sido oficializado. Em julho de 1955, mais uma vez em Genebra, líderes norte-americanos e soviéticos reunidos com representantes britânicos e franceses pela primeira vez em uma mesa de conferências desde 1945 tentaram finalizar um acordo para a Alemanha similar ao austríaco. Não houve acordo.

Os Estados Unidos permaneceram comprometidos com a política de contenção, enquanto Khrushchev, que assumiu como secretário-geral do Partido Comunista Soviéti-

co em 1956, deixava claro que a coexistência com os Estados Unidos era apenas tática. No final dos anos 50, a concorrência nuclear entrava em nova fase com a corrida espacial. Os soviéticos lançaram o Sputnik 1 em outubro de 1957, e os norte-americanos lançaram seu primeiro satélite, Vanguard 1, em março de 1958. Preocupado com a conjuntura européia, o primeiro-ministro britânico Harold MacMillan fez grande esforço para que os problemas de desarmamento e do futuro da Alemanha e da cidade de Berlim fossem discutidos em uma conferência de cúpula. Segundo Kissinger, MacMillan foi a Moscou para uma "conversa exploratória". Acreditava que suas relações pessoais pudessem contribuir para garantir a paz. Depois que MacMillan embarcou de volta, Khrushchev foi incisivo: "A História ensina que não são conferências que modificam as fronteiras entre as nações. Decisões de conferências só podem refletir um novo alinhamento de forças. E isto é resultado de uma vitória ou uma rendição no final de uma guerra [...]". Kissinger completa: "Esta foi uma clara afirmação de *Realpolitik* que poderia ter saído da boca de Richelieu ou Bismarck" (Kissinger, p. 578-579). Em maio de 1960, a conferência idealizada por MacMillan ocorreu em Paris, mas acabou não dando resultados.

Após a morte de Stalin, o processo de "desestalinização" realizado por Khrushchev acabou incentivando revoltas anticomunistas na Hungria e na Polônia. No caso da Hungria, o governo chegou a apelar para ajuda do mundo exterior. Em 1956, as potências ocidentais estavam envolvidas e divididas na crise do Canal de Suez e a União Soviética podia vetar cada ação que pudesse vir da ONU. Mesmo assim, as intenções soviéticas foram seriamente ques-

tionadas na questão húngara e, apesar do fim das hostilidades, resultou em uma série de novos eventos conflitantes entre Estados Unidos e União Soviética.

Em 1960, Khrushchev lançou um novo plano econômico de longo prazo, dando ênfase à produção de bens de consumo. Por esta razão passou a ser mais favorável a algum tipo de mudança nas relações com os norte-americanos chegando a apresentar um plano de desarmamento à Assembléia Geral da ONU. No entanto, em maio de 1960 uma aeronave de reconhecimento norte-americana, um U2 de espionagem, foi abatida pelos soviéticos ao sobrevoar o espaço aéreo soviético. O piloto Gary Powers foi capturado e Khrushchev utilizou o incidente para denunciar os Estados Unidos e inviabilizar a Conferência de Cúpula de Paris. Tais vôos de reconhecimento já vinham sendo efetuados há um certo tempo e eram do conhecimento soviético. Apesar disso, a atitude de Khrushchev devia-se ao surgimento de diferentes fontes de oposição ao bloco soviético. A primeira resistência veio do grupo de dentro da União Soviética que temia pelo que poderia acontecer nas relações entre os soviéticos e os chineses se houvesse alguma aproximação com os Estados Unidos. Além disso, grupos militares estavam cada vez mais preocupados com a orientação da política de defesa de Khrushchev, cada vez mais dependente de mísseis nucleares e menos de forças convencionais. O incidente com o U2 serviu para conter estas inquietações.

Uma outra ameaça à coexistência pacífica entre as duas potências foi a crise do Muro de Berlim, em agosto de 1961. Até esta data, o número de refugiados do leste para o oeste alemão alcançava níveis alarmantes. Desde 1949, cer-

ca de três milhões de alemães já haviam escapado da Alemanha Oriental. O temor de que o fluxo de alemães pudesse ter conseqüências econômicas e psicológicas graves fez com que as autoridades da República Democrática da Alemanha tomassem medidas drásticas. Iniciaram a divisão física da capital Berlim para conter a fuga construindo um muro que cercou a cidade de Berlim Ocidental. Não havia maneira de reagir à brutal ação dos comunistas alemães que não fosse pelo conflito aberto. Segundo Kissinger, "o próprio Konrad Adenauer disse a Dean Acheson, na ocasião, que não queria Berlim defendida por uma guerra nuclear, já que sabia muito bem que não havia outra maneira na qual a cidade pudesse ser defendida" (Kissinger, p. 584).

Em outubro do mesmo ano a maior crise do período da Guerra Fria teria lugar em Cuba e por pouco um conflito nuclear não acontece entre as duas potências. A Revolução Cubana comandada por Fidel Castro em 1959 criou uma ameaça estratégica sem precedentes aos Estados Unidos. Um Estado a poucos quilômetros de suas fronteiras e em região de presença cativa de sua influência política adotou um regime alinhado aos comunistas. Houve uma tentativa de derrubar o recém-instaurado regime de Fidel Castro por forças da CIA apoiadas por emigrantes cubanos anti-Fidel em abril de 1961, na invasão da Baía dos Porcos. A operação foi um absoluto desastre para os invasores, gerou enorme desgaste ao novo governo norte-americano do Presidente John Kennedy e ainda provocou a reação de Khrushchev ao aumentar o suprimento de armamentos a Cuba.

A tensão aumentou ainda mais quando uma grave crise se precipitou depois que os norte-americanos identificaram por fotos de satélite a instalação de mísseis nucleares em território cubano com capacidade de atingir os Estados Unidos. O Presidente Kennedy reforçou a base naval de Guantánamo, em território cubano, e ordenou um bloqueio naval contra suprimentos militares soviéticos a Cuba além de exigir a remoção de mísseis e bases da ilha. Durante uma semana as duas potências chegaram ao alerta máximo, e o perigo de confronto nuclear foi iminente. Navios mercantes soviéticos carregando mísseis receberam ordens de retirada de Khrushchev quando já se aproximavam do bloqueio naval norte-americano. Os soviéticos aceitaram as demandas de retirar os mísseis de Cuba, mas conseguiram a garantia de que os Estados Unidos não mais atacariam Cuba e que mísseis da Otan instalados na Turquia também deveriam ser retirados. Desde a crise, uma linha exclusiva de comunicação entre as duas potências foi criada para que casos de emergência pudessem ser tratados pelo presidente dos Estados Unidos e pelo líder soviético. A aparente vitória de Kennedy contou com a ajuda circunstancial da deterioração das relações entre soviéticos e chineses e da superioridade do arsenal de mísseis balísticos intercontinentais norte-americana totalizando quinhentos contra 75 dos soviéticos.

A crise dos mísseis em Cuba também teve outras importantes conseqüências para as Relações Internacionais. Em primeiro lugar, ficou evidente para o mundo todo que o futuro da segurança mundial não dependia mais dos europeus, mas exclusivamente das duas grandes potências, que estavam aptas a tomar decisões mesmo sem consultar

seus aliados. O mais importante, contudo, foi a constatação de que a possibilidade de uma catástrofe sem precedentes, que poderia ter destruído o mundo, só poderia ser confrontada através de discussões que pudessem conter a corrida armamentista e iniciar processos de desarmamento sistemáticos. O cenário estava apto à emergência da *détente*. Na percepção de Kissinger "o resultado de fracassos acumulados por Khrushchev com as iniciativas de Berlim e Cuba foi que a União Soviética não mais arriscou em colocar-se em confronto direto com os Estados Unidos, exceto em pequeno intervalo de tempo após o final da Guerra de 1973 no Oriente Médio. Embora os soviéticos possuíssem um vasto arsenal de mísseis de longo alcance nunca os consideraram suficientes para uma ameaça direta aos norte-americanos. Pelo contrário, a pressão militar soviética foi reorientada no sentido de apoiar as chamadas Guerras de Libertação Nacional em áreas do mundo em desenvolvimento como Angola, Etiópia, Afeganistão e Nicarágua" (Kissinger, p. 593).

Assim, a partir de meados dos anos 60, Estados Unidos e União Soviética se viram envolvidos com um amplo conjunto de conflitos indiretos, tanto no Vietnã quanto em diferentes regiões da África. Na maioria dos casos o sucesso pendia para os soviéticos. No final dos anos 60, uma série de fatores contribuiu para uma mudança no padrão de relacionamento entre as duas potências. Os problemas internos da União Soviética começaram a se tornar preocupantes. Entre 1964 e 1982, o poder soviético esteve concentrado nas mãos de Leonid Brezhnev. A tomar o poder houve poucas mudanças nas políticas estratégicas soviéticas, mas a partir do final dos anos 60 os primeiros sinais

de esgotamento e desequilíbrio econômico começaram a ficar aparentes. A população soviética recebia pouco incentivo para produzir bens de consumo, o que gerou uma inadequada produção e insuficiente oferta de bens de consumo básico, inclusive alimentos. A influência da indústria pesada e da produção militar como prioridade gerou um desequilíbrio irreversível. Além disso, a agricultura não atingiu os níveis de produção necessários para acompanhar o crescimento.

Desde Khrushchev, uma enorme quantidade de recursos e trabalho foi colocada na ocupação de terras virgens na Ásia Central e Sibéria para o aumento da produção agrícola, mas a produção não aumentou significativamente – o que foi inclusive uma das causas de sua queda. No início dos anos 70, uma combinação negativa entre o esgotamento das terras e o mau tempo gerou uma queda vertiginosa na produção de grãos. Não foi antes de 1977 que Brezhnev introduziu uma modificação administrativa com elementos de iniciativa privada no sistema de produção coletivo para retomar a produção, como já havia sido feito na Hungria e em outros países satélites. Mas a ação não foi suficiente. A União Soviética passou a ser importadora de grãos, em boa parte produzidos nos Estados Unidos, e necessitava cada vez mais de investimento técnico e de capital ocidental. Em 1980, a União Soviética já devia mais de vinte bilhões de dólares ao Ocidente.

Por outro lado, os Estados Unidos também enfrentavam problemas econômicos com o déficit comercial e a depreciação do dólar. Os conselheiros econômicos do Presidente Richard Nixon, eleito em 1968 e reeleito em 1972, viam na União Soviética um mercado potencial promis-

sor. Isto fazia necessário uma aproximação com os soviéticos. O próprio secretário de Estado Henry Kissinger argumentava que a assistência ao desenvolvimento econômico e o estímulo ao aumento do padrão de vida soviético levariam o próprio povo a apoiar reformas internas dos sistemas políticos e administrativos. O resultado foi o crescimento de todo o tipo de intercâmbio cultural, científico e comercial. Em 1972, as duas grandes potências criaram uma comissão comercial e finalizaram um acordo comercial que ajudou a incrementar as trocas bilaterais.

A *détente* também resultou da opção chinesa nas relações bilaterais norte-americanas. A situação diplomática soviética complicou significativamente nos anos 60, depois da deterioração de suas relações com a China, resultantes de disputas territoriais fronteiriças e diferenças ideológicas. Em 1969, estas diferenças se transformaram em sangrentos combates de fronteira entre os dois Estados. Dentro do novo cenário, e para evitar alienação do país, que sofreu com as reformas da Revolução Cultural, a China anunciou seu interesse em estabelecer relações com o Ocidente e viver pacificamente com os Estados Unidos. Em 1971, a China suspendeu todas as restrições comerciais e turísticas e, no ano seguinte, o Presidente Nixon visitou a China, iniciando a maior revolução diplomática de seu governo. É notável observar que tanto a visita à China quanto a decisão unilateral de abandonar o padrão ouro para o câmbio do dólar em 1971 foram ações tomadas de forma independente, sem consultar os aliados ocidentais.

Paralelamente aos acordos de desarmamento e intercâmbio comercial o período da *détente* foi marcado por outros acontecimentos relevantes na Europa. Na Alemanha,

o período de governo de coalizão democrata-cristã e social-democrata entre 1966 e 1969 deu início ao abandono da "Doutrina Hallstein", que marcou os quatro mandatos do Chanceler Adenauer. A Doutrina Hallstein rejeitava qualquer relação com os países do Leste Europeu. A dificuldade em alcançar algum acordo com o bloco soviético justificava-se pelo temor de líderes poloneses em relaxar suas posições anti-Alemanha Ocidental, o que poderia enfraquecer a autoridade do comunismo na Polônia. Os soviéticos também relutavam em abrir suas relações com os alemães ocidentais temendo que a Alemanha Oriental sofresse algum enfraquecimento político. A invasão da Tchecoslováquia em 1968 foi, de certa maneira, o resultado do temor soviético em aceitar qualquer política de favorecimento com o leste que pudesse tirar as tensões nas divisões entre leste e oeste.

Entre 1969 e 1974, o chanceler alemão-ocidental Willy Brandt, no comando do primeiro governo social-democrata-liberal desde 1949, seguiu uma política de cooperação, reduzindo os pontos de tensão entre a Alemanha Ocidental e a União Soviética. Brandt fechou um acordo de não-agressão com os soviéticos em agosto de 1970, que incluiu o reconhecimento das fronteiras européias, incluindo as fronteiras entre as duas Alemanhas. Em novembro do mesmo ano, restaurou relações diplomáticas com a Polônia e reconheceu a fronteira na linha Oder-Neisse. Entre 1971 e 1973, uma série de outros acordos reduzindo as diferenças entre as duas Alemanhas envolveu o mútuo reconhecimento das associações à Otan e ao Pacto de Varsóvia, que culminou com a admissão dos dois países nas Nações Unidas em 1973. Estes acordos incluíram o reconhecimento diplo-

mático da Hungria, Tchecoslováquia e Bulgária solucionando muitos problemas deixados ainda em 1945. Ainda assim, Berlim permaneceu dividida e a *Ostpolitik* de Brandt era impopular para parte significativa da opinião pública alemã. Uma queda no apoio eleitoral foi acompanhada pela descoberta de um espião soviético junto dos principais assessores de Brandt. Em 1974, Brandt renunciou e foi substituído por seu ministro das finanças, Helmut Schmidt, que procurou seguir a mesma política externa voltada para o leste até o fim de seu mandato em 1982.

A demanda européia ocidental por mais segurança e por uma postura mais aberta em relação aos soviéticos levou à realização da Conferência para a Segurança e Cooperação Européia (CSCE), realizada entre 1972 e 1975, em Helsinki. Estados Unidos e Canadá também estiveram presentes. Os soviéticos buscavam uma espécie de endosso das fronteiras européias do pós-guerra além de uma discussão sobre a segurança regional. No acordo final, um total de 35 países assinou um conjunto de acordos governamentais e não-governamentais tratando de contatos sociais, econômicos e de cooperação técnica, além do reconhecimento das fronteiras. Os acordos também incluíam princípios de direitos humanos e uma série de comitês encarregados de fazer supervisões periódicas em vários dos países participantes, incluindo a União Soviética. Vários encontros foram realizados para rever os progressos alcançados com a CSCE, um em Belgrado em 1977 e outro em Madri em 1980. Nesta altura, no entanto, a União Soviética já havia invadido o Afeganistão e membros do comitê de supervisão na União Soviética foram perseguidos. De qualquer maneira, as esperanças lançadas em Hel-

sinki serviram de impulso para novos movimentos de libertação na Europa Central, começando pelo movimento *Solidariedade* na Polônia, liderado por Lech Walesa, em 1980.

Um último aspecto fundamental para compreender a Guerra Fria é o constante processo negociador para desarmamento e o controle na produção de armas acentuado a partir dos anos 60, especificamente após a crise dos mísseis em Cuba. A história dos debates de desarmamento refletiu não apenas mudanças na vontade política e na opinião pública, mas também mudanças na tecnologia nuclear em si.

No início, em 1946, os norte-americanos fizeram a proposta de transferir toda a posse e o controle dos estoques de energia nuclear dos EUA para um organismo internacional, o chamado Plano Baruch. Mas o plano fracassou porque os soviéticos vetaram a idéia de controle internacional, insistindo na destruição de todos os estoques nucleares dos Estados Unidos. Na verdade, os soviéticos perderam o interesse no controle depois que fizeram a primeira explosão de sua bomba atômica em 1949, ao mesmo tempo em que os americanos tiveram de começar a lidar com os problemas de mudança no regime chinês e com as tensões na Coréia. Uma nova fase de propostas de desarmamento ocorreu em 1954 e 1955. Diferentes propostas franco-britânicas e soviéticas sugeriram processos paulatinos de redução de armas convencionais, redução de arsenais atômicos, remoção de bases em território estrangeiro e o banimento do uso de armas nucleares. Mais uma vez as propostas foram bloqueadas porque não havia consenso sobre a idéia de uma organização de controle internacional e havia relutância das potências ocidentais em reduzir o rearmamento da Alemanha Ocidental. Os soviéticos tam-

bém insistiam no abandono das bases norte-americanas na Europa Ocidental, vitais para a defesa ocidental. Mesmo assim, em 1957 um acordo tácito para banimento de testes nucleares acabou acontecendo já que conhecimento suficiente havia sido alcançado para o momento.

Durante o período de "coexistência pacífica", entre 1958 e 1963, várias propostas foram apresentadas pelas superpotências em uma conferência com mais dez países realizada em 1960, em Genebra. Alguns resultados foram alcançados. Uma série de princípios foi definida para orientar futuras negociações de desarmamento, em particular, para tratar da questão das inspeções e verificações. Em 1963, uma conferência patrocinada pela ONU resultou em um acordo de banimento de testes nucleares na atmosfera, no espaço e nos oceanos por um período indeterminado. Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética junto de outros países assinaram o acordo, mas China e França não o fizeram. Embora os anos 60 tenham presenciado um conflito indireto entre norte-americanos e soviéticos no Vietnã a utilização de armas nucleares foi evitada. Em 1968, um acordo significativo foi concluído entre Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética para tentar evitar que outros países viessem a adquirir armas atômicas, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o TNP. Até o início dos anos 80, 114 países eram signatários do Tratado com algumas ausências relevantes como China, França, África do Sul, Israel e Brasil.

Apesar de todas as fases e tentativas de se conter a corrida armamentista, no final dos anos 60 o equilíbrio na segurança internacional estava sendo afetado pelo desenvolvimento e produção de Mirvs (*Multiple Indepen-*

dently Targeted Re-Entry Vehicles), foguetes que podiam carregar várias ogivas nucleares, e Mísseis Antibalísticos (ABMs) que podiam reduzir a possibilidade destrutiva de ataques reativos. Os debates para limitação de armas estratégicas começaram em 1969 (Salt 1) e em 1972 resultaram em importantes acordos. O Tratado de Plataformas Continentais baniu a colocação de armas nucleares nas profundezas marítimas. O Tratado de limitação para Defesa de Mísseis Antibalísticos restringiu as duas grandes potências a apenas dois lançadores de ABMs cada.

Finalmente, o Acordo Interino de Medidas de Limitação de Armas, que durou até outubro de 1977, fixou o nível de mísseis ao nível de julho de 1972, banindo a construção de novos lançadores de mísseis terrestres. Ainda assim, o Salt 1 foi transgredido de várias maneiras. Novos tipos de Mirvs e mísseis não foram incluídos no Salt 1. Novas conversações começaram em 1974, mas o Presidente Nixon teve que renunciar em conseqüência do caso *Watergate*, e foi o seu vice, Gerald Ford, que retomou as negociações com Brezhnev para o Salt II, apesar do ambiente de desconfiança resultante da violação dos acordos de Helsinki pelos soviéticos.

Em janeiro de 1977, Jimmy Carter sucedeu Ford na presidência dos Estados Unidos e negociou o Salt II até junho de 1979, quando definiu em detalhe as limitações armamentistas das duas potências até 1985. O senado americano acabou não ratificando o acordo de Carter que se tornou voluntário para os dois lados. Em maio de 1986, o presidente Ronald Reagan anunciou que não mais seguiria os termos do acordo. Reagan manifestou o renascimento do nacionalismo norte-americano, motivado por uma onda

de agressões que viabilizaram o retorno dos republicanos ao poder em 1981, como o seqüestro e prisão de reféns norte-americanos na embaixada dos Estados Unidos em Teerã em 1979, o apoio da União Soviética à invasão do Camboja pelo Vietnã e a invasão soviética do Afeganistão em dezembro do mesmo ano.

11 O fim da *détente* e a renovação do confronto bipolar

O envio de tropas soviéticas ao Afeganistão, em dezembro de 1979, para sustentar um regime comunista enfraquecido foi uma maneira perigosa de se iniciar a década. A luta contínua no Afeganistão trouxe um ambiente de grande desconfiança e tensão nas Relações Internacionais que durou até a ascensão de Gorbachev ao poder soviético em 1985. Na verdade, a invasão do Afeganistão foi o sinal do início de um novo período nas relações leste-oeste. Um renovado temor de que os soviéticos viessem a adotar uma política expansionista colocou o mundo ocidental em estado de alerta. O intervencionismo soviético direto ou indireto continuava na África e se estendia nos anos 80 ao Afeganistão e à Nicarágua. Durante os anos 70, os soviéticos realizaram uma considerável expansão em seu poder naval, o que despertou o temor de alguma aventura nos mares que saísse da tradição do confinamento continental russo e soviético. Para os europeus, crescia a desconfiança de que estavam cada vez mais vulneráveis à superioridade soviética em matéria de forças convencionais. Apesar do caráter negociador e pacifista do Presidente

Jimmy Carter, a invasão do Afeganistão o fez declarar que os Estados Unidos utilizariam força militar para defender seus interesses e proteger o suprimento de petróleo no Golfo Pérsico. A "Doutrina Carter" também promoveu um boicote às olimpíadas de Moscou em 1980 e a suspensão das exportações de grãos dos Estados Unidos à União Soviética.

A renovação do ambiente de confronto com os soviéticos também foi resultado da eleição de Margareth Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido em 1979 e sua tendência em tratar os soviéticos de forma mais dura. Thatcher já mencionava as contradições internas do comunismo antes da desintegração da União Soviética de forma muito mais explícita do que a maioria de seus contemporâneos. Evans afirma que "sua convicção política reforçava sua percepção: algo tão pouco natural e desumano como o comunismo *não poderia* sobreviver. Desde meados dos anos 80 ela foi ao Leste Europeu com bastante freqüência. Quando as relações com a União Soviética estavam congeladas em 1984, fez uma viagem à Hungria – que tinha realizado algumas reformas econômicas de pequena escala para a economia de mercado. Foi calorosamente recebida ao caminhar pelas ruas de Budapeste. Atribuiu o fato a sua forte reputação de líder política anticomunista" (Evans, p. 103). Thatcher ganhou ainda mais projeção quando Ronald Reagan iniciou seu governo em 1981 à frente da presidência dos Estados Unidos. A política externa norte-americana mudou radicalmente e o Reino Unido voltou a ser o aliado ideal dos norte-americanos.

Uma série de confrontos retóricos entre Reagan e Yuri Andropov e posteriormente com Konstantin Chernenko

deterioraram as relações bilaterais e as menções à guerra aumentaram, junto com a escalada armamentista. O desenvolvimento da bomba de nêutrons, capaz de matar sem causar danos significativos às estruturas e edifícios, havia sido abandonado por Carter, mas foi retomada com Reagan. A produção de bombardeiros B1 também foi reiniciada e a instalação de mísseis na Europa continuou apesar da grande quantidade de manifestações antinucleares e ambientalistas na Alemanha e em outros países. Os norte-americanos lançaram a iniciativa para a Guerra nas Estrelas (*Strategic Defense Initiative – SDI*) que levaria a guerra além do estágio nuclear, utilizando tecnologia espacial. O projeto acabou se atrasando alguns anos depois que o ônibus espacial *Challenger* explodiu acidentalmente em janeiro de 1986.

As superpotências ampliaram seu confronto em outros territórios. Ativaram sua ação na Nicarágua e renovaram seus esforços de propaganda política para difundir as virtudes de seus respectivos sistemas. Em setembro de 1983, os soviéticos derrubaram uma aeronave comercial sul-coreana matando mais de duzentos civis, sob acusação de invadir seu território aéreo. Os americanos invadiram a ilha caribenha de Granada em dezembro de 1983 e derrubaram o conselho marxista que se estabelecera no país. As conversações de controle de armas reiniciadas entre as superpotências em junho de 1982 com o Start – *Strategic Arms Reduction Talks* – foram suspensas, e os soviéticos revidaram o boicote aos jogos olímpicos de Los Angeles em 1984. A "Doutrina Reagan" disponibilizou recursos e apoio a movimentos anticomunistas que buscassem derrubar governos comunistas apoiados pelos soviéticos pelo mun-

do afora, como no Afeganistão, Etiópia, Angola e Nicarágua. A situação só não chegou a explodir porque o novo líder Michail Gorbachev assumiu o poder soviético em 1985 com intenções realmente reformistas. Reynolds relembra aspecto importante: "Para qualquer um que volte no tempo, as revoluções de 1989 parecem ter dominado os anos 80. O colapso do comunismo no Leste Europeu, seguido da desintegração da União Soviética dois anos depois foram fatos tão espetaculares que é fácil esquecer a situação precária que se encontrava o Ocidente na primeira metade da década. O *boom* econômico norte-americano e europeu ocidental foi seguido por inflação, estagnação e protestos; tentativas de reforma (*Thatcherismo* e *Reaganomics*) criaram novos problemas sem curar velhas doenças. Em meados dos anos 80 os Estados Unidos haviam se tornado o maior devedor do mundo, revertendo os fluxos de capital dos quais dependia a ordem econômica do pós-guerra. Uma crise de dívidas aguda minou as economias e as políticas dos principais países da América Latina ameaçando a estabilidade do sistema financeiro ocidental" (Reynolds, p. 452). A instalação de mísseis na Europa e o lançamento do programa Guerra nas Estrelas pararam as conversações de desarmamento colocando a Otan em estado de alerta e abalando suas fundações.

No início dos anos 80 os desafios do mundo ocidental estavam nas prioridades da agenda internacional. Mas foi por iniciativa de Gorbachev que uma mudança radical começou na União Soviética. Ciente da impossibilidade de continuar a corrida armamentista sob o risco de colocar a economia em colapso e provocar escassez de alimentos ao povo, propôs um processo de reduções assimétricas onde

a União Soviética cortaria mais onde tivesse preponderância sobre os norte-americanos. Propôs banir os testes nucleares. Em 1986, seguindo as conversações de desarmamento de Reikjavik na Islândia, as duas potências acordaram eliminar os mísseis de médio alcance da Europa e eliminar os mísseis estratégicos no prazo de dez anos. Este acordo foi a base do Tratado Internacional de Forças Nucleares (*International Nuclear Forces Treaty*) de 1987, que foi o primeiro acordo de desarmamento nuclear que envolveu a destruição de uma proporção significativa de mísseis nucleares embora envolvesse apenas 4% dos mísseis dos dois países. Ainda em 1986, as tropas soviéticas começaram a se retirar do Afeganistão até finalizar a retirada em 1989. A intervenção no Afeganistão foi um verdadeiro desastre para os soviéticos que perderam mais de quatorze mil homens, caracterizando o conflito como uma espécie de "Vietnã soviético". As várias facções afegãs que haviam se unido contra o invasor soviético iniciaram uma guerra civil (a guerra durou até 1996, quando a milícia fundamentalista islâmica dos *Taleban* assumiu o controle da maior parte do país). Os soviéticos também garantiram com os europeus que não deveriam mais se preocupar com intervenções soviéticas no Leste Europeu, o que foi cumprido em 1987, com discussões sobre a redução de tropas nos países satélites.

O processo de negociação para redução de armamentos acabou trazendo complicações entre os parceiros da aliança ocidental. Os aliados da Otan não foram consultados pelos Estados Unidos sobre a redução de mísseis na Europa durante as negociações de Reikjavik. Os europeus ficaram temerosos de se tornar vulneráveis e poder sofrer

qualquer ameaça soviética já que ficariam na desvantagem de armamento convencional e dependente dos mísseis de longo alcance norte-americanos. Os europeus preferiam um acordo geral que incluísse desarmamento convencional, mas Reagan insistiu em um acordo de armas nucleares como havia acertado com Gorbachev e para confirmar a diferença de interesses com os europeus, demitiu o comandante supremo da Otan, General Bernard Rogers. A imagem do Presidente Reagan já estava abalada e não melhorou depois que se tornou público o envolvimento de sua administração com o comércio de armas com o Irã, inimigo norte-americano desde a Revolução Islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini, em 1979. A operação assegurava recursos que eram revertidos para o grupo direitista contra os rebeldes sandinistas na Nicarágua. Em 1987, o Irã parecia levar vantagem na guerra contra o Iraque, iniciada em 1980. Uma vitória iraniana seria um inferno para os Estados Unidos e europeus, o que também aumentou as diferenças entre os aliados na Otan. Reagan precisava de outros triunfos políticos já que vários membros de seu governo foram indiciados e condenados por envolvimento em atividades não-autorizadas e ele próprio acusado de perder o controle do país por não se lembrar se tinha autorizado a operação de venda de armas ao Irã.

A dissolução da União Soviética entre 1989 e 1991, como se verá a seguir, e a mudança do *status* da Rússia como conseqüência das reformas iniciadas por Gorbachev trouxeram novas ameaças e problemas, assim como oportunidades às potências européias ocidentais. A busca de divi-

dendos resultantes da estabilidade e da paz teve que passar pela absorção da unificação da Alemanha e o rearranjo do equilíbrio de poder europeu, pela definição do *status* da Rússia e seu relacionamento com as ex-repúblicas socialistas soviéticas, e finalmente, pelo desenvolvimento de novas estruturas de segurança para a Europa.

12 A Guerra Fria e a Europa Ocidental

O *status* europeu foi duramente atingido pela devastação da II Guerra Mundial e a emergência das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética. Isto explica em parte o processo de descolonização que marcou os anos 50 e 60, e delimitou o poder europeu a partir de então. A Europa, por outro lado, investiu sua capacidade política e seus recursos econômicos no processo pioneiro de integração econômica e na institucionalização de um sistema de segurança como uma maneira de criar uma terceira fonte de poder. Durante todo o período da Guerra Fria e mesmo posteriormente, a intenção européia foi inibida pela freqüente dificuldade de conciliar interesses e rivalidades nacionais.

Durante quase 40 anos, a aliança ocidental esteve sujeita a uma série de limitações e tensões resultantes de diferentes acontecimentos. Uma disputa sobre o grau de envolvimento dos europeus no controle da *deterrence* nuclear no início dos anos 60 também não contribuiu para a convergência de posições entre as potências européias ocidentais e tampouco entre os Estados Unidos e os europeus que divergiam sobre as funções e orientações da

Otan. Além disso, o retorno do General Charles de Gaulle à presidência francesa no período entre 1958 e 1969 trouxe de volta o elemento nacionalista francês. Em 1958, de Gaulle retornou ao poder como o primeiro presidente da Quinta República, o homem forte que trouxe de volta a estabilidade institucional na França, abalada por confrontos ideológicos que não mantinham coalizões estáveis de governo no regime parlamentarista. Em um período em que o Reino Unido se encontrava em estagnação econômica sob uma série de governos conservadores, e havia na Europa um crescente antiamericanismo resultante da dominação econômica e militar dos Estados Unidos no continente, de Gaulle exerceu uma influência desproporcional na política européia.

De Gaulle via a França como uma potência maior e líder da política européia. Apoiava a idéia de integração européia, mas não às custas da soberania nacional e tampouco em uma base igualitária. Sua percepção era de uma Comunidade Econômica Européia como um processo de liderança franco-alemã e da Otan como uma organização sob o comando de França, Reino Unido e Estados Unidos. Um elemento fundamental de sua visão da França era a insistência na autonomia nuclear. Outro elemento transformador de sua visão era a "aliança franco-alemã". No final dos anos 50, as tentativas de Eisenhower de se aproximar dos soviéticos e as tentativas britânicas de aproximar os europeus dos soviéticos sem consultar os alemães provocaram a aproximação franco-alemã. Encontros em 1960 e 1962 geraram uma relação de proximidade pessoal entre De Gaulle e Konrad Adenauer. No início de 1963 assinaram o Tratado da Amizade, que serviu como um contraponto

à Otan, à CEE, à parceria britânico-norte-americana e a uma eventual aproximação entre Estados Unidos e União Soviética. Na verdade, Adenauer já estava em seu quarto mandato e no fim de sua carreira política e a aliança alemã-ocidental com os norte-americanos nunca seria sequer questionada.

Em 1959, os Estados Unidos começaram a instalar Mísseis Balísticos de Médio Alcance em território europeu e um crescente debate público tratou de discutir o grau de participação dos europeus no controle das armas nucleares. Os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental apoiavam a idéia de uma força européia mista, os franceses propunham um controle nacional de cada arsenal em cada território com uma maior participação no planejamento estratégico da aliança, os britânicos tinham outra proposta na linha dos franceses. No final, os Estados Unidos concederam apenas uma participação limitada aos europeus no planejamento estratégico e em 1966 os franceses se retiraram da Otan, iniciando uma série de testes nucleares no Pacífico Sul, o seu próprio movimento de *deterrence* para dissuadir as outras potências a atacar usando armas nucleares.

Em 1968, uma onda de manifestações estudantis e greves de trabalhadores descontentes com os altos gastos de defesa contrastado com os gastos em educação e serviço social colocaram Paris em estado caótico. Tratava-se de uma reação política contra um paternalismo gaullista exacerbado. De Gaulle administrou a situação e venceu as eleições de junho, mas teve que liberalizar o sistema de educação superior e fazer concessões econômicas aos trabalhadores. Em 1969, após ser derrotado por um

referendo nacional que propunha a abolição do Senado, De Gaulle renunciou. Foi substituído pelo seu ajudante, conselheiro e amigo Georges Pompidou, eleito presidente em 1969. Foi apenas em 1974, com a eleição do Presidente Valery Giscard d'Estaign, que uma nova fase nas relações entre França e Estados Unidos foi retomada, incluindo a cooperação e o envolvimento dos franceses nos exercícios da Otan.

No entanto, a conjuntura econômica na Europa e no mundo no início dos anos 70 era completamente outra. Os europeus faziam a maior contribuição em forças terrestres na Otan, mas os americanos é que arcavam com a maior parte das despesas e sentiam com os problemas financeiros da época, também resultantes da guerra traumática do Vietnã. As economias européias haviam se recuperado em relação aos anos 50, mas sua contribuição financeira à aliança ocidental era desproporcional. A partir de 1973, a situação se complicou com a crise dos preços do petróleo, causada pela guerra entre Israel e os países árabes. Em 1977, todos os membros concordaram em aumentar suas contribuições até o ano de 1983, mas poucos países europeus foram capazes de cumprir o combinado. Durante toda a década, os Estados Unidos, envolvidos com a Guerra do Vietnã, apoiando Israel no Oriente Médio e, a partir de 1979, reagindo à invasão dos soviéticos ao Afeganistão tendiam a esperar algum apoio dos europeus. Mas os europeus viam a Otan como um pacto de defesa regional e não mundial. Na verdade, foram bastante críticos à presença norte-americana no Vietnã, resistiram ao apoio dos Estados Unidos no Oriente Médio (apesar de o conflito ameaçar a fonte de boa parte de suas importa-

ções de petróleo) e viram os esforços de apoio aos rebeldes afegãos como inúteis.

Inevitavelmente, durante quatro décadas, algumas disputas internas entre membros da Otan também ameaçaram a organização e suas instalações. O conflito entre turcos e cipriotas em 1974 foi uma destas disputas. Após anos de terrorismo promovido pela Eoka, Chipre ganhou independência em 1960. No entanto, a interferência política da Grécia e a discriminação movida pelos gregos cipriotas contra a minoria turco-cipriota levou à ocupação da metade norte da ilha pelo exército turco em 1974. Grécia e Turquia eram membros da Otan e a situação gerou tensão. A Grécia se retirou da Organização, acusando-a de não conter a invasão turca. Em dezembro de 1974, os norte-americanos cortaram ajuda à Turquia, que respondeu tomando posse das instalações militares da Otan no país, e fazendo um acordo de amizade com a União Soviética, que lhe premiou com um vantajoso empréstimo financeiro.

Outro conflito entre membros da Otan se deu entre britânicos e islandeses. Os dois países se confrontaram no início dos anos 70 disputando limites da faixa pesqueira. Quando a Islândia decidiu estender seu mar territorial para duzentas milhas em 1975, barcos pesqueiros britânicos passaram a ser reprimidos. Os britânicos acabaram cedendo em razão da importância estratégica das instalações da Otan na Islândia.

O renascimento do nacionalismo norte-americano no início dos anos 80 com o governo do Presidente Reagan provocou uma série de ações unilaterais dos Estados Unidos que desestabilizaram o relacionamento entre os mem-

bros da aliança ocidental. A tomada do poder por um governo de esquerda na ilha caribenha de Granada em 1984 provocou a intervenção e derrubada do governo pelos Estados Unidos sem sequer dar notícia aos britânicos de que um membro do *Commonwealth* seria atacado. Os britânicos não se conformaram e protestaram. Mais sensível foi o ataque norte-americano à Líbia em 1986, sem consultas à Otan, que gerou indignação na organização, especialmente diante de um ataque a uma região de extrema sensibilidade estratégica para os europeus.

Além das questões de segurança que afetaram diretamente o comportamento de várias nações da Europa durante a Guerra Fria, inspirando a sua integração, o processo de integração econômica foi o que realmente transformou a região. A admissão de Espanha e Portugal à Comunidade Econômica Européia, a CEE, em 1986, fez com que a Otan se tornasse praticamente sinônimo da CEE. Com algumas exceções, como a Irlanda, que não era membro da Otan, ou a Noruega, que não era membro da CEE, a Comunidade Européia foi concebida para garantir a recuperação e o crescimento econômico da Europa, fortalecer sua segurança e viabilizar a criação de uma terceira potência econômica mundial.

Desde 1948, com a criação do Conselho da Europa, formado pelas nações não comunistas do continente unidas à Turquia e com a ausência da Suíça neutra e da Espanha de Franco, um primeiro movimento foi feito para a integração européia. A função do Conselho era vaga e seu poder bastante limitado. Mais fundamental foi a criação da Comunidade Européia para o Carvão e para o Aço (Ceca), criada em 1951 por França, Alemanha, Itália,

Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Seu objetivo foi coordenar a produção e o investimento nos dois mais importantes elementos da retomada do desenvolvimento, o carvão como fonte primária de energia e o aço, como produto inicial das cadeias produtivas. Um modelo genuíno de autoridade supranacional com um tipo de controle parlamentar garantiu a produção e manutenção dos preços da energia e do aço que impulsionaram o crescimento europeu em passos estáveis. Em março de 1957, os membros da Ceca avançaram na direção do Tratado de Roma, que propunha a unificação dos mercados dos países membros em uma área de livre-comércio e uma tarifa externa comum, o que constituía uma união aduaneira. Também foi estabelecida a remoção de todos os fatores que distorcessem o comércio, como cotas, subsídios e práticas contra a concorrência. O acordo era claro e amplo no sentido de promover uma união econômica, mas pouco ambicioso na união política. Viu-se na integração econômica um primeiro passo para promover uma futura integração política. Os órgãos criados para institucionalizar o mercado comum foram o Conselho de Ministros, com votos proporcionais ao peso econômico de cada nação, a Comissão, que passou a decidir por maioria simples, e uma assembléia eleita que pudesse atender à CEE, à Ceca e à Euratom, organização criada para supervisionar o uso da energia atômica para uso pacífico.

Inicialmente o Reino Unido não se interessou pelo processo consolidado em Roma. O tradicional isolacionismo britânico tinha sido reafirmado pela vitória na guerra. O governo trabalhista eleito no final de 1945 estava mais preocupado com os problemas internos do que com a Eu-

ropa. Além disso, os norte-americanos apoiavam os britânicos na política tradicional de equilíbrio de poder. Os britânicos ainda tinham a ilusão de que o imperialismo perdido pudesse ser substituído pelo *Commonwealth*. O que se verificou posteriormente foi que o *Commonwealth* também não resolvia o problema da disponibilização de capitais mais baratos além de trazer novos problemas como os conflitos raciais em países como a África do Sul e a Rodésia. Os britânicos acabaram reagindo à criação da CEE, criando a Associação de Livre-Comércio Européia (Efta), unindo-se com Noruega, Suécia, Islândia, Portugal, Suíça, Áustria e Dinamarca.

A partir de 1961, os britânicos fizeram diferentes tentativas de se aproximar da CEE. Durante o governo do Primeiro-ministro MacMillan, entre 1961 e 1963, os britânicos notaram a enorme diferença no crescimento de sua produção em relação à Alemanha e à França. As limitações do Efta em comparação à forte integração liderada por de Gaulle buscando uma Europa mais independente dos Estados Unidos fizeram os britânicos partirem para uma aproximação com os europeus continentais. Em janeiro de 1963, de Gaulle bloqueou a entrada dos britânicos quando estes aceitaram a oferta do Presidente Kennedy de obter submarinos norte-americanos com mísseis. Saraiva descreve que em julho de 1964, ao tratar da nova geopolítica mundial, de Gaulle "anotou que o monolitismo do 'mundo totalitário' estava em franca fragmentação. Registrou [...] que a repartição do universo entre Moscou e Washington estava fadada ao desaparecimento. Do período que vai de 1958 a 1969, os sucessos e crises da Europa dos Seis foram, em grande parte, tributários da forte personalidade do general

[...]. Crises de funcionamento, como a extensão da CEE à Grã-Bretanha [...], marcaram a vida comunitária européia por toda a década de 60" (Saraiva, vol. II, p. 47).

Durante o governo Harold Wilson, entre 1966 e 1970, os britânicos se viram ameaçados a entrar no fogo cruzado de uma guerra tarifária entre Estados Unidos e CEE. A França era refratária a propostas de votação majoritária no Conselho de Ministros europeu além de propostas para a abolição de vetos. De Gaulle divulgou apoio britânico à sua resistência. Wilson, que havia sido convencido da idéia da CEE, aproveitou para deixar clara sua opção pela integração do Reino Unido à CEE, convencido dos benefícios econômicos a serem alcançados. Em 1970, Wilson foi substituído por Eduard Heath, do Partido Conservador, que era abertamente a favor da integração à Europa. Os chefes de Estado da CEE, então Europa dos Seis, já haviam acordado pela adesão britânica em dezembro de 1969 e em janeiro de 1972 tratados de adesão foram assinados. Em 1973, o Reino Unido, junto da Dinamarca e da Irlanda, tornaram-se membros plenos da CEE. Um referendo popular estava planejado para acontecer e consolidar a entrada dos britânicos, mas em 1974 o gabinete de Heath caiu em momento que o Reino Unido passava por sérias dificuldades econômicas. Nas eleições, Wilson avisou que os trabalhistas iriam rever os termos da adesão britânica à CEE, o que ele fez assim que venceu as eleições reduzindo as contribuições britânicas ao orçamento comunitário.

Apenas em junho de 1975 o referendo foi realizado e aprovado. Mas o problema da adesão britânica não deixou de existir. Margareth Thatcher, eleita líder do Partido

Conservador em 1975 e primeira-ministra em 1979, iniciou imediatamente outra negociação dos termos das contribuições britânicas à CEE diante das dificuldades do país. Os britânicos, então os maiores importadores da CEE, pagavam uma parcela muito alta do fundo comunitário para receber pouco de volta, já que sua atividade agrícola era comparativamente muito mais baixa do que a dos países continentais. Como mais da metade do orçamento comunitário estava direcionado aos subsídios e custos de produção e armazenamento da Política Agrícola Comum (PAC), Thatcher realizou negociações em 1980 e 1984 para reduzir a participação britânica. O preço que teve que pagar foi a contenção do discurso de oposição à Política Agrícola Comum. Evans descreve que ainda em novembro de 1979 o encontro de cúpula da Comunidade Européia em Dublin "quase acaba em desordem quando Thatcher [...] disse que queria 'seu dinheiro' de volta". [...] O chanceler alemão Helmut Schmidt fingiu estar dormindo enquanto ela se pronunciava e o Presidente Valery Giscard d'Estaing a desdenhava chamando-a de filha do verdureiro" (Evans, p. 82). Thatcher queria se ver livre da PAC. Sabia que as contribuições seriam mais equilibradas se o Reino Unido tivesse sido fundador da Comunidade. Percebeu que assinando o Ato Único Europeu em 1986 ganharia apoio para buscar mais concessões. E foi o que conseguiu em 1988 em Bruxelas, quando um pacote de medidas incluiu cortes em preços automáticos para produtos que passassem de certos limites de produção, o que confirmou abatimentos substanciais aos britânicos.

Apesar de crises conjunturais sistemáticas, a CEE sobreviveu e continuou seu processo de expansão com novas

adesões. A Grécia foi aceita em 1981. Espanha e Portugal aderiram em 1986. A Europa dos Doze deu uma nova dimensão à CEE. O processo de unificação fez da Europa um bloco com uma população semelhante à dos Estados Unidos somada à do Japão. Como processo pioneiro de integração, muitas dificuldades permaneceram crônicas e geraram insatisfação a vários grupos de pessoas que não puderam usufruir os benefícios da integração por terem diferentes expectativas e diferentes perspectivas. A dificuldade em atingir a unidade política foi uma delas. As intenções da integração eram originariamente econômicas, mas a criação de um bloco implicava em uma maior unidade política. A perda de soberania e sua transferência a órgãos supranacionais foi sempre a maior dificuldade dos países membros. Os problemas de harmonização econômica também não eram de fácil solução. O valor das contribuições dos países ao orçamento comum foi sempre foco de divergências. A Política Agrícola Comum foi planejada para proteger pequenos e médios agricultores, menos eficientes, principalmente da França, Alemanha e Itália. O resultado da política foi uma superprodução de alimentos que gerou enorme crítica interna e externa. O protecionismo e a ineficiência agrícola européia tiveram sempre que ser mantidos por razões políticas já que em países como a França o agricultor era e continuou sendo definidor de posições chave no poder.

A burocracia também foi um problema que os europeus tiveram que combater. Com doze Estados membros, uma burocracia considerável teve que ser criada para gerar um serviço civil que pudesse representar todos eles de forma democrática. A ausência de um verdadeiro espírito eu-

ropeu comum e a quantidade de regulamentos que um corpo de burocratas e parlamentares sem rosto definido e com poder limitado acabaram criando, fizeram com que a tendência em relação à CEE fosse de desconfiança. A admissão de países relativamente pobres, como Espanha e Portugal, aumentou a feição mediterrânea da Europa, mas agregou problemas graves, como baixas taxas de renda per capita, agricultura ineficiente e pequenas indústrias com produção de baixo valor agregado.

O "Europessimismo" acabou tomando conta da Europa nos anos 80 atingindo seu clímax em 1984. A partir de 1985, visões mais favoráveis e perspectivas de revitalização da CEE renasceram. O resultado foi um conjunto de medidas significativas que deram novo impulso ao processo de integração. O Ato Único Europeu, aprovado em 1986 e em vigor em 1987, foi resultado de um relatório produzido em 1985 pela Comissão Européia, sob a presidência de Jacques Delors. O argumento de que o custo de não se realizar o projeto de integração teria reflexos econômicos bastante negativos fez com que decisões fossem tomadas para a consolidação de um verdadeiro mercado comum. Foram removidos todos os obstáculos físicos, técnicos, administrativos e legais para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Foram reduzidas as disparidades fiscais entre os membros e realizada a convergência das taxas de cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (VAT) que ajudou na equalização das competitividades nacionais. Também foram anulados o protecionismo e a discriminação em compras governamentais dos países membros. A data limite estabelecida para o lançamento do mercado comum foi 1992, o que real-

mente aconteceu com a ratificação do Tratado de Maastricht, o Tratado da União Européia, assinado em dezembro de 1991.

O Ato Único também deu formato à política de cooperação européia incluindo o compromisso dos membros em empreender, formular e implementar uma Política Externa e de Segurança Comum (Pesc). Finalmente, todos os Estados membros, com exceção dos britânicos, aceitaram o processo de três fases para implementação da União Monetária Européia até o fim do século, proposto no Relatório Delors de 1989. A proposta incorporava a criação de uma moeda comum e um Banco Central Europeu. Desde 1979, a variação das taxas de câmbio dos países europeus já vinha sendo controlada por um mecanismo que operava de modo a manter a estabilidade do mercado monetário europeu.

Em um período relativamente curto no tempo e na história do século XX, a Europa perdeu o papel de liderança mundial para se recuperar e novamente reocupar um papel relevante no cenário mundial. Por outro lado, foi o internacionalismo e a idéia de cristandade que tiveram muito mais amplitude e importância na história européia do que os Estados nacionais secularizados e posteriormente nacionalistas que se consolidaram no final do século XVIII e durante o século XIX. Mesmo assim, a idéia de uma Europa unida, a definição de "Europa" permaneceu uma idéia frágil. A sobrevivência da CEE e a notável fundação da União Européia em 1992 com a ratificação do Tratado de Maastricht só foi alcançada através da abdicação de interesses nacionais, apesar de resistências, como a de De Gaulle, em 1965, ou a de Thatcher, em 1984.

13 A Guerra Fria e o bloco comunista

A "cortina de ferro", anunciada por Churchill em 1946, dividiu a Europa em duas esferas distintas de influência, o setor democrático ocidental e o bloco dominado pela União Soviética. A Alemanha foi dividida em dois Estados, a RFA e a RDA. No hemisfério ocidental, as democracias não agiram e tampouco se pronunciaram de forma homogênea, apesar de sua integração econômica e cooperação militar durante o período da Guerra Fria. O bloco soviético também foi foco de sistemáticas tensões e problemas de ordem econômica de crescente seriedade. Nos últimos anos da Guerra Fria, a partir de 1985, a remoção da ameaça militar soviética das suas regiões de influência na Europa e na Ásia Central revelou a verdadeira profundidade do descontentamento do Leste Europeu e de outras regiões do mundo com o comunismo.

Stalin havia triunfado na luta contra a Alemanha nazista, mas ao custo de cerca de 20 milhões de mortos entre soldados e civis, e após a devastação de vilarejos e cidades na região ocidental do país. Depois da guerra, o stalinismo permaneceu forte dentro de seu aspecto conservador, que

se manifestou de várias formas na consolidação do regime soviético. A restauração econômica teve que ser alcançada por meio do uso de recursos domésticos. Havia apenas uma limitada entrada de recursos externos na forma de plantas industriais transportadas na sua maioria da zona de ocupação soviética na Alemanha e de material importado dos países satélites da Europa Oriental. As diretrizes de economia centralizada e planejada foram reforçadas. Para o desenvolvimento industrial foram estabelecidos planos e metas a serem alcançadas. Os produtos de consumo receberam baixa prioridade e a indústria de base, como a de energia, metalúrgica e elétrica, recebeu alta prioridade. O controle sobre a agricultura e a retomada da coletivização do uso da terra foram fortalecidos. Apesar dos esforços na aplicação da economia centralizada de Estado, o efeito do controle e das políticas inapropriadas de produção de grãos e sementes, além da falta de incentivo material e financeiro para os produtores, atrasou a recuperação na produção de alimentos.

Não houve melhoria na mobilidade social após a II Guerra. As mulheres acabaram ocupando posições na produção durante a guerra, mas os soldados voltaram à atividade civil e as mulheres foram deslocadas para trabalhos menos qualificados. O entusiasmo que caracterizou o período de crescimento em marcha forçada nos anos 30 foi substituído por um período de perda de energia e exaustão com as conseqüências da guerra. O conservadorismo cultural também foi marcante. O nacionalismo russo se tornou ainda mais intolerante com outras culturas e valores nacionais. O stalinismo havia sido exagerado já antes da

guerra, mas tornou-se ainda mais anti-semita e anticosmopolita. A mulher passou a ter seu papel social direcionado à família. Aborto e divórcio estavam fora de questão. A vida intelectual e cultural estava restrita à arte, literatura, música e filmes que dessem alguma contribuição à construção do socialismo. Todas as esferas da educação e do aprendizado estavam obrigadas a focar no partido e nos seus valores. Os laços culturais com o mundo exterior foram cortados e o culto a Stalin implicava no reducionismo de qualquer formulação ideológica que não fosse a obediência ao líder. Todas as decisões cabiam a Stalin e a política foi reduzida às rivalidades entre seus conselheiros mais próximos. O terror tornou-se a arma mais poderosa do regime e o mais eficiente instrumento de governo. Deportações em massa de cidadãos de territórios incorporados à União Soviética foram realizadas sistematicamente. Soldados que retornavam das prisões de guerra eram enviados a campos de trabalho. Uma nova série de expurgos e eliminação de inimigos potenciais foi realizada seguindo a paranóia de Stalin entre 1945 e 1952.

Stalin rejeitava a idéia de criar um "*commonwealth* soviético" com a incorporação de amplas áreas da Europa Oriental. Seria uma provocação muito grande, além de considerar que algumas áreas seriam mais úteis como "zona tampão" do que como zonas ocupadas. Muitos dos países do Leste Europeu tinham desfrutado padrões de vida muito mais avançados do que o soviético e uma eventual anexação poderia ser perigosa. O resultado foi que os Estados satélites soviéticos viveram a Guerra Fria como colônias mantidas unidas por tratados econômicos desi-

guais, pelo aparato do Partido Comunista e pelo poder militar soviético.

Uma combinação de manipulação eleitoral com intimidação bruta fez com que entre 1947 e 1948 "democracias populares" se estabelecessem na Polônia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria e Romênia. Apesar disso, a situação na Iugoslávia se desenvolveu de forma bastante diferente. Em 1948, desavenças entre Stalin e o Marechal Tito levaram à expulsão da Iugoslávia do bloco comunista. A razão principal foi a divergência sobre as diferentes doutrinas do comunismo, se elas poderiam variar ou se eram imutáveis. A linha seguida por Tito era buscar alianças tanto com países do Ocidente e com países não-alinhados, além de aceitar ajuda econômica dos Estados Unidos. Suas posições independentes em relação à União Soviética também foram influenciadas por um forte nacionalismo iugoslavo, reforçado pela experiência da guerra e ressentido pela arrogância de oficiais soviéticos que tratavam a Iugoslávia como colônia. Na verdade, Stalin cometeu grave erro de cálculo ao considerar-se responsável pela libertação da Iugoslávia. Foram os *Partisans* que liberaram a Iugoslávia do nazismo, liderados pela figura e carisma pessoal de Tito. O próprio Churchill deixa clara sua preferência em apoiar Tito ainda na II Guerra porque este mostrava maior competência nas batalhas contra os ocupantes italianos e alemães, se comparada à resistência das forças monarquistas denominadas Tchetniks, lideradas por Draza Mihailovich (Churchill, p. 879-881).

O marechal tinha domínio total sobre o país, que sequer fazia fronteira com a União Soviética e não sofria sua

ameaça militar imediata. A expulsão ou secessão da Iugoslávia da esfera soviética teve seus efeitos. A Iugoslávia deixou de ajudar os insurgentes comunistas gregos, selou relações normais com a Grécia e os rebeldes comunistas foram derrotados. Por outro lado, uma série de dirigentes comunistas que simpatizaram com a autonomia de Tito foram perseguidos. Dimitrov da Bulgária morreu convenientemente em Moscou quando recebia tratamento médico. Gomulka da Polônia foi preso entre 1951 e 1955. Janos Kadar, da Hungria, foi preso e torturado de 1951 a 1954. Na Tchecoslováquia milhares de simpatizantes de Tito, Trotsky e outros foram executados. Stalin fez todos os esforços para estreitar ainda mais os laços com os satélites da Europa Oriental. Com a criação do Conselho Econômico de Assistência Mútua (Comecon) em 1949, fez um gesto de propaganda para contrabalancear a ajuda norte-americana viabilizada pelo Plano Marshall. Através do Comecon, as economias do leste poderiam ser mais bem administradas para servir às necessidades da União Soviética. Planos de longo prazo foram impostos para que indústrias pesadas e setores específicos fossem desenvolvidos nos países satélites de forma que coubessem às necessidades da União Soviética. Para tratar da segurança, o Pacto de Varsóvia, criado em 1955, garantiu o controle militar soviético de seus satélites através de conselheiros militares e treinamento de militares nas academias soviéticas. Em 1952, um comitê de coordenação militar sob o comando soviético já havia sido criado. O Pacto de Varsóvia veio a ser, além de um pacto de defesa mútua, uma maneira de os soviéticos con-

trolarem os membros do bloco com tropas estacionadas na Hungria e na Romênia.

A morte de Stalin em março de 1953 foi seguida por três anos de luta pelo poder na União Soviética. Havia uma disputa entre Malenkov e Lavrenti Beria de um lado, apoiados pelo imenso aparato policial, e Nikita Khrushchev do outro, que dominava a burocracia do partido e tinha a preferência dos militares. Em 1954, Malenkov foi derrotado e afastado do governo por Bulganin, embora tenha feito um contra-ataque político em 1957 sem obter sucesso. Em 1958, depois de ocupar o secretariado do Partido Comunista desde 1953, Khrushchev assumiu definitivamente o poder e governou até 1964. Desde 1956, o processo de "desestalinização" já havia começado com a condenação pública das políticas de Stalin e do culto a sua personalidade.

Um dos aspectos positivos do processo de "desestalinização" foi a relativa flexibilidade diplomática e a revisão de alguns relacionamentos com os países satélites. A liquidação de Beria em 1953, acusado de conspiração, julgado em segredo e executado, dando fim ao papel extremo da polícia política, teve seus efeitos em outros países do bloco. A reintrodução de administração por trabalhadores na indústria e o abandono da coletivização também foram sinais aos Estados satélites. Quando Khrushchev denunciou o stalinismo deu sinais de que poderia haver flexibilidade nos caminhos do socialismo.

Uma visita oficial a Belgrado, em 1955, reparou o distanciamento entre Iugoslávia e União Soviética. Tito per-

maneceu no controle da Iugoslávia até sua morte em 1980. Os problemas que enfrentou para aplicar seu modelo de socialismo não foram poucos. As divisões nacionalistas, principalmente entre sérvios e croatas, ameaçaram o ideal iugoslavo durante toda a Guerra Fria e só foram administráveis pela figura de Tito. Depois de sua morte, os nacionalismos acabariam por fragmentar o país. Associado ao problema dos nacionalismos, Tito teve que lidar com demandas separatistas de diferentes regiões ao mesmo tempo em que sofria pressão para centralizar mais o poder. A partir de 1958, introduziu uma espécie de federalismo onde o Partido Comunista foi rebatizado de Liga dos Comunistas. Na economia, depois de um fracassado plano qüinqüenal com ênfase na nacionalização e coletivização, Tito iniciou nos anos 60 um processo de relaxamento na fixação dos preços e na disponibilidade do crédito. Necessitava de empréstimos dos Estados Unidos e do FMI. As mudanças não foram suficientes para colocar a economia da Iugoslávia em posição segura. A crise do petróleo em 1979 provocou inflação, desemprego e deterioração da situação econômica. Após sua morte, um movimento de protesto foi reprimido em 1984 e vários intelectuais do país foram presos. Os sucessores de Tito não estavam preparados para liberalizar a economia e a política do país, mas, em 1986, o quadro já era de instabilidade social, conflitos entre grupos étnicos e descontrole político.

Os descontentes com a sombra soviética não foram apenas os iugoslavos, que tiveram em Tito uma maneira de driblar os soviéticos. Desde 1953, os soviéticos foram desafiados várias vezes: na Alemanha Oriental em 1953,

na Polônia, Hungria e Romênia em 1956, na Tchecoslováquia em 1968 e novamente na Polônia, de 1977 a 1980.

Desde 1945, a política na zona de ocupação soviética na Alemanha, que se tornou República Democrática da Alemanha (RDA) em 1949, foi dominada por Walter Ulbricht, um comunista da geração de Stalin, eficiente líder partidário e burocrata. Com Ulbricht, a RDA desenvolveu um aparato de repressão de altíssima eficiência. Eleições eram manipuladas e os partidos políticos eram forçados a uma coalizão compulsória, a Frente Nacional, liderada pelo Partido Socialista Unido Alemão (SED). Todas as formas de expressão artística e cultural eram sujeitas a censura. As igrejas foram reprimidas e dissidentes eram perseguidos pelo Serviço de Segurança do Estado (Stasi). Por outro lado, os membros do SED desfrutavam de privilégios e regalias. Em 1952, o setor privado industrial foi reduzido a um quarto do emprego industrial e a coletivização da agricultura foi iniciada. O suprimento de alimentos ainda era crítico e foi agravado pelo sistema de distribuição ineficiente. A qualidade dos produtos de consumo também era baixa. O baixo padrão de vida e a repressão política não compensavam a garantia de emprego, o subsídio das moradias e ampla rede de benefícios sociais. O resultado foi um êxodo de pessoas para a Alemanha Ocidental de cerca de 2% da população apenas no ano de 1953. Em junho de 1953, o aumento das cotas de produção fabril e a redução da receita dos trabalhadores estimularam greves de trabalhadores da construção civil que se espalharam por outras regiões do país demandando reformas políticas. Após alguma violência em Berlim, a revolta se de-

sintegrou antes que tanques soviéticos entrassem em cena. Ulbricht permaneceu no poder, concedeu algum relaxamento no controle e na repressão e enfatizou a produção de bens de consumo o tempo suficiente para abafar o movimento.

Na Polônia, tradicional inimigo russo, os eventos de 1939 não tinham sido esquecidos. Tampouco a ação brutal dos soviéticos com a população civil ao ocupar a Polônia na expulsão dos nazistas. Em março de 1945, Stalin prendeu dezesseis oficiais do exército polonês de resistência em Moscou e, meses depois, instaurou um regime stalinista em Varsóvia. O único representante polonês nacionalista e ao mesmo tempo comunista, que sobreviveu às perseguições stalinistas, foi Wladislaw Gomulka. Gomulka havia sido deposto em 1951, acusado de simpatizar com Tito. Uma onda de greves e manifestações em junho de 1956 na cidade de Poznan uniu trabalhadores, intelectuais e ativistas católicos. O Partido Comunista Polonês reagiu indicando Gomulka como primeiro secretário. Os soviéticos tinham a chance de aceitar o retorno do ex-secretário-geral ou entrar em conflito com as forças polonesas. Khrushchev optou pelo retorno de Gomulka, obrigando-o a assinar um acordo que permitia a manutenção de tropas soviéticas permanentes em território polonês. Uma vez relançado ao poder, Gomulka mostrou ser mais stalinista do que moderado. Embora houvesse um processo de privatização da agricultura e reformas econômicas, a censura e a polícia permaneceram duras. Em 1970, a queda no crescimento econômico e a escassez de alimentos levaram a greves e manifestações que eram também reação a tentativas

de aumentar os preços. O exército teve que conter os distúrbios e Gomulka foi substituído por Edward Gierek.

Durante os anos 70, mais da metade das importações da Polônia vinham do Ocidente. A partir de 1977, a Polônia estava entre pagar sua dívida externa ou alimentar o país. Colheitas insuficientes geraram mais dívidas e o país só podia obter créditos com os soviéticos. O aumento nos preços dos alimentos gerou, mais uma vez, greves e manifestações. A eleição do polonês Karol Wojtyla como Papa João Paulo II em 1978 deu novo impulso à influência da Igreja Católica no país. Em 1980, greves de trabalhadores da indústria naval lideradas por Lech Walesa, na cidade portuária de Gdansk, iniciaram o movimento que exigia reformas. As demandas não eram apenas econômicas, mas políticas. O governo polonês ficou diante de um dilema. Gierek se encontrou na mesma armadilha que derrubara Gomulka, aumentar os preços dos alimentos para reduzir o consumo. Só que desta vez a Igreja Católica estava fortalecida, apoiava as manifestações e contava com o apoio do Papa. Gierek e seu sucessor Stanislaw Konia, em 1980, dependiam do aval e da ajuda soviéticos. Os soviéticos poderiam enviar forças de ocupação, mas temiam que houvesse resistência dentro do exército polonês. Além disso, estavam sobrecarregados e envolvidos na intervenção no Afeganistão que sugava parte dos recursos militares disponíveis. Em agosto de 1980, os grevistas ganharam o direito de fazer greve e formar sindicatos livres, a primeira vez dentro do bloco soviético. Os construtores da indústria naval agora tinham o apoio dos trabalhadores de outras indústrias criando o *Solidariedade*, uma fe-

deração de sindicatos livres. As demandas foram se tornando insustentáveis para os soviéticos que em dezembro de 1981 instalaram um governo sob comando de elementos do exército polonês de sua confiança. O general, e a partir de então Primeiro-ministro Woiciech Jaruzelsky, foi escolhido. Prendeu os líderes do *Solidariedade* e decretou lei marcial em 1981 e 1982. Lech Walesa ficou preso onze meses e se recusou a inflar a violência por razões religiosas. Tornou-se símbolo internacional. Com a mudança dos tempos e a derrocada do socialismo, veio a ser presidente do país em 1990.

Na Hungria, o moderado Imre Nagy também era visto como uma ameaça aos soviéticos, mas tentativas de retirá-lo do poder fizeram-no um herói nacional. A revolução de 1956 aconteceu em duas fases. Em outubro de 1956, tropas soviéticas estavam na iminência de entrar em ação depois que Nagy foi pego por um movimento popular resultante de manifestações por maiores salários e maior liberdade. Nagy poderia ter tentado se tornar um "Gomulka", mas indicou novos ministros não-comunistas, aboliu o partido único e exigiu a evacuação das forças soviéticas do país. Anunciou também que a Hungria iria sair do Pacto de Varsóvia. Em novembro, os soviéticos enviaram tropas ao país e estabeleceram um governo sob o comando de Janos Kadar. O combate pela revolução foi sangrento com milhares de mortos húngaros e soviéticos. Os aliados ocidentais estavam envolvidos com a crise do Canal de Suez e a União Soviética vetou ação da ONU no caso. A imagem do comunismo soviético foi manchada para sempre. Kadar acabou orientando suas políticas para uma maior li-

beralização com ênfase em produtos de consumo, o que fez a Hungria desfrutar de um padrão de vida relativamente mais favorável do que os outros satélites soviéticos.

A Romênia, país vital por possuir reservas petrolíferas, foi governada até 1962 pela mão de ferro do ditador comunista Gheorghiu Dej como um fiel satélite soviético. A partir de 1965, o manto da ditadura foi assumido pelo ex-sapateiro Nicolau Ceausescu, que iniciou uma política de relativa autonomia com o objetivo de distrair as massas da repressão interna e da decadência econômica. Ceausescu lançou-se como uma espécie de líder comunista independente, explorando de forma oportunista as diferenças entre soviéticos e chineses, e explorando os interesses do Ocidente em dividir o bloco comunista. Exemplos de seu oportunismo foram o estabelecimento de relações diplomáticas com a Alemanha Ocidental em 1967, a recusa de cortar relações diplomáticas com Israel no mesmo ano e a condenação da invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968. Ceausescu chegou a anunciar sua saída do Pacto de Varsóvia.

Na verdade, a inconsistência das ações de Ceausescu nunca chegou a incomodar os soviéticos, pois ele nunca divergiu da ortodoxia marxista. Suas diversões diplomáticas eram usadas para camuflar o verdadeiro colapso econômico que se verificava no país. Como detentor de grandes reservas petrolíferas, Ceausescu desenvolveu um programa megalomaníaco de industrialização com gastos excessivos na indústria petroquímica e obras como o Canal Danúbio-Mar Negro, que exacerbaram o problema econômico. A dívida externa entrou em espiral, racionamentos

de alimentos e bens de consumo tornaram-se constantes e um plano mirabolante de pagar a dívida externa gerou fome no país. A dependência dos soviéticos tornou-se cada vez maior. Para manter-se no poder aplicou um modelo de provocações entre grupos internos, como militares contra a polícia, camponeses contra a *Intelligentsia*, romenos contra húngaros e ciganos, onde ele se transformava em apaziguador. Junto da intimidação da polícia de segurança da *Securitate*, Ceausescu manteve a estabilidade até o início dos anos 80 quando greves, principalmente de mineiros, começaram a gerar a instabilidade que resultou no seu assassinato em 1989.

A situação na Tchecoslováquia foi diferente. O movimento da "Primavera de Praga" de 1968 resultou de uma série de fatores. O duro regime de Antonin Novotny, de 1953 a 1968, era de dominação tcheca e antieslovaco. De janeiro a março de 1968, um golpe palaciano dentro do partido levou ao poder o eslovaco Alexander Dubcek como primeiro secretário do Partido Comunista e o General Jan Svoboda tornou-se presidente. Os setores industriais sofriam de excesso de centralização e administração incompetente. Demandas de descentralização para restaurar a produtividade e aumentar as relações com o Ocidente eram freqüentes. Os intelectuais apoiavam as demandas do setor econômico e exigiam o fim da censura e a democratização. Em abril de 1968, um "Programa de Ação" foi produzido, incluindo a manutenção do regime comunista, mas propondo a reorganização do partido, do parlamento, liberando os pequenos partidos e melhorando o *status* da Eslováquia. O "Programa de Ação" recebeu o apoio

de Tito e Ceausescu. Os soviéticos não conseguiram persuadir Dubcek e invadiram o país em agosto de 1968 com auxílio de forças alemãs orientais, polonesas, húngaras e búlgaras. Reynolds descreve a tentativa de Dubcek em convencer Brezhnev: "Em encontros cara a cara entre os dois líderes Dubcek argumentava contra os abusos soviéticos. Ele contou a um amigo: 'Eu apenas tentava sorrir a Brezhnev, enquanto ele gritava comigo. Eu dizia sim, sim, eu concordo, e então voltei para casa para não fazer nada'. [...] Dubcek teve uma corajosa ação de resistência com a esperança que a ocupação terminasse, mas os soviéticos estavam determinados. [...] Dubcek, pode-se dizer, foi o último verdadeiro reformista popular comunista. Após 1968, era transparente que o bloco comunista era mantido mais pela força do que pela fé" (Reynolds, p. 197-199). Os soviéticos assinaram acordo com Dubcek para fixar tropas na Tchecoslováquia e de forma gradual afastaram-no do poder para empossar Gustav Husak, mais moderado. No final dos 60, estava claro que, se necessário, forças do Pacto de Varsóvia continuavam prontas para serem usadas como repressão com o objetivo de manter a unidade do bloco soviético.

Em abril de 1969 ocorreu a saída de Dubcek e de De Gaulle. De diferentes maneiras, cada um buscou modificar a estrutura de seu bloco. Também à sua maneira, os dois descobriram sua missão impossível, enroscados, como estavam, entre a pressão das superpotências e os problemas domésticos. Em 1968, o Ocidente apresentava a fragilidade de sua ordem e o bloco soviético a ausência de liberdade. As divisões da Guerra Fria continuavam tensas e

o caminho da *dètente* dependia apenas da vontade das superpotências. Foi na Ásia e não na Europa que os acontecimentos favoreceram a distensão.

Na Europa, os problemas nos Estados do leste continuaram sendo aqueles tradicionais das economias do Terceiro Mundo, combinados com rivalidades nacionais, étnicas e desgoverno. A imposição do comunismo acabou mudando apenas a perspectiva da pobreza, adicionando a dimensão soviética. Durante quatro décadas, a possessão de satélites no Leste Europeu não foi um projeto de simples administração para os soviéticos. Pelo contrário, foi um projeto artificial e inadequado que com os eventos da Polônia, no final dos anos 70, começou a ruir, revelando a total inconsistência do projeto imperialista soviético.

14 A Guerra Fria e a América Latina

Após a crise de 1929, a América Latina sofreu um duro choque com a queda dos preços das *commodities* no mercado mundial e com um corte radical nas linhas de investimento e financiamento externo. Um processo de mudança voltado para a utilização dos recursos internos e início da industrialização provocou a necessidade de governos centrais fortes que pudessem oferecer aparentes garantias de estabilidade e desenvolvimento às classes médias e trabalhadores das zonas urbanas. O regime de Getúlio Vargas, no Brasil, e posteriormente de Juan Domingo Perón, na Argentina, são exemplos de regimes duros que, ao invés de democracia, ofereciam segurança, melhores condições de trabalho e sindicatos mais fortes, embora controlados pelo Estado. Os ditadores populistas, que se consolidaram nos anos 30 e 40, não podiam deixar de lado suas relações de proximidade com as forças armadas. Tanto Vargas como Perón eram apoiados pelos trabalhadores urbanos, para quem ofereciam aumentos salariais, sindicatos fortes e um universo de trabalho em expansão. No entanto, também eram apoiados por uma classe militar nacionalista e desenvolvimentista.

As perspectivas de reforma também chegaram ao México. Nos anos 30, uma mudança radical para a esquerda fez o Presidente Cardenas distribuir terras a camponeses, aumentar o poder das organizações trabalhistas e nacionalizar as companhias de petróleo. A partir dos anos 40, houve uma redução na distribuição de terras e nas reformas sociais para uma nova ênfase na industrialização e aumento da produção e investimento, com uma maior aproximação com os Estados Unidos.

A onda de mudanças e o processo de industrialização atingiram toda a América Latina nos anos 40, como resultado da II Guerra Mundial e das demandas por produtos manufaturados produzidos em outros mercados. Países como Brasil, Argentina, México e Uruguai sentiram um impulso de crescimento e investimento, mas a maioria dos outros países não pôde aproveitar a onda de oportunidades e a frustração tomou conta das massas. Uma segunda onda de mudanças, desta vez revolucionárias, foi estimulada pelo aumento da população e a repressão das maiorias empobrecidas. A II Guerra Mundial contribuiu para que os países latino-americanos iniciassem a produção de bens de consumo internamente gerando uma classe de industriais e homens de negócio que lucrou muito a partir dos anos 50, mas cujos governos não foram capazes de distribuir os benefícios da riqueza às classes trabalhadoras. A busca por novas respostas e soluções aos problemas econômicos e sociais encontrou inspiração no marxismo e na União Soviética. Partidos comunistas existiam na América Latina desde os anos 20. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro lançou uma revolução contra o regime de Getúlio Vargas em 1935, liderada por Luiz Carlos Prestes, mas fracassou, como vá-

rias tentativas de formação de frentes populares com grupos de esquerda falharam em ocupar o poder na América Latina por falta de adesão e organização.

A revolução na Guatemala em 1944 inaugurou uma onda de mudanças sociais. Quando em 1951 o Presidente Arbenz assumiu um programa de reforma agrária, os comunistas eram os únicos que podiam fornecer-lhe um plano e a máquina política que necessitava. Os comunistas guatemaltecos deixaram de desenvolver uma força militar e foram derrubados por uma rebelião conservadora articulada pelos Estados Unidos em 1954. Foi o início de um processo de intervenção sistemática dos Estados Unidos em todo o subcontinente dentro da ordem estabelecida pela Guerra Fria com o objetivo de conter a expansão do comunismo na sua área de influência geopolítica. Reynolds cita o influente George Kennan, do Departamento de Estado dos Estados Unidos nos anos 50: "É melhor um regime de força no poder do que um governo liberal que é fraco e infiltrado por comunistas" (Reynolds, p. 104). A América Latina passou a ser uma espécie de campo de experiências em busca do bem-estar social. Em vários casos, a busca de um Estado social sem recursos disponíveis para sustentá-lo ficou evidente. Em 1952, a Bolívia sofreu uma revolução de esquerda, onde civis se impuseram sobre os militares com apoio dos trabalhadores mineiros e camponeses. O novo regime do Presidente Paz Estenssoro nacionalizou as minas de estanho, iniciou a reforma agrária e reformas sociais. O resultado foi uma queda da produtividade e um aumento da inflação que erodiu as conquistas sociais. O corporativismo e a substituição de importações falhou em ata-

car os problemas de pobreza e subdesenvolvimento. Nos países mais pobres da América Latina, como Bolívia, Equador e Haiti, a renda per capita era menor do que 5% da renda norte-americana ainda nos anos 60. A complacência norte-americana com a região foi afetada negativamente pela recepção pouco amigável que o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, teve ao chegar em Caracas em 1958. Reynolds afirma que "Nixon acenou para uma política regional mais próxima oferecendo um 'abraço' aos regimes democráticos e um 'aperto de mão' aos ditadores [...] o que resultou apenas em um pequeno aumento do apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento à região" (Reynolds, p. 105).

Em 1959, o mais dramático acontecimento revolucionário da América Latina no contexto da Guerra Fria ocorreu com a Revolução Cubana. O desafio de conquistar mudança social com crescimento econômico simultâneo foi lançado por Fidel Castro ao derrubar o regime de Fulgêncio Batista. O método consistiu na decisão de adotar o comunismo, uma decisão reforçada pela hostilidade que os Estados Unidos trataram o novo regime e a necessidade de uma ideologia e uma máquina política que assegurasse o poder. Com o apoio soviético a terra foi coletivizada, a indústria nacionalizada e a educação recebeu orientação marxista. As melhorias sociais conquistadas por Cuba nunca foram suficientes para pagar o custo da perda da liberdade política. Até o fim da Guerra Fria, Cuba continuou sendo um país dependente da exportação de açúcar e da ajuda soviética. Ainda nos anos 60, Fidel Castro e seus seguidores acreditavam que a revolução tinha que ser estendida a toda Amé-

rica Latina. Uma série de movimentos de guerrilha foram realizados com apoio cubano, colocando em risco vários regimes latino-americanos, culminando na expedição de Che Guevara na Bolívia e seu assassinato por forças oficiais, em 1967.

A mais importante experiência de ascensão da esquerda pela via democrática na América Latina foi a eleição de Salvador Allende para a presidência do Chile em 1970. Allende trouxe o marxismo ao poder e a possibilidade de provar que mudanças estruturais podiam ser feitas por caminhos constitucionais. Mas a experiência terminou com um golpe de Estado em 1973. Para os Estados Unidos, um regime socialista na América do Sul era absolutamente inviável e inaceitável no contexto histórico da Guerra Fria dos anos 70. Ao tratar da definição de intervenções externas nas Relações Internacionais durante a Guerra Fria, Nye Jr. afirma que "no início dos anos 70 os Estados Unidos canalizaram dinheiro aos oponentes de Salvador Allende, o presidente eleito democraticamente no Chile, e em vários momentos a União Soviética canalizou dinheiro para grupos em países da Europa Ocidental" (Nye Jr., p. 148).

No mesmo período, o final dos anos 60 e início dos anos 70, as economias da América Latina passavam por mudanças estruturais de grande envergadura. Investimentos em mineração e agricultura perderam seu dinamismo tradicional enquanto investimentos na indústria manufatureira e no comércio cresceram exponencialmente. A mudança do modelo de exportação de produtos primários para o modelo de substituição de importações, cujo exemplo mais destacado foi o adotado pelo Brasil, representou um

novo estágio de modernização, trazendo consigo significativas mudanças econômicas e sociais. Novos grupos políticos e sociais ocuparam o lugar ou desafiaram oligarquias tradicionais. A urbanização e o crescimento das populações urbanas transformaram a estrutura social de vários países latino-americanos. A concentração da riqueza e as dificuldades na sua distribuição tornaram-se problemas crônicos das sociedades latino-americanas, e não foram solucionados no século XX.

Ao mesmo tempo, boa parte dos países latino-americanos tornou-se dependente da importação de matérias-primas, bens de capital, tecnologia e financiamento, gerando enormes dívidas externas que não puderam ser pagas nem pelos produtos exportados tradicionais, tampouco pelas manufaturas recém-produzidas. A penetração de multinacionais nos mercados nacionais e na composição do capital das empresas nacionais provocaram a reação de vários governos latino-americanos que impuseram condições específicas à entrada do capital estrangeiro e redefiniram suas Relações Internacionais. As tensões sociais resultantes da concentração de renda, desemprego e da presença de interesses estrangeiros levaram tanto a uma reação de renovada insistência ao crescimento a qualquer custo ou à deposição de regimes tradicionais por regimes radicais e ou nacionalistas. Durante os anos 70, a maioria dos regimes latino-americanos estava dominada por regimes militares de direita ou de esquerda.

A marca do fim da *détente* e da retomada do confronto bipolar da Guerra Fria na América Latina foi o envolvimento norte-americano do governo Reagan na Nicarágua.

Desde 1962, o grupo guerrilheiro Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi formado para lutar contra a ditadura da família Somoza, no poder desde 1937, apoiada pelos Estados Unidos. A guerrilha angariou o apoio de camponeses e empreendeu inúmeros confrontos com a guarda nacional até colocar o país em guerra civil entre 1976 e 1979. Uma vez estabelecidos no poder, após o assassinato de Anastácio Somoza, os sandinistas expropriaram terras, realizaram uma reforma agrária e nacionalizaram minas e florestas. Uma força organizada de "contras", formada por ex-proprietários de terra que contavam com apoio da CIA, entrou em confronto com o novo regime, acusado de receber ajuda de Cuba e da União Soviética. A administração de Reagan aumentou significativamente o apoio em recursos e armas aos grupos resistentes localizados em Honduras e em Miami. A exposição da operação "Irã-Contras", que transferia recursos recebidos pelas vendas de armas ao Irã na guerra contra o Iraque para armar os contras na Nicarágua, colocou a administração de Reagan em crise. Quando o Presidente George Bush assumiu em 1989, a ajuda aos contras foi cortada e durante as eleições de 1990 os grupos de oposição liderados por Violeta Chamorro foram apoiados e financiados pelos Estados Unidos derrotando o candidato sandinista Daniel Ortega.

A década de 80 foi marcada pelo colapso econômico de quase toda a América Latina. A "década perdida" apresentou índices de crescimento baixos e um endividamento crônico. A maioria dos países enfrentou transições de regimes autoritários para regimes democráticos, o que contribuiu para que os Estados Unidos da "Era Reagan"

focassem a região em apenas dois países: Nicarágua e Cuba, aqueles que representavam a presença soviética no hemisfério. O interesse dos Estados Unidos nos outros países concentrou-se na questão do endividamento e do narcotráfico. Bolívia, Peru, Colômbia, Panamá e Jamaica, e o próprio México, por exemplo, passaram a ter o combate ao narcotráfico nas prioridades da sua agenda com os Estados Unidos.

15 "Os seis anos que abalaram o mundo" (1985-1991)

Os anos que definiram o fim de uma era e o desfecho da Guerra Fria começaram com a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder na União Soviética. Gorbachev foi o primeiro dirigente soviético cuja formação se deu no pós-II Guerra Mundial. Assumiu relativamente jovem, aos cinqüenta e quatro anos, a Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético, após a morte de Konstantin Chernenko, em março de 1985. Um golpe de Estado fracassado em agosto de 1991, e sua renúncia à Secretaria Geral do Partido Comunista em dezembro do mesmo ano, sacramentaram o fim da União Soviética e do conflito bipolar. Certamente, os dez anos entre a morte de Leonid Brezhnev em novembro e 1982, e o fim da união Soviética em dezembro de 1991, foram os anos que deram fim ao conflito bipolar e ao século XX. Mas foram os seis anos desde a ascensão de Gorbachev ao poder até sua renúncia que realmente "abalaram o mundo", utilizando a expressão de John Reed sobre a Revolução Russa de 1917.

A partir de dezembro de 1991, a União Soviética se desintegrou e suas antigas repúblicas componentes encontraram-se em crise econômica e política sem precedentes. Como em um processo em cadeia, durante a permanência de Gorbachev no poder, o império soviético na Europa Oriental enfrentou uma série de revoluções e transições para regimes democráticos associados ao colapso da aliança militar comunista e ao fim da Guerra Fria. Foram as políticas da *Perestroika* (reestruturação) e *Glasnost* (transparência) que detonaram o processo de transformação soviética e catalisaram as forças transformadoras na Europa Oriental e posteriormente na Ásia Central.

Gorbachev e seus aliados reformadores do partido acreditavam que a União Soviética de 1985 estava em situação crítica, uma pré-crise. Apesar de seu *status* de superpotência, a economia doméstica não mais atendia às necessidades básicas da população. O mesmo fenômeno atingia também vários dos países satélites soviéticos na Europa. O sistema político tradicional havia levado o país à corrupção e à economia informal. Gorbachev constatou o colapso e o caos gerados pelo sistema econômico planejado. O sistema de comando administrativo dependia de informações corretas que vinham dos trabalhadores da base da produção. Como havia o temor de que informações ruins pudessem ter conseqüências punitivas para aqueles que a trouxessem, não cumprindo as metas preestabelecidas pelo regime, a tendência foi um processo sistemático de falseamento de informações e dados desde os anos 20. O resultado foi que o sistema que havia funcionado dentro do terror stalinista foi se deteriorando durante as décadas posteriores e tornou-se um padrão informal

de produção aparente, sem consistência e fora da realidade produtiva. A indústria de defesa ainda era a mais eficiente e capaz de trazer alguma inovação, mas minava importantes recursos da economia doméstica e tornou-se insustentável depois que o Presidente Reagan assumiu o poder nos Estados Unidos e pressionou ainda mais a escalada armamentista.

Ao assumir a secretaria geral do partido, Gorbachev trouxe um espírito inovador à União Soviética, incomparável com o de seus antecessores da velha guarda, Andropov e Chernenko. A política da *Perestroika* tinha como principal objetivo um socialismo democrático, onde o fator humano pudesse ser reativado. Partiu do princípio de que havia um consenso sobre os benefícios do socialismo e que o povo seria leal ao Partido Comunista e suas orientações e ideais. Ocorre que ao iniciar a aplicação de suas reformas ativou forças políticas e econômicas de orientação centrífuga que saíram de seu controle.

Em 1985 e 1986, Gorbachev acreditou que uma boa dose de disciplina retomaria o curso perdido por Brezhnev no final dos anos 70. Mas rapidamente ficou claro que planos de produção e metas não eram mais possíveis de se atingir porque o aparato de planejamento econômico não funcionava mais. As campanhas contra o alcoolismo, problema crônico no país, mostraram-se contraprodutivas e ainda aumentaram o déficit estatal e a inflação. A campanha anticorrupção não surtiu efeito e não foi levada até o fim. O resultado de suas políticas transformadoras foi uma queda acentuada no crescimento, um aumento do déficit e da inflação e uma queda na credibilidade e popularidade de seu governo.

A necessidade de uma reforma mais estruturada, que aumentasse o comprometimento popular, foi cogitada a partir de 1987. Gorbachev decidiu remover a repressão da era de Stalin e Brezhnev, mantendo o controle do sistema político e econômico. Na verdade, era a interferência do partido e da burocracia que mantinha todo o sistema. Assim, uma revolução constitucional e legal foi iniciada, modificando os fundamentos da lei, modificando a legislação eleitoral na instância local e nacional e estabelecendo uma responsabilidade executiva ao *Soviet Supremo*, eleito por um congresso de deputados do povo, eleito diretamente. O Partido Comunista Soviético foi democratizado ao mesmo tempo em que se desintegrou com a emergência de divisões públicas. A política de *Glasnost* acabou com a censura, a história pode ser escrita livremente e prisioneiros políticos como o físico Andrei Sakharov foram libertados. Ao mesmo tempo a questão de milhares de judeus que buscavam sair do país e imigrar para Israel foi reconsiderada. Finalmente, provocou uma revolução econômica com a Lei de Empresas Estatais e a Lei de Cooperativas, legalizando pequenas e médias empresas. A tentativa de restaurar o poder popular acabou dando espaço a grupos de oposição de toda natureza, polarizando posições de conservadores contra radicais reformadores. Os primeiros achavam que a reforma tinha ido longe demais. Os outros que as reformas eram insuficientes.

Uma revolução vinda das bases estava por vir. De 1989 até março de 1990, o partido ainda tinha o monopólio do poder político, mas a partir desta data transferiu-o ao poder da constituição. A crise econômica não era mais administrável. O sistema de comando administrativo não

foi substituído pela economia de mercado, mas pelo caos. A desordem levou à escassez de alimentos, inflação crescente e queda na produtividade. A pobreza se tornou evidente. Também em março de 1990, o Partido Comunista concordou em transferir o poder legislativo às repúblicas, o que contribuiu para acelerar sua própria desintegração. A partir de 1991, Gorbachev teve que manobrar politicamente para conter as alas conservadora e radical sem conseguir tocar políticas de mais longo prazo. A situação econômica ficou ainda mais crítica quando a inflação aumentou e uma queda simultânea das exportações, importações e como conseqüência do PIB foi registrada no primeiro semestre. As 15 repúblicas elegeram governos legítimos e junto de alguns territórios federais declararam-se independentes ou autônomas. O descumprimento às demandas do governo central agravou o problema econômico. Gorbachev tentou restaurar a censura e conter greves e manifestações. Utilizou tanques para conter manifestações na Lituânia em janeiro de 1991, causando mortes entre civis, o que piorou a situação política. A popularidade e legitimidade de Gorbachev foram sendo perdidas. Por sua vez, Boris Yeltsin, líder dos reformistas radicais e eleito presidente da República da Rússia em junho, começou a ocupar espaços políticos. Ainda em abril, Gorbachev havia selado uma aliança com Yeltsin e outras oito repúblicas para organizar a maior autonomia política de cada uma delas, mas este acabou sendo o estopim do golpe de agosto.

A decentralização tinha também um outro lado crítico na história russa e soviética: a política em relação às nacionalidades e grupos étnicos. A complexa definição das fronteiras internas da União Soviética permanecia legal-

mente indefinida entre boa parte de suas quinze ex-repúblicas e trinta e oito regiões autônomas. A fragmentação étnica tornou-se um perigo iminente. Embora cada grupo étnico tivesse um território próprio, mais de 50 milhões de soviéticos viviam fora de suas repúblicas originais aumentando o potencial de discórdia entre grupos majoritários e minoritários. As hostilidades étnicas na Ásia datavam de muito antes da existência da União Soviética. Disputas como a de *Nagorno-Karabak* entre armênios e azeris vinham do século XIX. Os países do Báltico tinham sido independentes até 1940. E regiões do Cáucaso como a Chechênia e a Abkassia já reivindicavam autonomia há décadas. Toda a população não-russa tinha ressentimentos contra a população russa, identificada como representante do centralismo soviético e suas políticas impopulares e repressivas.

Em agosto de 1991, Gorbachev e sua família foram detidos na cidade de Sebastopol, no Mar Negro, por um grupo de radicais conservadores que tentaram restabelecer a ordem mobilizando forças militares e reutilizando a censura. Os golpistas acreditavam que a crise econômica e o proposto tratado de união descentralizada resultariam em anarquia e desintegração da União Soviética. Contavam com apoio popular, diante do desencantamento com Gorbachev. Mas o plano falhou. Os revoltosos estavam divididos e não tinham força de coerção suficiente para completar o golpe. Não fizeram prisões em massa e não tomaram controle das comunicações. As alegações de que Gorbachev estaria doente acabaram tirando legitimidade do golpe. Apesar das dificuldades dos golpistas, foi a resistência de Boris Yeltsin que consolidou o fracasso do movimento. No entanto, como

a resistência de Yeltsin era em nome da Rússia e não em nome da União Soviética, acabou se tratando de um outro golpe às escondidas. Greves, demonstrações em massa e a recusa de vários oficiais e agentes da KGB em se envolverem com os golpistas selaram o fracasso do movimento. Segundo Kissinger, "Durante seu último ano no poder Gorbachev foi um homem pego dentro de um pesadelo, que vê uma catástrofe vindo ao seu encontro e não tem como se esquivar dela. [...] Cada reforma anunciada levava à aceleração do declínio soviético. Cada concessão dava a chance de uma próxima" (Kissinger, p. 798).

A causa principal da derrocada soviética e, junto com ela, da queda de praticamente todos os regimes comunistas do mundo no período entre 1989 e 1991, foi a impossibilidade de estimular crescimento e prosperidade suficientes para assegurar a legitimidade dos regimes comunistas. Com exceção de Cuba e da Coréia do Norte, que mantiveram seus regimes policiais vinculados ao culto das personalidades de seus líderes Fidel Castro e Kim Il Sung, e China e Vietnã, que iniciaram uma transição negociada à economia de marcado ainda nos anos 80, o comunismo foi varrido do mapa, desmontou como um castelo de cartas. Gorbachev perdeu o controle da situação que ele próprio propiciou. Ao questionar as causas da derrocada do socialismo e por que sob Gorbachev, Nye Jr. afirma: "De certa forma Gorbachev foi um acidente da história. No início dos anos 80, três líderes soviéticos morreram, um após o outro. Em 1985, a nova geração, aquela que subiu com Khrushchev em 1956, teve sua chance. Se os membros do Partido Comunista tivessem escolhido algum outro líder concorrente de Gorbachev de linha dura em 1985, é bas-

tante plausível que a União Soviética se mantivesse por mais uma década. A personalidade de Gorbachev explica muito do que aconteceu" (Nye Jr., p. 129).

No Leste Europeu as reformas de Gorbachev foram apenas o último golpe necessário para que regimes insustentáveis viessem a cair. Desde meados de 1989, Gorbachev havia iniciado o processo de democratização quando rejeitou a "Doutrina Brezhnev", que justificou a intervenção na Tchecoslováquia em 1968, ao discursar no Conselho da Europa. Em um período de 18 meses, os regimes comunistas na Europa seriam todos substituídos por governos eleitos pela vontade popular.

O caso da Alemanha Oriental, que tinha sido desde sua fundação um Estado artificial sustentado por um eficiente regime policial, apresentou um fim surpreendente se levada em consideração a história de violência e sangue da Alemanha. O objetivo de se criar uma sociedade sem classes já havia fracassado e a elite dirigente alemã oriental perdia a força nos anos 80, causada pelo cada vez mais freqüente contato do povo com alemães ocidentais, depois que restrições de viagem foram relaxadas. Um movimento civil liderado pela Igreja Protestante e por um movimento ambientalista ganhou voz independente. Estimulados pelo sucesso do *Solidariedade* na Polônia, iniciaram manifestações em janeiro de 1989, coincidindo com a marcha anual em comemoração à morte de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. No dia 10 de setembro, a Hungria abriu as fronteiras com a Áustria e se recusou a conter a passagem de alemães que se dirigiam à Áustria e posteriormente à Alemanha Ocidental. Tentativas de conter o movimento migratório através da Hungria fizeram o fluxo se voltar à

Tchecoslováquia e à Polônia. O dirigente alemão oriental Erich Honecker mostrou-se inflexível. Além de afirmar que o muro de Berlim duraria mais um século, aplaudiu a sangrenta repressão às manifestações estudantis na China, ocorrida na Praça da Paz Celestial em junho de 1989. Em outubro de 1989, durante as comemorações dos 40 anos da República Democrática Alemã, Gorbachev deixou claro que os dias do bloco soviético estavam contados. Manifestações em massa em Leipzig e outras cidades provocaram a queda de Honecker, resultado de um golpe dentro do partido SED, liderado por Egon Krenz, burocrata com imagem mais moderada. A oposição estava interessada no direito de viajar para o Ocidente e o mais dramático símbolo da queda do regime e do socialismo real foi a acidental abertura dos *checkpoints* em Berlim, no dia 9 de novembro e 1989. A autorização dada em uma conferência de imprensa mostrou o descontrole burocrático do regime da RDA e levou milhares de pessoas às saídas do muro onde os confusos guardas de fronteira não fizeram tentativa de reprimir a passagem. Caiu o muro de Berlim.

Manifestações continuaram e acusações contra Krenz provocaram sua renúncia. Hans Modrow assumiu, mas já governava sob a influência de líderes dissidentes. Eleições livres foram realizadas em março de 1990 e os democratas cristãos do CDU venceram na RDA formando um governo sob o comando de Lothar de Maizière. O chanceler alemão ocidental Helmut Kohl, no poder desde 1982, defendia inicialmente um moderado plano de integração em estágios graduais, mas as eleições de março viabilizaram a mudança na constituição. O prazo de 1° de julho foi determinado para a união econômica onde se estabeleceu uma

taxa de câmbio de 1-1 entre o *Deutsch Mark* e o *Ost Mark*, além da extensão da legislação social ocidental à Alemanha Oriental. O "Acordo 4 + 2" negociado entre os dois Estados alemães e as quatro potências de ocupação apresentou as propostas de unificação da Alemanha. O país reconheceu as fronteiras com a Polônia, ganhou liberdade para aderir a qualquer aliança, renunciou à produção de armas atômicas, químicas e biológicas. Um acordo em separado com os soviéticos financiou a retirada das forças soviéticas da ex-Alemanha Oriental e garantiu créditos comerciais substanciais aos soviéticos. No dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha consolidou sua reunificação. Em dezembro, a primeira eleição unificada resultou na vitória dos democrata-cristãos na coalizão com os social-cristãos da Baviera, reelegendo Helmut Kohl para mais um mandato.

As implicações da unificação alemã foram relevantes e geraram incertezas. Durante mais de um século a Alemanha esteve sempre no centro das tensões e na disputa do poder mundial. Era inevitável que antigos temores voltassem a ser lembrados. Diante das evidências de fragmentação na Europa do início dos anos 90, uma eventual rivalidade russo-germânica poderia renascer no Leste Europeu e nos Bálcãs. A unificação deixou a Alemanha mais rica e mais populosa. Passou a ser o mais populoso país europeu com exceção da Rússia. Com mais de oitenta milhões de habitantes e um terço do PIB europeu ocidental, um desequilíbrio de poder e influência, como temia o presidente francês François Mitterrand, poderia afetar a Europa. O crescimento do sentimento nacionalista e a retomada da total soberania também surgiam como uma espécie de ameaça à nova ordem européia e mundial. Na verdade, a Guer-

ra Fria e o processo de integração europeu acabaram mudando a Alemanha e seu povo. Seu firme compromisso com a integração européia e as oportunidades econômicas no Leste Europeu mostraram que a Alemanha, assim como as potências do mundo pós-Guerra Fria, já estavam incorporadas ao ambiente da interdependência mundial.

Assim como na Alemanha Oriental a transição para a democracia na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia também foi relativamente pacífica. Na Polônia, Gorbachev solicitou urgência a Jaruzelski na realização de reformas políticas. O Partido Comunista relutava e tinha dentro de si facções que variavam da linha pluralista a radicais stalinistas. O repúdio ao partido pelo eleitorado, em junho de 1989, foi estimulado por manifestações sociais. Lech Walesa foi eleito presidente nas eleições de novembro de 1990, após a renúncia de Jaruzelski. Na Tchecoslováquia, o regime repressivo de Gustav Husak sofreu pressão de grupos dissidentes do estilo de 1968, formado por socialistas reformistas, estudantes e intelectuais. A Igreja Católica também participou, focada em discurso a favor dos direitos humanos. Manifestações espontâneas realizadas pela juventude em Praga em 1989, estimuladas pelos eventos ocorridos na Alemanha e com apoio de dissidentes húngaros e poloneses, deram um caráter anti-socialista ao movimento. O dramaturgo Vaclav Havel juntou todos os grupos manifestantes em um Fórum Civil e no dia 10 de dezembro Husak renunciou, após greves gerais e manifestações em Praga. Em 29 de dezembro Havel foi eleito presidente. Na Hungria, a proximidade com a Áustria já vinha evidenciando a baixa qualidade dos produtos e do padrão de vida húngaro desde o relaxamento do regime nos anos 80. Gre-

ves foram legalizadas em julho de 1989, a economia de mercado aceita em agosto e as fronteiras com a Áustria abertas em setembro. Em outubro, o Partido Comunista mudou o nome para Partido Socialista e em abril de 1990 a coalizão Fórum Democrático assumiu o poder.

Nos locais onde o comunismo não tinha simplesmente sido imposto por pressão externa e onde divisões nacionais eram mais dramáticas, o decorrer dos fatos foi mais violento e seus resultados menos estáveis. Na Romênia, o caos econômico se instalou e perseguições à minoria húngara geraram uma rebelião política. Ceausescu e sua mulher foram capturados e assassinados no dia de Natal de 1989. A morte de Ceausescu foi seguida de conflitos entre civis, soldados e as forças de segurança do Estado, o *Securitae*. Em maio de 1990, a Frente de Salvação Nacional, formada por ex-comunistas, venceu as eleições e Ion Iliescu ocupou a presidência. Manifestações populares contra seu governo foram duramente reprimidas. Os comunistas só sairiam do poder nas eleições de 1996. Na Bulgária, o regime de Todor Zhikov viveu todo o tempo sob a proteção soviética contra os inimigos históricos gregos e turcos. A redução do suprimento de petróleo soviético e outros subsídios em 1985 obrigaram Zhikov a realizar a *Perestroika* búlgara, o que o enfraqueceu dentro do partido, que o destituiu em novembro de 1989. O partido comunista mudou de nome para Partido Socialista e venceu as eleições de junho de 1990. Na Albânia, o Partido Comunista ainda tinha legitimidade, já que o país havia optado por um modelo de desenvolvimento auto-suficiente com relacionamento com quase todos os países, exceto União Soviética e Estados Unidos. A morte de Enver Hoxha em 1985, no

poder desde que liberou o país da ocupação italiana em 1944, abriu caminho para a eliminação dos ultra-stalinistas do partido. Ramiz Alia, considerado moderado, venceu as eleições de março de 1991, mantendo os comunistas do poder. Na Iugoslávia, a tragédia causada pelo nacionalismo sérvio teve seu início em 1987, quando o presidente do Partido Socialista Sérvio, Slobodan Milosevic, tornou-se presidente da Iugoslávia e da Liga dos Comunistas por processo de rotação étnica. Movimentos de independência republicana buscaram reagir à eventual tentativa sérvia de retirar a autonomia das regiões, como foi feito com os albaneses de Kosovo em 1989. Em abril e maio de 1990, eleições democráticas na Eslovênia e na Croácia elegeram governos nacionalistas que declararam independência em junho de 1991, após discussões sobre a reforma da Confederação Iugoslava. O resultado foi uma breve intervenção do exército liderado pelo governo federal na Eslovênia, onde a minoria sérvia era desprezível, e na Croácia, onde o conflito foi maior e antagonismos da II Guerra foram revividos. Quando o conflito atingiu a Bósnia-Herzegovina, onde havia relevante minoria sérvia e populações muçulmanas, uma guerra fratricida tomou conta do país. Foi apenas em 1995, com o Tratado de Dayton, coordenado pelos Estados Unidos e pelo Presidente Bill Clinton, que a Bósnia voltou à paz.

Uma das ironias do fim da União Soviética foi que o maior rival de Gorbachev, o reformista Boris Yeltsin, usou o processo de reformas que aparentava fragmentar um império iniciado pelos czares há três séculos para liquidar o poder de Gorbachev. Agindo com a autoridade de presidente da Rússia, Yeltsin anunciou a independência da

Rússia, o que implicou na independência das outras repúblicas soviéticas e conseqüentemente no fim da União Soviética e do seu presidente, Mikhail Gorbachev. No final de 1991, as democracias venceram a Guerra Fria. A idéia de democracia acabou prevalecendo sobre a estagnação do sistema comunista.

A era pós-União Soviética, e com ela o fim da Guerra Fria, tem sido marcada pelo renascimento de um nacionalismo virulento, associado a antigas rivalidades históricas e anomalias fronteiriças. No caldeirão étnico dos Bálcãs, croatas, sérvios e bósnios deram uma demonstração de selvageria em um conflito símbolo dos novos tempos. Em Kosovo, na Macedônia e também na Moldávia e na Transilvânia, e em Ruanda, a instabilidade étnica voltou à tona. Movimentos islâmicos mesclados a reivindicações étnicas transformaram o Cáucaso em um caos. As feições nacionais do Oriente Médio também foram abaladas por aventuras autoritárias e oportunistas, como a Guerra do Golfo de Saddam Hussein em 1991 e 1992, por movimentos étnicos, como o dos curdos ou por comunidades religiosas, como as variações dentro da divisão islâmica sunita e xiita.

O século XX terminou no início da década de 90. A partir da Guerra do Golfo de 1991, pode-se dizer que começou o século XXI. Não há mais confronto ideológico ou confronto geoestratégico universal. Cada situação é um caso especial. Para Kissinger "O excepcionalismo inspirou a política externa dos Estados Unidos e os fez prevalecer na Guerra Fria. Mas será necessária uma aplicação ainda maior no mundo multipolar do século XXI" (Kissinger, p. 803).

Uma nova ordem ou desordem internacional começou a ser definida no início dos anos 90 para ser compreendida pelos internacionalistas e historiadores apenas daqui a algumas décadas.

Bibliografia

BARTLETT, C.J. *Peace, war and the european powers, 1814-1914.* Londres: Macmillan, 1996.

CHURCHILL, Winston. *Der Zweite Weltkrieg.* Bern/München/Wien: Scherz, 1996.

EVANS, Eric J. *Thatcher and thatcherism.* Londres/New York: Routledge, 1997.

Fragen an Die Deutsche Geschichte. Ideen, Kräfte, Entscheidungen. Von 1800 bis zur Gegenwart. Bonn: Referat Öffentlichkeitsarbeit, Bonn, 1994.

FROMKIN, David. *A peace to end all peace – The fall of the Ottoman Empire and the creation of the Modern Middle East.* New York: Henry Holt, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *The Age of Extremes: the short twentieth century 1914-1991.* Londres: Michael Joseph, 1994.

— A *Era dos Impérios: 1875-1914.* 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KEEGAN, John. *The First World War.* New York: Alfred Knopf, 1999.

— *Uma história da guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KEGLEY, Charles & WITTKOPF, Eugene. *World Politics – Trend and transformation.* 7ª ed. New York: Macmillan, 1999.

KENNAN, George. Communism in Russian History. *Foreign affairs*, vol. 69, n. 5, Winter 1990/91, p. 168-186.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KLEINSCHMIDT, Harald. *Geschichte der internationalen Beziehungen*. Stuttgart: Reclam, 1998.

KNOPP, Guido. *Hitlers Helfer*. Munique: Bertelsmann, 1996.

LOHBAUER, Christian. *Cooperação e conflito: dualidade na unificação da Alemanha*. São Paulo: Naippe/USP, 1994 [Estudos, 4 – Dissertação de mestrado].

— Um estudo histórico da Ordem Internacional. *In*: DOMINGUES, Thiago *et al.* (orgs.). *Relações Internacionais: temas contemporâneos*. São Paulo: Feneri, 2003, p. 47-63.

LUKACS, John. *Five days in London: May 1940*. New Haven: Yale University Press, 1999.

— *Churchill: visionário, estadista, historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NYE JR., Joseph. *Understanding international conflicts – An Introduction to Theory and History*. 3ª ed. Longman, 2000.

Oxford Encyclopedia of World History. Oxford: Oxford University Press, 1998.

PEARSON, Frederic & ROCHESTER, J.M. *Relaciones Internacionales: situación global en el siglo XXI*. 4ª ed. Bogotá: McGrawHill, 2003.

PROCACCI, Giuliano. *Historia general del siglo XX*. Barcelona: Critica, 2001.

REINOLDS, David. *One world divisible – A Global History since 1945*. New York, 2000.

REIS FILHO, Daniel A. *et al.* (orgs.). *O século XX – Vol. I: O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Pri-*

meira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

— *O Século XX – Vol. II: O tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

— *O Século XX – Vol. III: O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARAIVA, José F.S. (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história – Vol. I: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: Funag/Ibri, 2001.

— *Relações Internacionais: dois séculos de história – Vol. II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)*. Brasília: Funag/Ibri, 2001.

SCHWARZ, Hans P. *Das Gesicht des Jahrhunderts – Monster, Retter und Mediokritäten*. Berlim: Siedler, 1998.

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*. Vol. I a IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SMITH, Denis Mack. *Modern Italy – A Political History*. Ann Harbor: Univ. of Michigan Press, 1997.

SPENCE, Jonathan. *Mao Zedong*. New York/London: A Penguin Life/Viking Book, 1999.

TUCHMANN, Barbara. *The guns of August*. New York: Ballantines Books, 1994.

VIZENTINI, Paulo F. *As guerras mundiais (1914-1945) – O desafio germano-japonês à ordem anglo-americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

Com uma narrativa simples e didática, o cientista político Christian Lohbauer apresenta as mudanças na distribuição do poder mundial e nas Relações Internacionais durante o breve século XX. O autor explica como o fim das "alianças móveis" no final do século XIX criou as condições para o primeiro grande conflito universal, a I Guerra Mundial. Com a conclusão do grande conflito, o fracasso da segurança coletiva, ensaiada nos anos 1920, abriu espaço para os novos antagonismos que antecederam a II Guerra Mundial. O desastre da guerra total resultou no rearranjo de forças no final dos anos 1940. A retomada da ordem internacional se estabelece com a Guerra Fria e novos atores como China, Índia..., originais do processo de descolonização, dão uma nova configuração às Relações Internacionais.

Conhecer os atores que determinaram a seqüência dos fatos políticos do século XX é entender melhor o mundo em que vivemos.

www.vozes.com.br

EDITORA VOZES
Uma vida pelo bom livro

vendas@vozes.com.br

ISBN 85.326.3227-0

